



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais

Hugo Macedo de Araújo

**A arquibancada enquanto projeto: movimentos de torcida e suas
mediações na nova economia do futebol (2006-2021)**

Rio de Janeiro
2021

Hugo Macedo de Araújo

**A arquibancada enquanto projeto: movimentos de torcida e suas mediações na
nova economia do futebol (2006-2021)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha

Coorientador: Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SÍRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A663 Araújo, Hugo Macedo de.
A arquivancada enquanto projeto: movimentos de torcida e suas mediações na nova economia do futebol (2006-2021) / Hugo Macedo de Araújo . – 2021.
154 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Coorientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda.
Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

1. Futebol – Teses. 2. Movimentos sociais – Teses. 3. Cultura popular – Teses. 4. Violência nos esportes – Teses. 5. Futebol – Torcedores – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Hollanda, Bernardo Borges Buarque de, 1974- . III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 796.332:301

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Hugo Macedo de Araújo

**A arquivancada enquanto projeto: movimentos de torcida e suas mediações na
nova economia do futebol (2006-2021)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 05 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha (orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Bernardo Borges Buarque de Hollanda (coorientador)
Fundação Getúlio Vargas

Prof.^a Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Rosana da Câmara Teixeira
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

À memória de Célio Lourenço, o
vascaíno dos vascaínos.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro e toda sua comunidade acadêmica, pelas tantas demonstrações de força e resiliência diante das tormentas que nos abalaram nos últimos tempos.

À minha orientadora Lia, pela coragem em topiar o desafio de me conduzir por caminhos até então desconhecidos.

Ao meu coorientador Bernardo, pela diligência e generosidade com que me auxiliou ao longo de todo o processo de pesquisa, desde as sugestões bibliográficas precisas até as revisões cuidadosas e aplicadas.

À professora Myrian Sepúlveda, pela forma sincera e verdadeira com que demonstrou interesse pelo tema que me propus a investigar.

Ao professor João Trajano, orientador de meu trabalho de conclusão de curso na graduação, que também faz parte dessa caminhada.

À todo o corpo docente, discente e de funcionários do PPCIS pelo empenho em tornar o programa um espaço de excelência e acolhimento.

Aos meus pais Fábio e Andrea, por ao longo de toda minha vida terem valorizado e estimulado o estudo e a busca pelo conhecimento. Sem esse apoio e instrução esse trabalho nunca teria existido.

À minha irmã Mariana, pela relação fraterna e carinhosa que construímos durante os últimos anos, em especial nesse período de pesquisa.

A todos os amigos da vida que, ao longo desse duro período de pesquisa durante a pior pandemia dos últimos tempos, foram um sopro de alegria e descontração. Sem esse combustível diário, nada seria possível.

A todos aqueles que me acompanham desde menino nessa maravilhosa experiência que é torcer por um time de futebol. Desde meu pai até os grandes amigos que eu não estimaria da mesma forma não fosse a paixão compartilhada pelo jogo e, em especial, pelo Club de Regatas Vasco da Gama.

A todos os interlocutores que efetivamente construíram essa pesquisa junto comigo. Agradeço em especial a Yuri, Thiago, Rodrigo, Clarissa, Esther e Dikran pela generosidade em disponibilizarem tempo para compartilhar experiências que foram essenciais para os objetivos deste trabalho.

RESUMO

ARAÚJO, Hugo. *A arquibancada enquanto projeto: movimentos de torcida e suas mediações na nova economia do futebol (2006-2021)*. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Desde meados dos anos 1990 o futebol brasileiro vem passando por profundas transformações em suas técnicas de gerenciamento. Alçado cada vez mais à condição de bem de consumo, os atores sociais engajados nessa atividade social vêm testemunhando uma paulatina restrição dos usos e apropriações populares do esporte mais popular do país. Diante desse contexto, este trabalho se propõe a examinar esse processo à luz de atores coletivos que aqui nomeio de “movimentos de torcida”. Tratam-se de um conjunto diversificado de agentes que controem um engajamento militante ao redor do futebol, articulando linguagens que o conformam como parte integrante de uma cultura popular. Essas linguagens são heterogêneas, e expressam maneiras diversificadas - com suas aproximações e distanciamentos - de se relacionar com os clubes e o espetáculo esportivo. Utilizando as categorias nativas de “pista” e “arquibancada”, buscarei analisar como elas condensam projetos coletivos distintos no âmbito dos movimentos de torcida. A partir da análise de discursos de atores ligados à Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG) e à torcida do Vasco da Gama Guerreiros do Almirante (GDA), darei atenção especial à categoria “arquibancada”, destacando as suas interfaces com a política e os movimentos sociais.

Palavras-chave: Futebol. Movimentos de torcida. Cultura popular. Movimentos sociais. Violência.

ABSTRACT

ARAÚJO, Hugo. *The terraces as a project: football fans movements and their mediations in the new football economy in Brazil (2006-2021)*. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Since the mid-1990s, Brazilian football is going through deep changes in its management techniques. Raised more and more to the condition of consumption goods, the social actors engaged in this social activity have been witnessing a gradual restriction on the popular uses and appropriations of the most popular sport in the country. In view of this context, this work proposes to examine this process from the perspective of collective actors that I call football fans movements. They are a diverse set of agents who engage in a militant engagement around football, articulating languages that make it up as an integral part of a popular culture. These languages are heterogeneous, and express different ways - with their approximations and distances - of relating to the football clubs and the sporting spectacle. Using the native categories of "pista" and "arquibancada", I will try to analyze how they condensed different collective projects within the scope of cheering movements. Based on the analysis of the speeches of actors linked to the National Association of Organized Fans (ANATORG) and the Vasco da Gama's organized supporters "Guerreiros do Almirante" (GDA), I will give special attention to the "arquibancada" category, highlighting its interfaces with politics and social movements.

Keywords: Football. Football fans movements. Popular culture. Social movements. Violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A NOVA ECONOMIA DO FUTEBOL: GERENCIAMENTO CAPITALISTA E EXPERIÊNCIA TORCEDORA	17
1.1. O nascedouro do esporte bretão: significados sociais da prática esportiva no século XIX.....	17
1.2. Os primórdios de um público esportivo no Brasil.....	22
1.3. O jogo das multidões: o futebol e a construção de um imaginário nacional-popular no Brasil.....	25
1.4. O jogo dos cifrões: a conquista do futebol pelo mundo dos negócios.....	36
1.5. A arquitetura do consumo: “novas arenas” e a reinvenção do estádio defutebol.....	49
2. MOVIMENTOS DE TORCIDA E A VIOLÊNCIA NO FUTEBOL	60
2.1. Dos estudos ingleses às explicações “pós-modernas”: abordagens acadêmicas sobre a violência no futebol.....	60
2.2. Entre o lúdico e o violento: torcidas organizadas e associativismo juvenilno futebol brasileiro.....	70
2.2.1. <u>As torcidas carnavalescas: entre a festa e a disciplina</u>	70
2.2.2. <u>Cismas juvenis: o surgimento das torcidas jovens</u>	73
2.2.3. <u>A torcida como estilo de vida</u>	77
2.3. As torcidas organizadas enquanto problema social: leis e políticas de insegurança pública no futebol.....	84
3. DA PISTA À ARQUIBANCADA?: A ANATORG E AS MEDIAÇÕES COM A ESFERA DA POLÍTICA	96
3.1. A origem da ANATORG.....	98
3.2. Entre a pista e a arquibancada.....	101
3.3. Os conflitos internos e os desafios de uma construção unitária.....	106
3.4. A ANATORG e a construção de uma agenda pública.....	109
3.5. Os atos antifascistas de 2020 e o alinhamento à esquerda.....	112
4. OS GUERREIROS DO ALMIRANTE E A ASCENSÃO DE UM NOVO MODELO DE TORCIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	117

4.1. A ruptura com a Força Jovem do Vasco e o surgimento de um novo conceito de torcida.....	117
4.2. O ideal “barra brava” e as marcas distintivas da GDA.....	124
4.3. Torcida de “playboy”?.....	131
4.4. As mulheres na GDA.....	136
CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS.....	148

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma experiência que me acompanha desde minha infância: o estádio de futebol. Herança familiar, a paixão pelo futebol e, em especial, pelo Vasco da Gama, me fez construir laços de afeto e pertencimento, assim como reforçar outros já existentes. Não foram poucas as vezes que, ao longo da minha vida, o futebol foi parâmetro importante para construir vínculos sociais. Dos encontros nas “peladas” à presença nos estádios, ele se fez e se faz presente em minha vida regularmente, sendo um relevante intermediário na construção de minha identidade social. Em decorrência da vocação duvidosa com a pelota nos pés, a experiência do estádio se tornou um evento mais regular em minha vida, algo mais cativante do que a prática esportiva propriamente dita. O ato de torcer, a frequência ao estádio, a experiência de pertencer a um corpo coletivo moldaram-me enquanto ator social, e desempenharam um papel de ruptura completa com o rotineiro, com a ordinariedade da vida cotidiana.

A emergência das novas “arenas” para a Copa do Mundo de 2014, e, em paralelo, de uma nova política de segurança para eventos esportivos que aponta para a regulamentação rigorosa dos usos coletivos dos estádios, fez surgir a sensação de que este aspecto mágico do torcer se diluía em uma avalanche de restrições. Sob a égide de um discurso modernizante, consolida-se um conceito de espetáculo esportivo onde as noções de segurança, conforto e rentabilidade dão o tom de uma experiência em que o futebol aparece, prioritariamente, como bem de consumo. Neste trabalho, buscarei integrar esse novo conceito a um processo histórico mais amplo, que implicou na apropriação paulatina do futebol pela indústria do entretenimento e as “forças do mercado”. Esse processo conformou um paradigma de gerenciamento capitalista do futebol que atenderá aqui pelo nome de “nova economia do futebol”.

Sua afirmação trouxe implicações significativas para atores coletivos que têm o futebol como seu meio preferencial de expressão. Refiro-me aos “movimentos de torcida”, noção utilizada por mim para abarcar a pluralidade de atores que, partindo de diferentes repertórios expressivos, formas de organização e horizontes de atuação, mobilizam o futebol enquanto espaço de encontros, sociabilidades e identidades coletivas diversificadas. Juntos, constroem uma linguagem comum que define a relação social que constroem com esse esporte.

Permeáveis às apropriações populares do esporte, esses atores se tornaram

indesejáveis à nova economia do futebol, já que mobilizam sociabilidades que se tornaram um risco ao produto comercial que se quer conceber. Suas práticas estabelecem mediações coletivas que desafiam as pretensões normativas que procuram reduzir o futebol a um bem de consumo altamente espetacularizado, voltado para a assistência passiva do jogo. Desse modo, se colocam como forças contra-hegemônicas dispostas a defender o caráter “popular” (HALL, 2009) do futebol, algo que supostamente estaria se perdendo em função das transformações profundas oriundas do novo modelo de organização.

As contribuições de Stuart Hall (2009, p. 40) permitem pensar o princípio estruturador desse traço “popular” através das tensões e oposições entre as forças sociais que sustentam as relações de distinção e diferença na vida social. Essa perspectiva busca definir o popular não como um inventário de atividades que o “povo” estima, mas sim como uma lógica cultural que define a forma como as atividades sociais são apropriadas e apreendidas socialmente. Para que se pense o lugar dessas lógicas na ordem social, Hall destaca a importância de relacioná-las a processos hegemônicos que, para se consolidarem, precisam interceder sobre hábitos, costumes e modos de vida “tradicionais”¹, marginalizando-os e expulsando-os do centro da vida popular. Trata-se, portanto, de pensar o “popular” a partir de sua condição subalterna em relação ao que pertence ao domínio das elites e do “bloco de poder”.

Dentro desta mesma linha de raciocínio, também é importante mencionar as contribuições do historiador britânico E.P. Thompson (1998). Ao analisar as culturas populares tradicionais na Inglaterra pré-industrial nos séculos XVII e XVIII, Thompson demonstrou como as forças sociais associadas ao desenvolvimento do novo modo de organização socioeconômica capitalista precisaram intervir – inclusive com o uso da força – sobre os “costumes em comum” que orientavam a relação do campesinato inglês com os seus meios de subsistência. Segundo ele, a nova economia capitalista deveria necessariamente confrontar uma “economia moral das multidões” (THOMPSON, 1998) que organizava o modo pelos quais os camponeses ingleses se relacionavam com a terra, a produção e o consumo.

¹ Segundo Hall (2009, p. 243), “a tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a persistência das velhas formas, mas sim às formas de associação e articulação dos elementos. Esses arranjos em uma cultura nacional-popular não possuem uma posição fixa ou determinada, e certamente nenhum significado que possa ser arrastado, por assim dizer, no fluxo da tradição histórica de forma inalterável”.

Ao trazer este debate para o campo esportivo, busco investigar como a nova economia do futebol intervém sobre as formas de apropriação popular do esporte no Brasil em suas mais variadas lógicas. Destaco que, no contexto do futebol, o verniz popular de determinados “costumes em comum” é acionado por alguns atores através de códigos morais que valorizam condutas de enfrentamento em relação aos torcedores de clubes adversários. As chamadas torcidas organizadas², majoritariamente surgidas entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, se capilarizaram consideravelmente entre a juventude periférica dos grandes centros urbanos a partir de meados dos anos 1980, se tornando muito permeáveis às sociabilidades e movimentos culturais que se desenvolviam naquele universo social. A escalada de confrontos entre torcedores rivais ocorrida a partir desse período ganhava cada vez mais repercussão nos grandes veículos de comunicação, compelindo agentes do aparato repressivo do Estado a agir.

A aprovação do Estatuto de Defesa do Torcedor em 2003 e, principalmente, sua reforma em 2010, estabeleceu diretrizes para o combate a violência no futebol que se valem de mecanismos de punição na pessoa jurídica das agremiações torcedoras, impedindo-as de frequentarem os estádios com seus materiais e indumentárias. Somado a isso, a autonomia com que o Ministério Público e a Polícia Militar de cada estado atuam favoreceu um proibicionismo discricionário, onde, sob o pretexto de combater a violência, agentes institucionais estabelecem o que se pode e o que não se pode nas praças esportivas. Aos poucos, o futebol brasileiro assistiu a uma paulatina forma de controle de tradições coletivas que haviam se desenvolvido nos estádios brasileiros ao longo do século XX.

Diante desse quadro, fortaleceram-se algumas tendências nos movimentos de torcida que procuram se distanciar de práticas que contribuem para a sua marginalização. Valorizando outras formas expressivas e expandindo seus horizontes de atuação, tentam reorganizar os códigos de conduta presentes nas torcidas organizadas. Nesse cenário, ganha relevo uma dualidade entre “arquibancada” e “pista”, duas categorias nativas que condensam dimensões diferentes da

² A nomenclatura “torcida organizada”, ou “uniformizada”, surgiu a partir dos anos 1940, quando grupos de torcedores passaram a se organizar associativamente com o intuito de melhor coordenar a festa e o incentivo ao time nos estádios. No entanto, entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, começaram a surgir dissidências nessas associações. Esse período marcou o surgimento de novas agremiações, que, embora ainda se assumissem genericamente enquanto torcidas organizadas, adotaram nomenclaturas alternativas que enfatizavam, majoritariamente, o perfil jovem de seus associados. Essa questão será melhor elucidada no segundo capítulo deste trabalho.

sociabilidade torcedora. Se a arquibancada se refere primordialmente à esfera da festa popular, da fruição coletiva do evento esportivo, a ideia de “pista” é pensada como espaço de manifestação de sociabilidades associadas à coragem para defender a honra de seu agrupamento em contendidas físicas contra grupos rivais. Esta última noção não é oriunda das torcidas organizadas; trata-se de um termo difundido na linguagem cotidiana – em especial de grupos sociais subalternos - cuja conotação, em geral, é uma referência às ruas da cidade enquanto *lócus* preferencial do cotidiano. No âmbito das torcidas, a “pista” traz essa referência ao deslocamento de agrupamentos de torcedores pelas ruas da cidade em dias de jogo, enfrentando os riscos e perigos que podem se apresentar durante o trajeto em direção ao estádio.

Traçado esse quadro inicial, o presente trabalho se dispõe a compreender as perspectivas e dilemas de um projeto alternativo à “nova economia do futebol” destacando, especialmente, o papel da dualidade arquibancada x pista na construção de um entendimento acerca das sociabilidades torcedoras. Para dar conta desse empreendimento, selecionei dois atores coletivos ligados ao universo dos movimentos de torcida: a Associação Nacional de Torcidas Organizadas (ANATORG), e a torcida Guerreiros do Almirante (GDA).

A ANATORG foi fundada em 2014, buscando congregiar as diferentes torcidas organizadas do Brasil em torno de uma agenda reivindicatória comum. Mobilizando críticas às políticas de segurança punitivistas, ao proibicionismo indiscriminado a materiais e artefatos que compõem o repertório das torcidas, à falta de diálogo institucional com o Estado e à elitização cada vez mais ostensiva dos estádios de futebol, a ANATORG busca conscientizar os torcedores organizados a respeito da necessidade de abstrair rivalidades em favor de um bem maior. A iniciativa surgiu de uma articulação nacional de lideranças de torcidas preocupadas com o rumo das associações torcedoras no contexto de uma abordagem cada vez mais criminalizante adotada por setores da imprensa e do Estado. A escolha pela ANATORG se dá pelo seu caráter de entidade supraclubística que busca neutralizar os sentimentos de rivalidade entre torcidas organizadas de clubes rivais em prol de uma agenda comum.

Já a GDA é uma torcida do Rio de Janeiro associada ao Club de Regatas Vasco da Gama. Surgida em 2006 como uma dissidência puxada por integrantes da principal torcida organizada do clube, a Força Jovem do Vasco, a GDA mobiliza um repertório expressivo inspirado nas chamadas “barras”, movimentos de torcida muito difundidos nos países hispânicos da América do Sul, em especial no Uruguai e na Argentina. Sua

ascensão se deu em um contexto onde surgiam movimentos parecidos nos demais clubes do Rio, muito em função do desgaste cada vez maior das já consolidadas torcidas organizadas. Acionando estratégias de diferenciação destas, a GDA representou uma novidade nos jogos do Vasco, crescendo significativamente nos anos subsequentes a sua fundação. A escolha pela GDA, em detrimento de outros movimentos semelhantes, se justifica por uma questão pragmática. Por ser vascaíno e próximo a pessoas ligadas em algum momento à torcida, considerei que o acesso a esse agrupamento seria consideravelmente mais fácil do que a outros grupos, principalmente no contexto da pandemia, onde as possibilidades de confraternização e encontro se restringiram consideravelmente. É evidente que o vínculo mais ou menos próximo com o grupo pode comprometer o distanciamento necessário para a pesquisa sociológica. No entanto, optei por aceitar o risco de imprecisões em função do pouco tempo disponível – iniciei o trabalho de campo em agosto de 2020 – e do contexto pandêmico desfavorável.

Quanto à metodologia do trabalho, é preciso considerar de antemão como a pandemia do coronavírus impôs dificuldades ao trabalho de campo. O futebol foi uma das áreas mais afetadas pelas medidas restritivas adotadas para o enfrentamento da doença. Desde março de 2020 os estádios estão fechados para o público, o que restringiu significativamente os espaços de sociabilidade dos atores aqui estudados, principalmente a GDA. Nesse cenário, recorri ao mapeamento do noticiário e das redes sociais de diferentes movimentos de torcida. Como se sabe, o uso da internet enquanto meio de promoção de debates e eventos aumentou vertiginosamente com a pandemia, tornando-se um ambiente propício para a coleta de dados de pesquisa. Além disso, o protagonismo de movimentos de torcida nas manifestações realizadas em maio e junho de 2020 contra o Presidente da República Jair Bolsonaro, aumentou consideravelmente o interesse por conteúdos desse tipo entre os torcedores.

Essa situação rendeu o acompanhamento de diversas *lives* em diferentes canais de comunicação dos movimentos - principalmente no Youtube e Instagram -, permitindo o acesso a discursos de diversos personagens que, em maior ou menor medida, exercem papel de destaque nesse universo. Ao todo foram 13 *lives* assistidas, 8 nos canais da ANATORG, 3 no canal *Hoolibras*, 1 no canal *Na bancada*³, e 1 na TV

³ Os canais *Hoolibras* e *Na bancada* são dois espaços criados para discussão de questões ligadas aos movimentos de torcida. Enquanto o *Hoolibras* aparece majoritariamente como um espaço para que as lideranças de torcida falem, o *Na bancada* também recebe pesquisadores, jornalistas e outros

Força, canal do Youtube ligado à torcida Força Jovem do Vasco. A maior parte dos dados recolhidos através desses meios foram explorados no capítulo destinado à análise da atuação da ANATORG.

Quanto à GDA, foram realizadas 6 entrevistas com diferentes personagens em algum momento ligados à torcida. Desse total, 4 foram realizadas em 2020 já para este trabalho e 2 ocorreram em 2018, no período de meu trabalho de conclusão de curso na graduação. É possível observar diferentes experiências com a torcida entre os entrevistados. Se alguns tiveram protagonismo na criação do grupo em 2006, exercendo papéis de destaque em seu limiar, outros atuaram ou atuam nela mais recentemente, com o movimento já melhor consolidado entre a torcida vascaína.

Em relação ao arcabouço teórico-conceitual, as noções de “projeto” e “campo de possibilidades”, de Gilberto Velho (1994), são fundamentais neste trabalho. Elas foram desenvolvidas pelo autor para compreender os modos pelos quais os agentes sociais constroem a si mesmos em meio a variedade de estímulos culturais que o mundo moderno proporciona. Se a noção de “projeto” se refere ao papel ativo dos atores sociais em escolher os modos de vida que desejam para si, “campo de possibilidades” diz respeito aos processos e paradigmas socioculturais que os orientam a fazer essas escolhas. Para o debate aqui proposto, elas nos orientarão a compreender a construção de projetos coletivos no âmbito dos movimentos de torcida a partir das possibilidades socioculturais que se apresentam nesse universo.

Para compreender a forma como esses paradigmas socioculturais estão socialmente dispostos, a sociologia figuracional de Norbert Elias e Eric Dunning (1992) e o conceito de corporalidade periférica/popular presente em Toledo (2012) e Alabarces (2008) ajudam a sistematizar sobre quais configurações e representações sociais a variedade de torcedores elaboram seus projetos. A intersecção entre esses autores permite que pensemos um campo de possibilidades a partir de dinâmicas concretas socialmente estruturadas, e não como um mercado de identidades abstratamente dispostas.

Como já apontado, o auxílio de Stuart Hall (2009) também nos é valioso para entender as linguagens subalternas mobilizadas por esses projetos. Compreender seu caráter subalterno e popular passa necessariamente por identificar as relações de poder que atravessam o campo de possibilidades do universo social trabalhado. Isso

personagens engajados no debate público sobre futebol e torcidas.

implica em conceituar a nova economia do futebol como um paradigma de gerenciamento capitalista que afeta diretamente a experiência social dos torcedores em relação ao esporte.

As noções de “governamentalidade” e “panoptismo”, propostas pelo filósofo francês Michel Foucault (1979, 1975), também são fundamentais neste trabalho, e nos ajudarão a entender como a nova economia do futebol se vale de técnicas de poder e formações discursivas para estabelecer uma determinada perspectiva de segurança pública nos estádios. Desse modo, busco destacar o papel de autoridades estatais na conformação de um conceito de consumo esportivo refratário às apropriações populares do esporte.

O argumento central aqui proposto é que a categoria “arquibancada” expressa um projeto coletivo que possui uma dupla dimensão: a primeira remete à oposição à nova economia do futebol e ao novo modelo privatizante e gentrificador de estádio que ela concebe; a segunda é um contraponto à categoria nativa “pista”, que condensa padrões socioculturais de masculinidade que enfatizam o compromisso com o grupo ao qual se pertence. Essas duas dimensões se articulam na medida em que o antagonismo em relação aos ditames do “futebol moderno” possibilita a unificação de uma variedade de atores sociais em torno de um compromisso mais amplo com uma cultura comum a todos. Dessa maneira, esse antagonismo pode cumprir um papel na neutralização de sentimentos exacerbados de rivalidade, tornando-a uma possibilidade mais palatável aos movimentos de torcida.

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, o dividi em quatro capítulos. No primeiro capítulo busco fazer uma síntese histórica da conformação do que nomeei de nova economia do futebol, dando atenção especial para o caso brasileiro. Para isso, procurarei identificar os desdobramentos da inserção do futebol nos circuitos da indústria do entretenimento em relação à experiência torcedora.

O segundo capítulo se destina a descrever a formação das torcidas organizadas no Brasil e os padrões de organização e sociabilidade que estas desenvolveram ao longo dos anos. O foco primordial é compreender como essas instituições se tornaram um terreno privilegiado para a elaboração de códigos morais que remetem a representações sobre o que é ser um jovem periférico no Brasil dos anos 1980 e 1990. Como dito por Toledo (2012), esse período histórico trouxe à baila uma noção estética de periferia, em contraposição a uma noção meramente econômica e política. Esta nova ordem simbólica enfatiza questões relacionadas à

autoestima e cuidado de si, com a violência aparecendo como prática expressiva que comunica um estilo de vida juvenil popular. Ao final do capítulo, explicarei como essas agremiações foram alçadas à condição de problema social por agentes da imprensa esportiva do aparato repressivo do Estado, tornando-se alvos preferenciais de medidas de combate à violência cuja eficácia será problematizada.

Já os dois últimos capítulos concentram boa parte do trabalho de campo realizado. Neles trabalharei os principais atores investigados, demonstrando como estes elaboram um projeto coletivo que busca neutralizar a exacerbação de sentimentos de rivalidade em prol da valorização de uma cultura comum a todos os movimentos de torcida. No terceiro capítulo me deterei sobre a Associação Nacional de Torcidas Organizadas (ANATORG) e seu papel enquanto entidade supra-clubística que se propõe a congregar as torcidas organizadas na luta por direitos. Já no quarto capítulo me debruço sobre a torcida Guerreiros do Almirante enquanto um agrupamento que revela novas formas de experimentar a paixão clubística e de se organizar enquanto grupo.

Por fim, esse trabalho se insere em um quadro de produções acadêmicas sobre futebol que busca entendê-lo a partir das lutas simbólicas pelo seu significado enquanto bem cultural. Essa perspectiva é importante para que possamos pensar o futebol a partir das engrenagens culturais do capitalismo. A universalização da lógica da acumulação a todas as esferas da vida é uma marca deste modo de produção, que necessariamente precisa interceder sobre um conjunto de práticas e valores compartilhados - uma "economia moral" nos termos de Thompson (1998) - para fazer valer os interesses de seus agentes. Nesse contexto, o expurgo dos usos e apropriações coletivas do futebol, assim como a exclusão deliberada dos torcedores mais pobres dos estádios, evidenciam a natureza impositiva das proposições dos agentes do "mercado". Sendo assim, o delineamento de um projeto coletivo ancorado sobre sociabilidades menos mediadas pelo consumo individual aparece como uma perspectiva de democratização da experiência social e de combate ao acesso desigual aos bens culturais disponíveis.

1. A NOVA ECONOMIA DO FUTEBOL: GERENCIAMENTO CAPITALISTA E EXPERIÊNCIA TORCEDORA

Neste mundo de fim de século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável. (GALEANO, 2019, p.10)

A passagem acima, retirada da obra do célebre escritor uruguaio Eduardo Galeano, reflete bem o espírito de nossos tempos. O futebol profissional, cada vez mais mercantilizado, se rende aos ditames do mercado e condena à marginalidade as tradições sociais forjadas por este “jogo das multidões”. Pensado pela ótica do lucro, o futebol se converte em um bem de consumo que já não pode captar plenamente a pluralidade de identidades produzidas no âmbito das vivências coletivas. Como se deu esse processo? Por que o futebol parece cada vez mais destituído de sua “áurea ritual”? É o que buscarei destrinchar neste capítulo.

Para tal, separei-o em cinco tópicos. No primeiro, abordarei as origens do futebol moderno na Inglaterra do século XIX e como os significados sociais construídos em torno deste esporte se modificaram substancialmente com a popularização da modalidade que era, até meados do século, exclusividade de uma aristocracia ávida por novos hábitos tidos como “modernos”. No segundo, procuro descrever como se deu a assimilação destes novos hábitos “esportivos” pelas elites brasileiras, seguido pelo terceiro, onde abordo o movimento de expansão deste esporte para as camadas populares, forjando uma “experiência das multidões” associado ao futebol em nossas terras. Veremos, assim, como o futebol influenciou e foi influenciado pelas novas culturas e tradições que surgiram no contexto de transição de uma sociedade colonial para uma sociedade de massas.

Já no quarto tópico veremos como o futebol foi pouco a pouco inserido nos circuitos de gerenciamento capitalista de uma emergente indústria do entretenimento, seguido do quinto e último tópico, onde examino os desdobramentos deste gerenciamento para a experiência torcedora, com atenção especial para a consolidação das “novas arenas” enquanto um conceito de consumo esportivo que implica na domesticação das tradições e culturas populares em nome de uma exploração comercial absoluta.

1.1. O nascedouro do esporte bretão: significados sociais da prática esportiva no século XIX

É amplamente difundido que, no limiar de sua existência enquanto esporte moderno⁴, o futebol foi organizado a partir de estruturas de poder elitistas, que eram nutridas pelo ideário da prática amadora do esporte. Associada ao controle do esporte pelas elites, o amadorismo vetava qualquer tipo de remuneração nas competições oficiais de futebol. Sob a justificativa de preservar o “espírito esportivo”, isto é, uma ideia do esporte enquanto um hobby “puro” e “civilizado”, este modelo expressava alguns dos significados sociais vinculados à prática do esporte naquele período.

Tomando a Grã-Bretanha como o ponto de partida da trajetória de disseminação do esporte, a prática esportiva cumpriria inicialmente o papel de reafirmar a superioridade moral das elites inglesas sobre o conjunto da sociedade - e em particular sobre a classe trabalhadora -, já que esta atividade estava associada a virtudes como o autocontrole emocional, jogo leal (*fair play*) e liderança, todos elementos que fundamentavam uma ética cavalheiresca “civilizada”.

Nesse contexto, o esporte surgiu como uma atividade de lazer capaz de promover uma excitação agradável adequada aos novos padrões disciplinares que emergiam junto à formação do Estado moderno. Conforme afirma Elias (1992),

O aumento das restrições quanto à aplicação da força física e, em particular, sobre o ato de matar, e, como expressão dessas restrições, o deslocamento do prazer experimentado em praticar a violência para o prazer de ver a violência cumprir-se, podem ser observados como sintomas de um impulso de civilização [...]. Como foi demonstrado, todos estão relacionados com movimentos no sentido da maior pacificação de um país, em ligação com o crescimento ou com a crescente eficácia da monopolização da força física por representantes das instituições centrais de um país. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 241)

Portanto, o processo de esportivização aparece como um desdobramento de desenvolvimentos mais gerais das sociedades modernas dos séculos XVIII e XIX, onde a industrialização, a urbanização e o controle dos meios de violência por parte do Estado, exigiam o desenvolvimento de uma ética “civilizada”, onde o controle emocional era uma virtude a ser cultivada com o fim de domesticar os corpos no âmbito dos novos padrões de convivência social que surgiam. Isto representava uma mudança dos paradigmas éticos da era medieval, onde o código de honra guerreiro e militar exercia grande papel na estruturação de condutas mais beligerantes, voltadas para a guerra e o combate.

⁴ Uso a noção de esporte moderno aqui em contraposição aos jogos medievais que lhe antecederam, jogos esses que prescindiam de regras codificadas. (ELIAS; DUNNING, 1992)

No entanto, mais do que uma mera celebração de virtudes cívicas cultivadas pelas elites, já havia no próprio esporte amador, um crescente senso de competitividade entre seus praticantes, o que contrariava a própria ideia, presente neste mesmo ideário, do prazer como ingrediente fundamental do esporte. Em função do baixo grau de centralização do Estado e de unificação nacional na Grã-Bretanha pré-industrial, as “pessoas comuns” ainda se encontravam em um quadro de isolamento regional, voltadas para hábitos rurais, entre os quais podemos citar os jogos populares medievais. Deste modo, a aristocracia e a pequena nobreza representavam o único quadro de competição nacional possível, já que naquela época elas efetivamente eram o Estado-nação (ELIAS; DUNNING, 1992).

Em consequência disso, “nas suas atividades restritas surgiu um certo grau de pressão competitiva” (ELIAS; DUNNING, 1992, p.317). No entanto, esta competitividade não representava uma ameaça efetiva à sua posição de domínio no esporte, já que as classes populares se encontravam, em geral, geograficamente excluídas destes circuitos competitivos. A passagem abaixo descreve bem a dinâmica das elites no limiar do esporte moderno:

A aristocracia e a pequena nobreza participavam em jogos populares no contexto de organização e de prática, usando a sua influência para desenvolver formas de críquete profissional, combates de boxe e corridas de cavalos. O tipo de profissão desportiva que se desenvolveu sob tais condições baseava-se na subordinação inequívoca do profissional ao seu patrono e na total dependência quanto aos riscos de vida que ligavam o primeiro ao último. Perante esse tipo de profissionalismo, nenhuma ameaça se colocava aos interesses e valores da classe dirigente. O desporto profissional não era suspeito, nem na perspectiva moral nem na perspectiva social, não havendo necessidade de lutar ou esconder o fato de que se poderia obter benefício pecuniário a partir dos jogos [...]. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 317, 318)

A ética amadora era, portanto, um conjunto de princípios vagos que não importavam tanto quanto o domínio da aristocracia e da pequena nobreza sobre a organização da prática esportiva. Mesmo que existisse um punhado de homens ganhando a vida de modo precário como desportistas profissionais, isto não era tão relevante, já que estes estavam totalmente vinculados ao controle destas elites sobre os circuitos competitivos.

A seriedade competitiva já estava presente no modelo amador, basta para isso observar a proeminência cada vez maior do esporte na organização interna das escolas de elite – e posteriormente nas escolas públicas - que, já naquela época, atribuíam um status diferenciado para alunos que tivessem um desempenho esportivo acima da média. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.314). Foi justamente esta associação do

esporte com o sistema educacional que fez com que as regras do futebol fossem codificadas pela primeira vez, sendo os jogos supervisionados pelos professores das escolas. Era dado o primeiro passo para a racionalização⁵ do conjunto de jogos “primitivos” considerados precursores do futebol tal qual conhecemos hoje.

Porém, conforme relata Giulianotti (2010, p. 18), “logo surgiram inconsistências entre as normas do futebol de instituições rivais”:

Os veteranos de Rugby e de Eton eram favoráveis a um jogo com pontapés nas canelas e que permitisse o uso das mãos, enquanto os de Harlow proibiram essas ações. [...] Os alunos de Harlow tomaram a iniciativa de imprimir as regras ao mesmo tempo que criaram a Associação de Futebol (FA), deixando os de Rugby formularem o código do jogo a que deram seu nome, em que os pontapés e o uso das mãos ainda são permitidos. (GIULIANOTTI, 2010, p. 18, 19)

É no âmbito da principal competição organizada pela *Football Association*⁶ – a FA Cup – que, já na segunda metade do século XIX, o futebol passou a se disseminar nacionalmente por todo o território britânico, atraindo times operários do norte da Inglaterra, então principal polo industrial do país. Estimulados pela rica burguesia industrial que controlava os times daquelas localidades, trabalhadores e membros da classe média passaram a praticar o futebol não só por recreação própria, mas, entre outras coisas, pelo fato de os industriais verem com bons olhos o fato do jogo “estimular atitudes e aptidões relativas ao mundo do trabalho, como a resistência física, a disciplina funcional, e a obediência a normas e comandos.” (PRONI, 2000, p. 26). Assim sendo, o autocontrole emocional e a disciplina enquanto virtudes “civilizadoras”, possuem, no contexto operário, um significado distinto daquele celebrado entre as elites.

Conforme alguns jogadores se destacavam, os industriais diretores dos clubes do norte, ávidos por maiores recompensas financeiras com o futebol, passaram a recompensá-los como trabalhadores assalariados. Registrando-os como empregados de fachada em seus empreendimentos, estes jogadores podiam se dedicar

⁵ Sobre o conceito de racionalização, vale consultar a obra de Max Weber, sociólogo que a definiu como um processo característico das sociedades modernas que redefiniu a forma de organizar as atividades sociais no espaço e no tempo.

⁶ A *Football Association* foi fundada no dia 26 de outubro de 1863 em Londres, por onze clubes majoritariamente do sul da Inglaterra.

exclusivamente aos treinamentos, podendo aprimorar suas técnicas visando as competições da FA. Quanto mais conseguiam atrair e lapidar talentos através do pagamento de salários, mais os clubes das localidades operárias atraíam as massas urbanas dispostas a pagar para assistir o time de sua comunidade competir contra os demais, estabelecendo mais uma fonte de renda para aquelas agremiações.

Em pouco tempo, times do norte formados majoritariamente por operários e membros da classe trabalhadora desestruturaram o domínio dos aristocráticos times do sul que controlavam a FA, colocando em xeque a posição de superioridade moral das elites. Foi a partir deste momento que a moral amadora se cristalizou de forma mais consistente (ELIAS; DUNNING, 1992). Mobilizando diversos ressentimentos de classe, o profissionalismo passou a ser um problema real quando passou a representar uma ameaça ao domínio do esporte por parte das elites, sendo combatido por aqueles que dirigiam a entidade máxima do futebol inglês na época.

Depois de alguma relutância, a FA reconheceu os jogadores profissionais em julho de 1885, marco inicial da consolidação de um novo modelo comercial no futebol inglês. Os clubes profissionais dominaram o cenário nacional, arrastando massas cada vez maiores de torcedores nas metrópoles industriais inglesas e condenando os clubes amadores que se recusaram a aderir ao novo modelo à irrelevância. No entanto, os adeptos da profissionalização também tiveram que fazer concessões. Embora desejosos de maiores ganhos financeiros com a administração dos clubes, a burguesia industrial inglesa que controlava os clubes do norte viu seu raio de ação ser limitado pela manutenção de alguns aspectos do amadorismo.

Conforme relata Proni,

[...] a forma de resguardar o “espírito esportivo” e impedir que o futebol se transformasse numa atividade estritamente comercial foi (a) estabelecendo normas rígidas para os estatutos dos clubes, (b) dificultando que os eventuais lucros pudessem ser apropriados pelos acionistas, (c) contendo pressões salariais e elevações de custos e (d) cuidando para que a concorrência entre equipes se restringisse ao âmbito esportivo. (PRONI, 2000, p. 29)

Consolidou-se assim um modelo híbrido que ao mesmo tempo que incorporava valores mercantis, como a profissionalização dos jogadores e a conversão doseventos esportivos em lazer das massas urbanas, lhes impunham limites, preservando o esporte enquanto domínio autônomo em relação ao mercado.

Contudo, a mudança mais notável já havia se consolidado. O significado social do esporte – aqui representado pelo futebol – havia se modificado substancialmente. Os jovens da elite inglesa que jogavam apenas entre seus pares das escolas de elite se viam competindo contra times que representavam comunidades inteiras. O significado do futebol, assim como de outros esportes coletivos, não se concentrava mais no culto egóico de virtudes reivindicadas pelas elites, mas na projeção de identidades coletivas que se sobrepunham ao aristocratismo insular de determinadas práticas sociais. Não se jogava mais para si próprio, mas para coletividades que exerciam pressão por um senso de comprometimento substancialmente maior.

Trata-se da constituição de um público esportivo que transforma o futebol em uma atividade de lazer própria da modernidade urbana. Enquanto vetor desta modernidade, o esporte deixa de ser apenas uma categoria ética e moral, como advogado pelas elites, para se tornar uma categoria cujos significados invadem as dimensões social, política e econômica das sociedades modernas.

1.2. Os primórdios de um público esportivo no Brasil

Até agora nos debruçamos sobre a caminhada do esporte, e do futebol em particular, no que diz respeito a seus significados na sociedade inglesa do século XIX. Esta opção se dá pelo fato deste deslocamento do significado do esporte acima mencionado ter se desenvolvido de forma análoga em inúmeros países onde o futebol aportou, inclusive no Brasil. A difusão planetária do futebol enquanto atividade de lazer esteve muito atrelada a hegemonia da Inglaterra na ordem mundial no século XIX e início do século XX.

Esta hegemonia se expressava não apenas política e economicamente como também na absorção de valores culturais referenciados na nação que era até então símbolo do que havia de mais avançado em termos de civilização. Assim sendo, o futebol em particular se estabeleceu no Brasil e na América do Sul como um bem simbólico⁷ celebrado pelas elites locais como um padrão de civilização e modernidade.

Foi através de jovens bacharéis intercambistas, filhos da aristocracia brasileira, e de imigrantes ingleses ligados às atividades mercantis do vasto campo de ação do

⁷ O termo “bens simbólicos”, ou “economia das trocas simbólicas”, é amplamente utilizado na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu sobre o campo da arte, e normalmente se refere ao caráter imaterial de certos bens - como livros, pinturas e orquestras - cujo valor não se ancora em sua utilidade material, mas em seu significado cultural para determinado grupo ou sociedade.

Império Britânico que o futebol desembarcou no Brasil. Foi principalmente em zonas portuárias e centros urbanos providos de uma elite mais cosmopolita que o futebol se estabeleceu primeiramente. Verifica-se, portanto, que o vínculo inicial do futebol com as elites urbanas brasileiras estava associado a uma visão de progresso, que tinha como base os valores e padrões culturais das grandes potências ocidentais da época.

No entanto, é importante pontuar alguns fatores que representaram um entrave para a popularização do futebol em nossas terras, tanto como prática esportiva quanto como espetáculo de entretenimento. A aversão a uma cultura física estava relacionada à nossa própria estrutura social colonial. Conforme assinala Mascarenhas,

No Brasil, contudo, outros mecanismos de resistência à inovação se mantinham de prontidão, como a incipiente urbanização, a modernização incompleta e sua seletividade espacial, além de outros elementos vinculados à herança colonial. Gostaríamos de adicionar, ainda, um fator específico, de caráter cultural e completamente associado às estruturas reinantes: a inexistência do hábito de praticar exercícios físicos e esporte em geral. Tal atitude está relacionada a uma concepção negativa de esforço muscular, própria de uma sociedade escravista e inerente a uma espacialidade que restringe determinadas sociabilidades lúdicas [...]. (MASCARENHAS, 2014, p. 72)

A chegada do esporte sinalizava uma nova dinâmica de sociabilidade e usos do espaço público nos incipientes centros urbanos que apontava para uma pequena fissura com o imaginário colonial. Centrado em arquétipos de poder como os do fazendeiro e do senhor de engenho, este imaginário estava articulado a uma rotina de recolhimento em espaços privados associados à estrutura agrária do país, como as fazendas e os engenhos. Neste cenário, o primeiro circuito de eventos de lazer no Brasil esteve muito associado a atividades que dialogavam com este universo.

O caso do turfe é bastante elucidativo para percebermos como os parâmetros civilizatórios já eram assimilados pelas próprias elites agrárias do país na primeira metade do século XIX. Muito associado à vida nas fazendas e engenhos, o turfe mobilizou os fazendeiros e senhores de engenho dos emergentes centros urbanos do país. A figura do jóquei fazia jus à elegância senhorial apreciada por estes senhores, assim como a dinâmica corporal do turfe também não produzia uma musculatura embrutecida muito associada aos trabalhadores escravizados.

A dinâmica de apostas e, principalmente, o ar aristocrático dos clubes de turfe foram um aspecto central no desenvolvimento destas praças esportivas, sendo um espaço para que damas e cavalheiros dos mais altos estratos da sociedade exibissem

comportamentos e códigos como forma de ostentação de um status diferenciado (MELO, 2012). A distinção social era, portanto, um dado fundamental desta pioneira experiência esportiva nos nascentes centros urbanos do Brasil.

No entanto, também havia o engajamento de um público mais popular, visto que os clubes de turfe possuíam setores mais acessíveis para aqueles que estavam à margem da fidalguia, havendo, inclusive, clubes exclusivamente voltados para este público. Vale citar aqui a observação de Melo sobre dinâmicas que se expressavam nesses espaços:

Vale a pena falar um pouco sobre os “tribofes”, tão comuns e fartamente divulgados pelos jornais. Eram confusões das mais diferentes ordens, desencadeadas por desentendimentos relacionados aos regulamentos, por equívocos dos árbitros [...] ou por episódios descaradamente desonestos: suborno de jôqueis, árbitros que “fabricavam resultados”, armações diversas. [...] Encaro esses “tribofes” como uma forma de participação ativa do público. Excluídos da possibilidade de influenciar na direção do espetáculo, relegados ao pior lugar dos hipódromos, considerados meros coadjuvantes, os populares reagiam da forma que era possível. Ao se sentirem burlados, encerravam qualquer pretensão de “civildade” e utilizavam os recursos de que dispunham: destruíam, simbólica e literalmente, a farsa montada. (MELO, 2012, p. 33, 34)

Em vista disso, podemos afirmar que estas experiências de lazer do século XIX foram o prenúncio da formação de um público esportivo ávido por algum tipo de entretenimento no qual pudesse se engajar. Apesar dos sentidos aristocráticos que o turfe mobilizava, foi talvez a primeira atividade de lazer periodicamente organizada a contar com um efetivo engajamento “torcedor”, embora este termo sequer existisse na época. Havia, portanto, um embrião inicial dos espetáculos de massas que surgiriam no século seguinte.

É importante destacar aqui que estas novas dinâmicas sociais não se aplicam de forma uniforme em todo território nacional, até porque um dos traços do Brasil no século XIX é justamente a dispersão demográfica de sua população, somado a uma precária perspectiva de construção de uma identidade nacional. Logo, o processo que aqui descrevo tem mais a ver com as configurações sociais⁸ que se apresentavam nos incipientes centros urbanos em formação, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, do que algo que realmente pudesse se aplicar à população brasileira como um todo. É justamente a partir do exemplo do Rio de Janeiro, então centro político do

⁸ De acordo com o método sociológico desenvolvido por Norbert Elias, uma configuração social nada mais é do que um padrão de relações sociais entre pessoas individuais interdependentes “que constituem o grupo ou, num sentido mais vasto, a sociedade. (ELIAS, DUNNING, 1992, p. 230)

país, que podemos falar do surgimento de um outro esporte no nascente mercado do entretenimento e lazer: o remo.

O desenvolvimento do remo esteve muito associado à adoção de novos hábitos “modernos” na sociedade carioca, como a popularização dos banhos de mar enquanto possibilidade de lazer. De acordo com Melo (2012, p. 36), este novo hábito gerava novas possibilidades de sociabilidade calcadas em uma “maior permissividade de exposição corporal, expressão de uma certa distensão dos hábitos e costumes”.

Com o tempo, esta modalidade foi incorporada ao *étos* de uma burguesia emergente que alterou o próprio eixo de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, “sendo a Zona Norte substituída pela Zona Sul na preferência das elites, que paulatinamente deslocam suas residências para aquela região mais próxima às praias, antes ocupada majoritariamente por estrangeiros.” (MELO, 2012, p. 37). Por serem realizadas ao ar livre, logo as regatas passaram a mobilizar uma audiência maior e mais diversificada, e já no final do século XIX se estruturam de maneira mais organizada os “Clubes de Regata”. A ascensão destas instituições representou a ascensão de um elemento central no que se refere à participação do público: o pertencimento clubístico (MELO, 2012).

Todas estas inovações na sociabilidade urbana e estes circuitos preliminares de eventos esportivos no Brasil foram essenciais para a ulterior consolidação do futebol enquanto espetáculo de massas no Brasil. Sistematizados alguns elementos sociais da conformação inicial de um público esportivo no Brasil, falemos agora um pouco de alguns aspectos referentes ao engajamento da sociedade brasileira nesta que é a principal modalidade esportiva abordada aqui: o futebol.

1.3. O jogo das multidões: o futebol e a construção de um imaginário nacional-popular no Brasil

Conforme falado anteriormente, a novidade do futebol em nossas terras esteve muito associada à incorporação de valores ocidentais tidos como “modernos e civilizados” por parte de uma nova elite que se formava nos nascentes centros urbanos do país. Mais cosmopolitas, estas elites tendiam a absorver novos padrões de sociabilidade em um contexto – final do século XIX – em que se vislumbrava uma ruptura com o arcaísmo colonial das aristocracias rurais, promovendo uma nova forma de viver o cotidiano. O sedentarismo e o recolhimento da casa senhorial, vista como

um refúgio em relação a degradação da rua suja e insalubre, passa a ser contraposta a uma cultura urbana de lazer e entretenimento que originou o que a historiografia denominou de *Belle Époque* brasileira.

A exposição pública de corpos e músculos também é um elemento desta nova cultura, engendrando corporalidades mais desvinculadas do universo rural onde o desenvolvimento de uma musculatura mais embrutecida era associado aos escravizados e trabalhadores braçais. Conforme relata Mascarenhas (2014, p. 82), “a progressiva aceitação do futebol insere-se, evidentemente, nessa onda de adesão a uma vida supostamente atlética e sã.”.

Foi a partir dos clubes de futebol destas elites mais abastadas que surgiram os primeiros circuitos competitivos⁹ no Brasil na primeira década do século XX. A modalidade se popularizou, e os clubes passaram a mobilizar um público mais fiel que passou a ser denominado pela imprensa que cobria estes eventos de “torcida”. Segundo Malaia, termos como torcer, torcedor e torcida

[...] passaram a ser largamente usados pela imprensa das grandes capitais, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, para dar significado ao ato de apoiar um equipe de futebol de maneira efusiva, com cânticos e gritos (torcer), ao sujeito que pratica esse ato de apoiar uma equipe de futebol de maneira regular (torcedor ou torcedora) e ao grupo de pessoas que juntas praticam esse ato (torcida). (MALAIA, 2012, p. 54)

Segundo as explicações mais convencionais, a escolha do verbo “torcer” se deu pelo fato das mulheres presentes nos certames torcerem seus panos e lenços em momentos de maior tensão durante a partida. Inclusive, a presença de mulheres nos *stadiums*¹⁰ era muito comum no princípio do século XX. Mesmo que a associação aos clubes fosse exclusividade dos homens, aos patriarcas que fossem sócios adimplentes era dado o direito de frequentar os jogos gratuitamente na companhia da esposa e das filhas solteiras. Sendo assim, os campos de jogo se configuravam como ponto de encontro para a confraternização entre famílias tradicionais, sendo uma boa oportunidade para que damas e cavalheiros da alta sociedade pudessem se conhecer.

⁹ Fundada em 1905, a Liga Metropolitana de Football, renomeada de Liga Metropolitana de Sports Athletics em 1907, foi a primeira competição oficial de futebol realizada no Rio de Janeiro. Foi fundada majoritariamente por clubes das elites mais abastadas da metrópole, e seu regulamento só permitia a inscrição de jogadores amadores. Já em São Paulo, a primeira liga de futebol foi fundada em 1901, com a denominação de Liga Paulista de Foot-ball, com a participação de cinco clubes também da alta sociedade paulista.

¹⁰ O vocabulário futebolístico nos primórdios do futebol no Brasil era repleto de anglicismos. Nas palavras de Malaia (2012, p. 53), “o jogador era *player* ou *sportsman*. [...] O árbitro era o *referee*, e os bandeirinhas os *linesmen*. Todos se apresentavam no *field*, no *stadium*, em jogos cheios de *goals*, *hands*, *off-sides* e *fouls*.”.

A venda de ingressos para não sócios passou a ser um elemento central da saúde financeira dos clubes. Com preços acessíveis, pessoas de camadas sociais distintas passaram a frequentar os estádios, ainda que separadas por setores diferentes (MALAIA, 2012, p. 58).

Estas experiências são o retrato da formação inicial de uma sociedade de massas no Brasil, onde a coletividade passa a se projetar enquanto um personagem autônomo, sendo a torcida de futebol um desses personagens (MALAIA, 2012). Nas palavras de Mascarenhas (2014, p. 80), “trata-se de um quadro alarmante, formado por extremos contrastes materiais de condições de vida, envolvendo a experiência inédita das multidões, o que propõe um ambiente propiciador de imensas possibilidades”.

Esta situação se reflete também no surgimento e expansão dos estádios brasileiros, movimento que revela a ação de empresários da incipiente indústria do entretenimento desejosos de capitalizar esta transição do futebol, que deixava de ser guiado pelo ideal atlético clássico para ingressar no universo do entretenimento das massas urbanas. Como dito por Mascarenhas (2014, p. 87), “a ritualização (e mercantilização) do futebol, convertido em espetáculo esportivo, é ingrediente da modernidade urbana”.

É importante identificar esta dimensão mercantil do futebol já no limiar do século XX. O debate contemporâneo sobre a nova economia do futebol, no qual entraremos ao longo deste trabalho, pode induzir ao erro de inferir que a mercantilização é uma novidade de nosso tempo, sendo o futebol de cem anos atrás algo totalmente livre de maiores interesses. Trata-se de uma perspectiva equivocada. O mercado não é uma entidade abstrata onde pode-se entrar ou sair, mas sim um conjunto de práticas que permeiam praticamente todas as atividades humanas. Mais do que isso, o mercado é também uma construção histórica cujos significados oscilam substancialmente de época para época. Nos anos 1920, a construção de uma modernidade capitalista representava uma fissura na estrutura oligárquica e arcaica do futebol brasileiro.

A passagem do esporte de uma manifestação cultural “civilizada” própria da aristocracia para um entretenimento de massas teve protagonismo decisivo de figuras com uma visão mais voltada para os negócios, afinal de contas, a própria construção de um ambiente de negócios próspero dependia de uma maior integração social e superação do viés estamental, movimentos característicos da transição de sociedade

mais tradicionais para sociedades modernas. Do mesmo modo, exigiu uma organização maior das ligas, que se tornaram espaços de disputa entre aqueles que defendiam uma visão mais profissional do futebol em oposição ao domínio do amadorismo que, na prática, mantinha o jogo enraizado como um hobby de elites ilustradas.

A profissionalização, só consolidada no Brasil a partir dos anos 1930, aumentava o nível de competitividade dos torneios e atraía mais público, o que permitia que os clubes arrecadassem mais com bilheteria. Além disso, como o amadorismo representava um entrave para jogadores oriundos das camadas populares, o profissionalismo permitia uma maior identificação dos jogadores com o público comum, sendo mais um fator para a maior popularização do jogo.

A ascensão do Club de Regatas Vasco da Gama no cenário do futebol carioca é um bom exemplo desta tensão entre profissionalismo e amadorismo nos bastidores do futebol nos anos 1920. Fundado pela numerosa colônia portuguesa do Rio de Janeiro, o Vasco conquistou o campeonato carioca de 1923 com um time formado majoritariamente por negros e brancos semianalfabetos oriundos das classes mais baixas da sociedade carioca à época. Isto provocou uma forte reação dos clubes de elite (América, Botafogo, Flamengo e Fluminense).

Conforme relata Proni,

Apareceram denúncias de que os atletas recebiam remunerações e, portanto, não eram efetivamente amadores. [...] Por outro lado, para surpresa geral, por muito pouco o Botafogo não foi rebaixado à segunda divisão. O avanço do semiprofissionalismo punha em questão, na verdade, o próprio modelo elitista de esporte amador, levando os clubes de elite a uma reação defensiva. (PRONI, 2000, p. 109)

Contrariados com o sucesso do time vascaíno, os clubes citados acima criaram uma outra liga, a AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atlhéticos), e excluíram o Vasco alegando que este não possuía estádio e que possuía atletas em condições “suspeitas”, condicionando sua entrada na liga ao afastamento destes. Diante disso, o clube se recusou a participar da liga e permaneceu na antiga Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT). No entanto, a AMEA se viu em uma situação delicada, pois a não participação do Vasco, que havia crescido enormemente sua base de torcedores com o título do ano anterior, poderia criar uma concorrência indesejada com a LMDT, o que poderia colocar em xeque o *status* de legítima organizadora do campeonato carioca. Nestas circunstâncias, o Vasco foi readmitido

na AMEA já no ano seguinte.

Segundo Proni (2000) esta situação traduz muito bem as contradições daquele período. Ao mesmo tempo em que os dirigentes queriam preservar o modelo elitista, buscavam se beneficiar da popularização do campeonato representada pela ascensão de um clube que angariou a simpatia da população suburbana, cuja identificação com os clubes das áreas nobres da cidade não era tão grande.

Conforme a obsolescência do modelo amador ficava patente, mais ficava claro como mercantilização e popularização andavam de mãos atadas. A expansão da base de torcedores passou a ser um objetivo dos clubes, assim como as ligas buscavam se aproveitar disso para consolidar os seus campeonatos. Para que os clubes fossem bem-sucedidos em alcançar esta meta, era necessário montar times competitivos, capazes de conquistar títulos.

Nesse contexto, origem social e remuneração deixavam de ser elementos relevantes, importando mais a capacidade técnica dos jogadores de entregarem bons resultados em campo. O espetáculo esportivo não é mais atraente em função de sua aura civilizatória, mas em função do nível de competitividade que é apresentado ao público. De certa forma, há uma lógica de oferta e demanda operando: o clube que oferecer times mais competitivos, atrairá mais seguidores e mais demanda por seus jogos, arrecadando mais em bilheteria e se fortalecendo perante os outros.

No entanto, não se trata de um mercado como qualquer outro, pois além da dimensão mercantil do esporte, há também um engajamento emocional que não se aplica ao consumo de outros produtos e serviços. O futebol não é apenas um bem de consumo, mas um bem simbólico cujos significados transcendem o utilitarismo das trocas monetárias. Há, além de uma economia monetária convencional, uma economia das emoções esportivas sem a qual o futebol não poderia mobilizar o público para o qual a nascente indústria do entretenimento apela.

No mapeamento realizado em redes sociais, foi possível recolher um pequeno depoimento que expressa bem este lado do esporte. Comentando na rede social *Twitter* sobre o que sentiu em um jogo decisivo do seu time em um campeonato nacional, um torcedor relatou:

Um dos piores dias da minha vida com certeza.
Mega crise de ansiedade impulsionada por um choro compulsório.
15/20 minutos passando muito mal, cheio de dor de cabeça e vários amigos e amigas na sala testemunhando.

É importante pensar este aspecto emocional do futebol no contexto de

ascensão de uma sociedade de massas. Buscando explicar o porquê de o futebol produzir tamanho engajamento entre as pessoas, o antropólogo Arlei Damo (2001, p. 83) faz uma analogia com o mundo das artes, assinalando que “não há outro fenômeno na cultura contemporânea que leve o prazer da beleza a mais gente do que os esportes”. Levando em conta o caso do futebol, Damo parte de três categorias analíticas: o *ritual disjuntivo*, associada ao pensamento estruturalista de Lévi-Staruss, o *pertencimento clubístico* e a noção de *jogo absorvente*, vinculada à antropologia hermenêutica de Clifford Geertz.

O primeiro diz respeito ao aspecto disjuntivo do jogo, isto é, parte-se de uma igualdade entre dois polos distintos que buscam se disjuntar em vencedores e perdedores. O interesse em relação ao jogo de futebol é justamente fruto da vivência desta expectativa em relação ao desfecho do certame, ou, nas palavras de Elias (1992), desta busca por tensão agradável¹¹ que caracteriza as atividades de lazer em um mundo moderno com rotinas cada vez mais reguladas. Resumindo, quando falamos da vivência do lazer engendrada pelo futebol sob a perspectiva da disjunção, estamos falando de uma relação de descontinuidade com este cotidiano dirigido, de uma fissura momentânea no espaço-tempo que a tensa imprevisibilidade de uma partida pode proporcionar.

Contudo, essa carga emocional não seria produzida não fosse também outro elemento desta economia das emoções: o pertencimento clubístico (ou o pertencimento nacional em caso de competições entre seleções). Esta categoria nos permite pensar os clubes, os torcedores e os jogadores como um amplo sistema de representações que forma extensas “comunidades imaginárias de sentimento” (DAMO, 2001). Ao contrário de espetáculos eruditos, no futebol espectadores (torcedores) e atores (jogadores) não estão totalmente dissociados, mas simbioticamente ligados pelos elos que as instituições clubísticas produzem. Quando um time de futebol profissional perde ou ganha, não são só os jogadores que o compõem que sofrem os desdobramentos do resultado, mas toda a comunidade que eles representam. É esse engajamento emocional que estabelece, segundo DaMatta (1994, p. 6), zonas de contato desse esporte com as festas populares tradicionais.

Tais comunidades fornecem aos torcedores o acesso a todo “um universo no

¹¹ É verdade que a paixão clubística faz com que essa tensão não seja, do ponto de vista emocional, tão “agradável” em muitos momentos. Mas no contexto da obra de Elias, a polaridade agradável x desagradável está orientada pelo nível de violência e risco físico desta tensão.

qual a brincadeira e a jocosidade são essenciais” (DAMO, 2001, p. 88). Trata-se de redes de sociabilidade que dão sentido ao ato de torcer para além dos noventa minutos de uma partida. Segundo Damo,

Torcer é uma forma de participação política bastante peculiar. Abordar o “pertencimento” e as atitudes decorrentes deste vínculo desde o ponto de vista estético implica reconhecer nas manifestações dos torcedores – das falas, gestos, vestuário, etc. – certas mensagens cuja decifração, em termos de forma e conteúdo, permite-nos acessar alguns conflitos subjacentes à dinâmica social. Ou seria mero casuísmo o fato de os clubes de futebol no Brasil estarem, via de regra, identificados em pares de contrários do tipo elite/popular, branco/negro, centro/periferia, grande/pequeno, entre outros? (DAMO, 2001, p. 88)

Assim sendo, essa relação de descontinuidade da disjunção com a rotina também está entrelaçada com os aspectos mais triviais e contínuos da vida social. Não fossem as provocações na escola, no trabalho, no botequim; não fossem as representações e tradições constituídas em torno dos clubes no âmbito da vida ordinária dos seus torcedores, o futebol seria apenas uma sucessão de movimentos corporais plásticos desacompanhado das paixões viscerais que o circundam. Em suma,

Há muitas formas de consumir um jogo, e elas dependem de como o sujeito é envolvido nesse universo. Raros são os torcedores que vão ao estádio para admirar a performance corporal dos jogadores. Vai-se para torcer por uma das partes envolvidas na disputa, e a adesão é, normalmente, anterior à frequência aos estádios. (DAMO, 2011, p. 73)

A própria lógica de organizar campeonatos se vale desse aspecto mais contínuo do futebol: não fosse a organização prévia desses circuitos de disputa, o futebol seria apenas um conjunto de jogos desconexos entre si, sem uma narrativa que alimentasse o interesse regular do público.

Assim sendo, a emoção absorvente¹² do jogo de futebol, isto é, o engajamento que ele produz naqueles que o acompanham, decorre desta combinação entre o caráter extraordinário da tensão disjuntiva com as tradições sociais forjadas pelas redes de sociabilidade da vida ordinária. É através desta dialética entre a disjunção do evento e as tradições constituídas em torno dos mesmos que se estabelece uma

¹² “A ideia de jogo absorvente é retirada de um texto clássico da Antropologia, sobre a Briga de galos em Bali (Geertz, 1989) [...] seguindo a chamada hermenêutica geertziana, pode-se dizer que compreenderemos algo sobre a cultura brasileira – dos homens, especialmente – observando o comportamento em torno do campo, da mesma forma que se observa a rinha de galos em Bali. [...] O jogo absorvente é aquele que põe frente a frente galos (atletas) de boa linhagem e seus donos de status elevado (clubes tradicionais). O risco e a excitação decorrem dessa combinação.” (DAMO, 2001, p. 89)

economia das emoções esportivas. Como afirma Proni (2000, p. 132), “a temporalidade do evento e da tradição constituem a força motriz da dinâmica de grupo de um jogo de futebol”.

Ora, como essa economia das emoções se relaciona com a emergência de uma sociedade de massas no Brasil? À medida que a urbanização avança, as grandes cidades se tornam o centro da vida social, as redes de sociabilidade se adensam, os hábitos e costumes se renovam. Em suma, se constitui uma esfera pública que até o final do século XIX ainda era incipiente no país. Nesse contexto, as emoções implicadas em atividades sociais como o esporte se alargam e operem como cimento de toda a sociedade, impactando até aqueles que por acaso não se interessam tanto pelo futebol. Mais do que mero efeito da consolidação de uma sociedade de massas moderna, o futebol foi elemento ativo para sua criação ao induzir a construção de um imaginário nacional-popular. Setores historicamente à margem da sociedade - como negros, pobres e analfabetos – se viram pela primeira vez presentes de forma mais sistemática na esfera pública através do futebol, o que foi capaz de produzir um sentimento de nacionalidade outrora restrita à estamentos sociais como as oligarquias e os militares.

Em suma, a economia das emoções do futebol produziu um quadro de integração social que operava subjetivamente no imaginário coletivo. Como dito por DaMatta (1994, p. 17), foi através do futebol que o povo brasileiro se apropriou pela primeira vez dos símbolos nacionais (a bandeira, o hino e as cores nacionais) e os associou a seus valores mais profundos. Foi através do engajamento a este esporte que conseguimos somar Estado nacional e sociedade no Brasil.

O futebol foi se conformando como um ritual popular capaz de dramatizar algo inédito que o quadro de estratificação social brasileiro nunca antes havia oferecido: a inclusão social. E esta inclusão não é apenas econômica, aplicada somente aos futebolistas profissionais alçados à condição de ídolos, mas também simbólica, já que todos os membros da coletividade que eles representavam em campo se viam englobados em uma cultura comum capaz que modulou uma identidade nacional em que todos estivessem simbolicamente incluídos.

A representação de um “estilo brasileiro de jogar” estava profundamente associada à suposta “malandragem”, “ginga” e “jogo de cintura”, estereótipos atribuídos por um determinado tipo de pensamento social brasileiro, entre jornalistas e intelectuais, aos negros e “mulatos” brasileiros. Usados como algo depreciativo

contra a população negra, estes atributos foram ressignificados no âmbito das representações engendradas pelo futebol, passando a ser entendidos como características nacionais (e não apenas de um segmento social) positivas, que nos distinguiam da frieza dos europeus. Apesar de seu aspecto tutelar e romântico, o fato é que estas representações exerceram enorme influência na construção de nossa identidade nacional e do que seria uma sociedade orgulhosa de suas misturas étnicas.

Os anos 1930 talvez tenham sido um divisor de águas para o futebol brasileiro. Os mecanismos regulatórios do futebol finalmente abandonaram a antiga veia elitista e amadora, e deram origem a um momento onde o futebol se solidificou enquanto atividade esportiva e cultural de massa. Este novo momento, onde o Estado passa a exercer um papel mais proativo no estabelecimento dos parâmetros que irão reger o esporte enquanto atividade profissional e cultural, está inserido em um contexto onde o alvorecer de uma sociedade de massa cada vez mais urbanizada dá o tom da construção de um Estado que funcione como indutor político e econômico de uma sociedade ainda marcada por assimetrias de poder. Trata-se de um movimento de centralização política: enquanto os traços arcaicos cada vez mais decadentes da ordem social tentam se conservar se agarrando às velhas estruturas políticas locais, o Estado caminha no sentido de capilarizar cada vez mais a vitalidade de seus mecanismos de ordenamento jurídico-normativo da sociedade brasileira.

Mesmo que esta, enquanto sociedade civil organizada, estivesse tolhida de exercer um papel mais ativo neste processo, alguns atores sociais importantes, como jornalistas e empresários que atuavam na área esportiva, chancelaram este engajamento do Estado na promoção do esporte e do futebol em particular. A intervenção do Estado era uma forma de organizar os esportes no Brasil e superar a desordem administrativa que caracterizava o arcabouço institucional do nascente futebol profissional da época. A criação do Conselho Nacional do Desportos (CND) pelo Estado Novo é um exemplo desta atuação do poder público no desenvolvimento do futebol brasileiro. Criado em 1941, o CND funcionava como órgão normativo e regulador e tinha a tarefa de desenvolver o desporto no país. Além de intervir na direção de federações e nomear interventores, ditava o modelo de estatuto que deveria ser seguido pelas entidades esportivas do país (CASTELLARI, 2010).

Também o desenvolvimento da imprensa exerceu papel relevante neste período. A Rádio Nacional, por exemplo, passou a transmitir para todo o Brasil os jogos dos campeonatos estaduais de Rio e São Paulo, o que possibilitou aos times

destes locais consolidarem uma grande base de torcedores espalhados por todo o território nacional. Além disso, o surgimento de órgãos de imprensa especializados como o *Jornal dos Sports* passou a alimentar ainda mais o interesse do público pelo futebol, com notícias e colunas diárias sobre o tema, além de interações com os torcedores através de enquetes, concursos, competições entre torcidas e etc. Eram os primeiros passos de uma imprensa esportiva no Brasil.

A combinação entre a oficialização do profissionalismo, a incipiente estruturação de meios de comunicação de massa, como cadeias de rádio e jornais especializados de grande circulação, e a ascensão de um governo centralizador ao comando do Estado brasileiro, alçaram o futebol à condição de uma poderosa base cultural da nacionalidade brasileira, algo ao qual as pessoas podiam se apegar. Nas palavras de Proni:

O futebol se tornara um elemento da cultura popular. Aliás, podemos considerá-lo como portador de referências culturais – porque a velocidade do progresso, nos cinquenta, precisava ser compensada com um apego a tradições e costumes que dessem um sentido de continuidade às vidas daqueles que viviam num mundo em mudança. (PRONI, 2000, p. 135)

Foi nesse contexto que a partir dos anos 1940 o Estado brasileiro passou a investir na construção de grandes estádios públicos¹³ capazes de sintetizar a monumentalidade das massas urbanas brasileiras. Além de sua funcionalidade econômica, já que podiam receber um contingente de público substantivamente maior do que os estádios de pequeno porte característicos do início do século, gerando mais renda de bilheteria para os clubes, estes estádios, que Mascarenhas (2013) denominou de “estádios fordistas”, simbolizavam a consolidação definitiva de um imaginário nacional-popular, onde a nacionalidade se associava a uma ideia de “povo” entronizada nas novas tradições que se formavam nos nascentes centros urbanos brasileiros. Estes novos equipamentos eram suscetíveis a toda sorte de apropriação coletiva por parte de seus usuários.

Como afirma Mascarenhas (2013, p. 155), “o rico movimento de apropriação do estádio faz dele um elemento singular na reprodução social da cidade”, permitindo que este recinto seja vivido através de memórias e performances mediadas pela coletividade torcedora. Retomando as considerações sobre a economia das emoções

¹³ O primeiro dessa geração de estádios foi o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, inaugurado em 1940. No entanto, o Maracanã é, sem dúvidas, o maior expoente deste movimento. Construído para a Copa do Mundo de 1950 realizada no Brasil, sua capacidade podia chegar a quase 200 mil pessoas, ganhando a alcunha de “o maior estádio do mundo”.

esportivas, o estádio fordista era a síntese espacial da categoria de *jogo absorvente* proposta por Damo. Era neste espaço que disjunção e tradição se condensavam em um só ente: a multidão. Multidão que reunia torcedores das mais variadas origens sociais e das mais distintas regiões da cidade, mas que a emoção disjuntiva no estádio tratava de cristalizar em um todo homogêneo.

As práticas sociais performadas no âmbito destas multidões podiam se dar tanto no estádio quanto nas ruas e praças da cidade, fazendo com que estas grandes praças esportivas se consolidassem como uma verdadeira extensão das dinâmicas da vida urbana, à diferença que no plano da tensão disjuntiva, transcendiam sua natureza ordinária, e se convertiam em um imenso ritual coletivo. As bandeiras, os morteiros, os papéis picados, os sinalizadores, as coreografias corporais, tudo no âmbito da multidão se torna um fenômeno sublime, extraterreno, tornando o estádio um lugar essencialmente transcendental.

Além das iniciativas do Estado, a própria condição das técnicas de acumulação e gerenciamento capitalista da época se harmonizavam com este imaginário nacional-popular. A estruturação do futebol profissional nesta época estava muito associada a uma pretensão de estabelecer uma lógica de oferta e demanda por espetáculos esportivos. Assim sendo, a maximização dos lucros se dava pela quantidade de pessoas que uma mercadoria conseguisse mobilizar, seguindo os padrões fordistas de organização da produção e circulação de bens. Deste modo as estratégias de promoção do jogo pelo mercado do futebol à época também estavam orientadas pela ideia de multidão. A multidão era a base segundo a qual o consumo (dimensão mercantil) e as emoções (dimensão simbólica) se encontravam em uma grande economia moral, política, monetária e emocional (DAMO, 2011).

No entanto, a forma como essa multidão se configura depende dos significados mobilizados no decorrer do processo histórico. Ao longo de boa parte do século XX a ideia de modernização da sociedade brasileira esteve associada a um quadro com múltiplas dimensões: a) acelerada urbanização (dimensão social) ; b) inclusão de negros e pobres em uma economia capitalista moderna (dimensão econômica); c) superação do elitismo aristocrático e constituição de uma base cultural comum para a nacionalidade brasileira (dimensão cultural); d) superação da estrutura oligárquica através da formação de um Estado forte e centralizado (dimensão política).

A constituição de um futebol popular e acessível às “multidões” esteve associado a este quadro histórico. Contudo, ocorreram algumas mudanças no fim do

século que modificaram substantivamente os sentidos deste ímpeto modernizante. Tais mudanças impactaram consideravelmente nas diretrizes do futebol no Brasil, assim como na experiência das multidões torcedoras.

1.4. O jogo dos cifrões: a conquista do futebol pelo mundo dos negócios

Até agora nos debruçamos sobre a trajetória do futebol enquanto empreendimento da modernidade, enfatizando principalmente sua caminhada no Brasil. Vimos como a multidão era uma categoria simbólica a partir da qual se articulavam tanto técnicas de gerenciamento e acumulação da nascente indústria do entretenimento que se formava, quanto experiências emocionais do público torcedor que se engajava neste esporte. Também constatamos o quanto a transição do futebol do ideal atlético clássico para o entretenimento de massas esteve associada a um contexto social, político, econômico e cultural em que se reconfiguraram as relações sociais na sociedade brasileira, contexto próprio da transição de uma sociedade colonial tradicional para uma moderna sociedade de massas.

Esta formação assegurou a amplitude social necessária para o desenvolvimento de uma cultura de massas onde os emergentes meios de comunicação atuassem enquanto centro cultural do país. É no âmbito desses meios que a indústria do entretenimento operaria futuramente, sendo o futebol um de seus principais produtos em potencial. No entanto, apesar destas condições sociais favoráveis, as técnicas de gerenciamento capitalista desta indústria ainda eram incipientes entre os anos 1940 e 1960.

Tratava-se de um mercado que carecia de mão-de-obra especializada, sendo muito marcada pelo imprevisto e pelo intercâmbio com outras esferas da produção cultural e acadêmica. A cobertura do futebol atesta este quadro. A imprensa esportiva brasileira em seus primórdios era muito marcada pela presença de literatos e bacharéis. Neste período, a narrativa sobre o futebol, a forma como era relatado, estava marcado por uma linha muito tênue entre jornalismo e arte, entre realidade e literatura, constituindo um gênero literário próprio: a crônica esportiva. A ênfase nos aspectos emocionais do jogo acentuava a dimensão mítica e transcendente do futebol, e davam o tom de uma experiência com o jogo organicamente atrelada às novas culturas e tradições populares que se formavam no país àquela época.

Ao longo dos anos 1960 se desenvolve um novo paradigma de gerenciamento

na indústria do entretenimento. O improvisado e o espírito aventureiro dos empreendimentos iniciais vão dando lugar a uma mentalidade mais corporativa, onde a (re)produção dos conteúdos é metodizada através de técnicas mais precisas de mapeamento do público e de quadros profissionais mais especializados, o que tornava a produção mais impessoal – menos vinculada ao espírito inovador dos primeiros empresários do ramo – e autorreferenciada (menor trânsito entre diferentes esferas da produção cultural).

Além disso, o Estado autoritário, dessa vez sob o comando dos militares, forneceu os insumos tecnológicos para a consolidação de uma rede nacional de telecomunicações. Pouco a pouco, a televisão foi se tornando o principal meio de difusão de informações e produção de conteúdo, atraindo financiamento por meio de verbas publicitárias que anteriormente se concentravam no rádio. Sua massificação nos anos subsequentes reformulou o sistema de comunicação e circulação de informações, impactando a forma como os bens culturais e simbólicos seriam comercializados na sociedade.

Como funcionou a integração do futebol a essa nova realidade? Até meados dos anos 1970, as corporações de mídia não tinham relações comerciais com o espetáculo futebolístico. Embora fossem parte do noticiário, os eventos esportivos não eram televisionados para o grande público, sendo transmitidos ao vivo apenas pelas cadeias de rádio. Na TV aparecia apenas o videoteipe com os melhores lances das partidas. Aqueles que quisessem efetivamente assistir a uma partida ao vivo – e não somente ouvi-la - só poderiam fazê-lo adquirindo um ingresso e indo ao estádio. A saúde financeira dos clubes ainda dependia muito das receitas de bilheteria, que até os anos 1970 eram a principal fonte de renda destas instituições. Mesmo que a televisão já fosse uma realidade para uma parcela considerável da população brasileira nesta década, havia um temor de que a transmissão televisiva esvaziasse os estádios, causando uma queda brusca na arrecadação dos clubes.

A saída para isso foi a instituição dos direitos de transmissão, um investimento realizado pelos grandes grupos de comunicação para adquirir o direito de transmitir os jogos dos campeonatos. Cada clube passou a receber cotas fixas de direitos de transmissão, o que acabava por compensar as perdas com bilheteria. Além disso, a intensa exposição midiática a qual o jogo passaria a estar suscetível tornaria o futebol um veículo publicitário privilegiado, fazendo com que um conjunto de agentes econômicos se articulassem e formassem uma poderosa indústria. Neste contexto, os

clubes foram compelidos a dialogar com um universo corporativo que era até então desconhecido pelos dirigentes esportivos, assim como os empresários se viram na dianteira de uma nova frente de atuação com a qual ainda não estavam acostumados.

É importante traçar um panorama histórico desta nova dinâmica corporativa que se anunciava no futebol. De maneira geral, havia uma restrição à atuação do capital na organização do jogo. Embora já houvesse uma lógica mercantil operando no futebol (comercialização de ingressos, profissionalismo dos atletas, gratificações por transferência de jogadores), não era possível caracterizá-lo como um empreendimento capitalista. A lógica da concorrência ainda estava restrita às quatro linhas, não havendo muitas técnicas de gerenciamento propriamente capitalistas que apontassem para uma competição entre os clubes no âmbito da administração financeira. Obviamente, aquelas agremiações que contavam com maiores torcidas tinham maior potencial de arrecadação e competitividade, já que conseguiam mais dinheiro com bilheteria e sócios, e atraíam os melhores jogadores. Contudo, as conquistas dentro de campo ainda dependiam substancialmente da capacidade dos departamentos de futebol de cada clube de montar boas equipes e/ou de uma boa safra de jogadores oriundos das categorias de base.

Conforme dito por Proni,

O controle da modalidade nas mãos de dirigentes amadores manteve o capitalismo “confinado”, isto é, impediu que as leis do capital dirigissem a atividade futebolística e ditassem as regras das relações entre clubes e jogadores, clubes e federação, e dos clubes entre si: ‘A liga de futebol era uma espécie de cartel sem fins lucrativos’. [...] O futebol continuava não sendo um negócio, ou melhor, era um negócio muito particular. Os clubes não competiam com outros para atrair grandes multidões reduzindo preços ou desenvolvendo um plano de marketing; as suas receitas se ampliavam ou diminuía de acordo com a campanha da equipe na temporada. Não faziam qualquer esforço sério para aumentar o tamanho da torcida (o seu “mercado potencial”). Nem se preocupavam em obter receitas de um imenso patrimônio fixo que, mesmo sendo próprio, era usado somente algumas horas por semana. E, principalmente, o futebol continuava uma atividade sem fins lucrativos, o clube dependendo da colaboração dos “sócios” (ou de algum “padrinho”) para se manter. **Não havia a figura do capitalista empreendedor.** (PRONI, 2000, p. 42-43, grifo meu)

A superação deste modelo de organização do futebol se deu em um processo longo e progressivo que constituiu paulatinamente um mercado de intensa concorrência entre os clubes, o que aumentou substancialmente a inflação dos custos de financiamento do futebol e obrigou os dirigentes esportivos a pensar em estratégias de arrecadação mais estáveis e diversificadas. Tratava-se da construção de um novo conceito de organização da modalidade denominada por Proni (2000) de “futebol-

empresa” que, entre outras coisas implicou em: a) formação de uma nova classe de dirigentes esportivos com uma mentalidade corporativa, voltada para o mercado; b) estabelecimento de relações comerciais entre os conglomerados de mídia e os campeonatos profissionais; c) desenvolvimento de estratégias de marketing esportivo; d) novas legislações que viabilizassem um papel mais dominante a grupos econômicos na organização do esporte.

Este novo modelo está associado a uma perspectiva de gerenciamento das “coisas” (FOUCAULT, 1979) do futebol onde prevalece uma lógica que rege a experiência dos homens segundo parâmetros comerciais de arrecadação e rentabilidade. O futebol foi se consolidando enquanto um grande negócio e, ao se inserir nos circuitos da indústria do entretenimento, reconfigurou-se todo o conjunto de técnicas gerenciais que orientam a atuação dos homens nesta esfera da vida social. Se aos clubes, na figura de seus dirigentes, cabe o conhecimento de saberes que os aproximem o máximo possível de uma administração corporativa dos clubes como “marcas”, aos profissionais da mídia esportiva, cabe o domínio de saberes cada vez mais especializados e precisos que ofereçam ao espectador uma linguagem técnica universal, que, em sua objetividade, ofereça um padrão narrativo sobre o futebol capaz de atingir uma audiência ampla.

Ao Estado, na figura de órgãos de segurança, cabe o estabelecimento de técnicas de vigilância e monitoramento dos torcedores, a fim de estabelecer um ambiente “seguro” e previsível para o consumo do espetáculo. Apesar das múltiplas finalidades e saberes envolvidos, há uma narrativa que os unifica enquanto uma economia¹⁴, que é a que se vale do princípio capitalista de expandir para todas as esferas possíveis da sociedade a circulação e o consumo de bens voltados para o incremento do lucro. O futebol se convertia em um ativo cuja funcionalidade não estava mais atrelada a finalidades políticas e sociais, mas a objetivos econômicos articulados por toda uma indústria que se formava ao seu redor. Se ao longo de boa parte do século XX o futebol era um meio de acumular prestígio político e social junto às comunidades representadas pelos clubes, no final do século ele vai se tornando mais uma frente de acumulação capitalista propriamente dita. É basicamente disso que trata esta nova e emergente economia do futebol.

¹⁴ Utilizo aqui a noção de economia desenvolvida por Michel Foucault, que a define como “a maneira de gerir como se deve os indivíduos, os bens, as riquezas, tal como se pode fazer no interior de uma família” (FOUCAULT, 1979)

Um passo significativo para a transição para o novo modelo se deu nos anos 1970, quando a Copa do Mundo de 1970, no México, foi televisionada via satélite para diversos países do globo. Além disso, com a ascensão do brasileiro João Havelange ao comando da FIFA¹⁵ em 1974, a entidade máxima do futebol mundial estabeleceu contratos comerciais com grandes corporações multinacionais, como a Adidas e a Coca-Cola, que passaram a atuar como parceiras da entidade em seus torneios e projetos. Em troca, ganharam o direito de explorar comercialmente a Copa do Mundo, que, televisionada para um enorme contingente de pessoas ao redor do mundo, passou a atrair interesses comerciais cada vez maiores. Foi neste período que se estabeleceram as bases para o megaevento bilionário que a Copa do Mundo se tornaria posteriormente.

Em seu discurso de posse, Havelange afirmou: “Vim para vender o produto futebol”. Com um audacioso projeto de expansão do futebol para todos os continentes do globo, o brasileiro articulou federações de locais com pouca tradição futebolística prometendo investimentos em formação de atletas, financiamento de novos estádios e ampliação do número de vagas da Copa do Mundo, assegurando a participação de países onde o futebol ainda era incipiente. Para isso, contou com o suporte financeiro de suas novas parceiras, que vendo as perspectivas abertas pelas novas tecnologias da indústria do entretenimento, conduziram o futebol a um processo inédito de mercantilização em escala internacional.

Paralelamente a isso, as barreiras para o estabelecimento de um mercado de livre concorrência entre os clubes foram sendo derrubadas pouco a pouco. Já em 1960, por exemplo, a Inglaterra extinguiu a regra do teto salarial dos jogadores, que protegia os clubes de uma concorrência voraz que inflacionasse os salários, o que obrigou as agremiações a procurarem formas mais estáveis e diversificadas de arrecadação. Aquelas instituições que não “modernizassem” seu aparato administrativo nesta direção estariam em franca desvantagem em relação aos seus concorrentes, correndo o risco ou de apelar ao endividamento gastando o que não se tinha, ou de se contentar com jogadores medianos dispostos a ganhar menos.

Em 1981, a Itália viveu uma profunda reorganização de sua legislação esportiva, permitindo que clubes pudessem ser adquiridos por grupos econômicos

¹⁵ *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol). Fundada em 1904, é a entidade máxima do futebol a nível internacional, responsável pela organização da Copa do Mundo de Futebol.

privados organizados em Sociedades Anônimas¹⁶ (S.A), que pudessem expor em suas camisas as logomarcas de patrocinadores, além da possibilidade de formar ligas independentes da federação nacional, o que transferia para os grandes clubes o controle sobre o campeonato nacional. Abria-se a possibilidade de investimentos mais volumosos no futebol por parte de grandes marcas e grupos econômicos ávidos por retorno financeiro tanto indiretamente em imagem, quanto diretamente através de dividendos.

Além disso, a formação de uma liga independente permitia aos clubes a negociação direta com as empresas de comunicação interessadas em adquirir os direitos de transmissão dos campeonatos, não havendo mais a necessidade da intermediação das federações. A legislação italiana das S.A, inclusive, foi um modelo adotado em outros países europeus posteriormente, como na França em 1984 e na Espanha em 1990.

No Brasil, as transformações mais contundentes em termos de legislação vieram nos anos 1990, através da Lei Zico e, posteriormente, da Lei Pelé. No entanto, desde os anos 1980 já se discutia intensamente mudanças na estrutura administrativa do futebol brasileiro. A crise econômica inflacionária pela qual o país passou nesta década atingiu em cheio os clubes, que viram suas despesas correntes e os custos de contratação aumentarem sem uma correspondência na arrecadação, gerando um quadro de crescimento exponencial de suas dívidas.

Nesse contexto de vulnerabilidade de nossas agremiações, elas se viram obrigadas a se desfazer de seus craques, que rumaram para o futebol europeu (principalmente para a Itália, que era o mercado mais aquecido na época). Este êxodo de nossos principais jogadores era algo inédito em nossa história, e, junto à possibilidade de assistir aos jogos pela televisão, causou uma queda na presença de público nos estádios brasileiros ao longo da década, tornando as partidas deficitárias e a arrecadação dos clubes ainda mais precária. Os investimentos da televisão em direitos de transmissão ainda eram limitados, de modo que a venda de jogadores para os clubes europeus acabou se tornando uma forma dos clubes tentarem não fechar o ano no vermelho.

Esta conjuntura engendrou uma série de discursos, sobretudo no âmbito da imprensa esportiva, sobre uma “crise” do futebol brasileiro que se ancorava no atraso

¹⁶ Sociedade anônima é um modelo de companhia com fins lucrativos, caracterizada por ter o seu capital financeiro dividido por ações abertas ao mercado financeiro.

e arcaísmo das estruturas administrativas de nosso futebol em relação às modernas técnicas gerenciais que vinham sendo implantadas na Europa. Segundo o diagnóstico que circulava na imprensa, era necessário, entre outras coisas, racionalizar o calendário do futebol no Brasil, a começar pelo enxugamento dos deficitários campeonatos estaduais¹⁷, onde os clubes de massa jogavam a maior parte do tempo com clubes de pouca expressão, e expandir as competições nacionais enxugando o número de equipes.

Deste modo, os clubes de massa jogariam mais entre si, haveria mais jogos de grande apelo, e o campeonato seria mais rentável tanto para os clubes, que em tese arrecadariam mais com bilheteria, como para os grupos de comunicação detentores dos direitos de transmissão, que atrairiam maiores audiências. Isto implicava na separação do futebol em dois mundos: o dos clubes rentáveis da elite, que empregavam apenas uma pequena parte dos jogadores profissionais do país e o dos clubes pequenos, que, empregando a maior parte dos atletas profissionais do país, ocupariam um lugar marginal.

Para isso, era necessário repensar toda a estrutura federativa do futebol brasileiro, já que as federações representavam não só o mundo dos clubes de elite como também os dos clubes pequenos, que tinham o mesmo peso nas votações internas das entidades esportivas. Isto gerou conflitos entre alguns grandes clubes e a CBF, que não abria mão do controle político sobre a principal competição de clubes do país.

Este novo formato dos campeonatos também pode ser associado à ascensão do marketing esportivo nos anos 1980 como mais um aspecto desta nova estrutura gerencial do esporte. Embora o marketing fosse entendido, neste período, mais como uma ferramenta publicitária do que qualquer outra coisa, ao longo dos anos subsequentes esta noção foi sendo encorpada, passando a ser entendida também como algo que implicava elaborar estratégias para melhorar o conceito do produto futebol (tornando-o mais atrativo para o torcedor, os patrocinadores e a televisão)

¹⁷ Os campeonatos estaduais foram as primeiras competições oficiais realizadas no Brasil. Em função do caráter regionalista da organização inicial do futebol brasileiro, estas competições foram, por um longo período, os principais torneios do calendário futebolístico nacional. Com a criação de competições de escala nacional, como o Campeonato Brasileiro de Futebol em 1971, e continental, como a Copa Libertadores da América em 1960, iniciou-se uma tendência que subtraiu muito de sua relevância. Contudo, mesmo que a maioria de seus jogos fossem deficitários, ainda eram competições que ocupavam um número significativo de datas no calendário dos clubes brasileiros, o que gerou (e ainda gera) muitos debates sobre sua duração e até mesmo sobre sua extinção.

assim como implementar um gerenciamento profissional e mais racional (PRONI, 2000).

A Copa União de 1987 pode ser mencionada como um exemplo deste uso do marketing. Naquele ano, a CBF declarou que não tinha condições financeiras de organizar o campeonato brasileiro. Deste modo, os 13 principais clubes do Brasil se articularam e fundaram o Clube dos Treze¹⁸, uma espécie de organização paralela à CBF que se incumbiu de organizar o certame nacional daquele ano, que foi denominado de Copa União. Livre das amarras políticas da entidade máxima do futebol brasileiro, o Clube dos Treze organizou um campeonato bem mais enxuto e rentável, com apenas 16 equipes, todas elas contando com grande torcida. A competição foi um sucesso em termos de marketing, atraindo a parceria de grandes empresas, assim como um bom investimento da detentora dos direitos de transmissão, a TV Globo.

O fato é que a reformulação do calendário pode ser considerada por si só uma estratégia de marketing, pois o diagnóstico da imprensa esportiva, independentemente de seu conteúdo, já traz consigo um poderoso *lobby* da indústria do entretenimento, já que a própria imprensa está inserida no universo corporativo dos meios de comunicação de massa. O próprio conceito de marketing não pode ser desvinculado do atendimento de demandas referentes aos interesses privados existentes no mercado do futebol. Deste modo, todo o debate que se produziu nesta época já estava orientado por um consenso hegemônico que via na lógica de mercado a única solução possível para modernizar o futebol brasileiro.

A Lei Zico, de 1990, foi justamente a tentativa de cristalizar esse consenso modernizante dos anos anteriores. O Brasil vivia um período de reformas sintonizadas com a difusão global do neoliberalismo, segundo o qual o discurso nacional-desenvolvimentista das décadas anteriores era obsoleto e precisava ser substituído por um discurso de eficiência econômica, baseado na ética utilitária do mercado. Todas as atividades da sociedade e do Estado deveriam ser organizadas a partir dos parâmetros gerenciais capitalistas, privilegiando sempre a minimização dos custos e a maximização dos lucros.

Para isso eram necessárias mudanças na legislação que desatassem as amarras “paternalistas” do Estado sobre a organização social e econômica,

¹⁸ O Clube dos Treze reunia as principais equipes de São Paulo (4), Rio de Janeiro (4), Minas Gerais (2), Rio Grande do Sul (2) e Bahia (1).

introduzindo uma nova realidade de competição e livre concorrência a qual os agentes sociais e econômicos deveriam se adequar. A Lei Zico buscava cumprir esse papel em relação ao futebol, e foi encaminhada ao Congresso pelo próprio governo federal, através da Secretaria Nacional de Esportes, capitaneada por Artur Antunes Coimbra (o Zico). Grande entusiasta do modelo das Sociedades Anônimas que vinham sendo implementadas na Europa, Zico expressou posteriormente sua posição sobre o assunto, que expressava bem o espírito da lei redigida no início da década:

O futebol tem de se sustentar por si só. Ser uma empresa. [...] Do jeito que eles [os clubes] são administrados, se mudar de uma hora pra outra, a maioria fecha. [...] Na hora que eles perceberem que esse é o caminho, eles irão atrás. [...] Não dá pra time de US\$ 100 milhões disputar um campeonato longo com outro de 500 'merréis'. [...] Quem não mostra um mínimo de estrutura tem que ser eliminado logo de cara [da Copa do Brasil]. Se os pequenos querem ser grandes, que administrem direito. (Folha de São Paulo, 23 de abril de 1997)

Em suma, o futebol deveria operar como um mercado oligopolizado: as grandes empresas dominam e as pequenas desaparecem. Este pensamento de Zico implicava em transferir o controle do futebol brasileiro para os grandes clubes, esvaziando o poder político da CBF e federações estaduais. Isto acarretou uma forte oposição destas entidades à nova lei que, contando com o apoio da “bancada da bola”¹⁹, conseguiu reverter vários pontos do projeto inicial, entre eles a obrigatoriedade de que os clubes profissionais convertessem seus departamentos de futebol em empresas administradas pelo capital privado, ponto mais polêmico do projeto rejeitado até mesmo pelos dirigentes dos grandes clubes. Deste modo, a Lei Zico acabou sendo totalmente descaracterizada, sendo aprovada sem os pontos que efetivamente definiam o projeto.

Contudo, muitas das mudanças advogadas pela Lei Zico foram posteriormente incluídas em um novo projeto de lei apresentado ao congresso em 1997 pelo Ministério dos Esportes, então chefiado por Pelé. A Lei Pelé, como ficou conhecida, foi aprovada sem muitas modificações, embora alguns de seus pontos, como o prazo de 2 anos para que os clubes se convertessem em empresas, tenham sido contornados posteriormente por dirigentes através de emendas ao projeto aprovado inicialmente. No entanto, seu maior legado até hoje foi a extinção da figura jurídica do “passe”, que assegurava proteção aos clubes no que tange à relação contratual com

¹⁹ A “Bancada da Bola” foi o termo cunhado pela imprensa para se referir ao conjunto de parlamentares ligados aos dirigentes da CBF e demais federações estaduais que, nos projetos relacionados ao futebol, atuam em consonância com os interesses dessas entidades.

os jogadores. Com a nova legislação, a transferência de atletas passou a ser orientado pelas leis do mercado, o que fez com que as negociações de jogadores envolvessem valores cada vez mais astronômicos.

Pelo que foi exposto até agora, vimos como interesses comerciais foram se entranhando na estrutura administrativa do futebol, gerando um novo paradigma de gerenciamento deste esporte. É plausível afirmar que este novo modelo se deu paralelamente ao desenvolvimento cada vez maior dos meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. Com a crescente exposição midiática do futebol, abriu-se a possibilidade de investimentos mais vultosos por parte de agentes econômicos que sempre existiram ao redor deste esporte. No entanto, isto exigia algumas contrapartidas por parte daqueles que comandavam os clubes e as federações. Os campeonatos e os clubes deveriam se organizar a partir do critério da racionalidade empresarial, o que implicava em instigar uma nova mentalidade nos dirigentes esportivos, menos “amadora” e mais “profissional”. A partir de estratégias de marketing esportivo, era necessário construir um conceito para o “produto futebol”, que o tornasse mais atrativo para os investidores e consumidores.

Contudo, é importante questionar como os consumidores desse produto são construídos. Como dito por Benjamin (1987, p. 194), no âmbito de uma cultura de massas estandardizada pela indústria do entretenimento, “a reprodução em massa corresponde de perto à reprodução das massas”. Vimos que desde os anos 1980 foi sendo construído um consenso que busca trabalhar o futebol enquanto um produto comercial. Suscitar isto em uma nova perspectiva de experiência torcedora tem sido o trabalho básico dos clubes, da mídia, dos patrocinadores, em suma, de todos os atores envolvidos no gerenciamento do futebol brasileiro. A experiência torcedora desloca-se, agora, da esfera da paixão para a esfera do consumo, busca-se não mais apenas torcedores, mas principalmente consumidores dos produtos relacionados às equipes de futebol. Sendo um produto comercial, o esporte é pensado para aumentar a rentabilidade dos agentes econômicos envolvidos e, para isso, é necessário instituir dispositivos capazes de monetizar a relação entre clube e torcida.

Os programas de sócio-torcedor são um bom exemplo deste processo. É um mecanismo curioso: eleva-se o preço dos ingressos para obrigar o torcedor mais assíduo a aderir ao programa de sócios do clube através do pagamento de uma mensalidade. Em contrapartida, o clube oferece descontos em ingressos e produtos, algumas facilidades (como compra de ingresso via internet) e “experiências”

relacionadas ao clube (receber o ônibus dos jogadores, conhecer algumas dependências do estádio com exclusividade e etc.). Ocorre que, essas vantagens que o clube oferece, representam custos muito abaixo da precificação estabelecida para o torcedor-consumidor, servindo muito mais como mecanismo de rentabilização do que algo destinado a suprir necessidades dos torcedores²⁰.

Quanto a isso, vale a pena trazer o relato de uma situação presenciada. Uma das chapas concorrentes na eleição de um tradicional clube do Rio de Janeiro organizou um grupo de trabalho encarregado de elaborar os pilares do programa de sócio-torcedor que seria apresentado no programa eleitoral. Tais programas normalmente se subdividem em vários planos, dos mais baratos aos mais caros. Quanto mais caro, mais vantagens, conforme estratificação financeira usual no sistema capitalista.

O plano mais barato atualmente tem um custo de 25 reais ao mês, e oferece desconto de 70% na compra do ingresso. Em um contexto em que o ingresso mais barato para um jogo deste clube normalmente custa, em média, algo em torno de 70 reais, trata-se de um desconto justo para aqueles que queiram ir a mais de um jogo por mês. No entanto, as lideranças do grupo queriam reduzir o desconto para 50%, o que desagradou outros membros que entendiam que esta redução representaria uma queda na associação por não dialogar com o perfil social do plano. Em sua justificativa, um dos líderes, executivo de uma das maiores redes de varejo do país, declarou:

Pessoal, [...] só acho que se queremos que o clube seja assistencial com mais da metade de seu faturamento da Rede Globo... temos que pensar em termos de receitas e estes planos com estes descontos vamos ficar limitados para termos um grande aumento de receitas [...].

A defesa de uma vantagem melhor para o torcedor, que torne o estádio mais acessível e o programa de sócios até mais atrativo, é entendido como algo “assistencial”, com o clube não estivesse ganhando nada a partir disso. Ou seja, se o horizonte não for maximizar até o limite possível as receitas, mesmo que às custas de uma possível insatisfação do torcedor, já se entende que o clube sairá perdendo. Trata-se de uma mentalidade muito comum entre aqueles que postulam ser dirigentes de clube atualmente: ganhar o máximo mesmo que às custas da satisfação do “cliente”.

Outro ponto que causou atritos no grupo de trabalho foi o critério que o

²⁰ Cabe dizer que não se trata de ser contra ou a favor dos programas de sócio-torcedor. O que busco pontuar aqui é apenas como eles estão associados a um contexto de busca voraz dos clubes por aumento de receitas.

programa utilizaria para conceder a prioridade na compra dos ingressos. Os sócios-torcedores possuem prioridade na compra de ingressos para os jogos, podendo adquiri-los por meio de uma pré-venda antes da venda “normal” nas bilheterias. Na maioria dos programas de sócio, a prioridade funciona a partir de um sistema de *rating*, onde a venda para os sócios mais assíduos nos jogos abre antes do que para os menos assíduos. No entanto, o mesmo grupo de pessoas que pleiteou a redução do desconto em ingressos acreditava que o critério de prioridade deveria ser por plano, isto é, os sócios dos planos mais caros deveriam ter vantagem sobre o dos planos mais baratos, não importando a assiduidade. Trata-se de um modo de avaliar o engajamento clubístico pelo quanto de dinheiro alguém pode oferecer à instituição, e não pela fidelidade do torcedor que acompanha o clube a todo momento²¹.

Isso posto, vemos que além da dimensão monetária, estes programas são importantes em termos simbólicos, pois estabelecem um determinado conceito de relacionamento do torcedor com o clube que criam “os requisitos necessários à transição da condição genérica do torcedor para a de consumidor esportivo” (TOLEDO, 2000, p. 271 apud MANDELLI, 2018, p. 65). Por intermédio dos programas, o torcedor não só tem a compra de ingressos facilitada como é inserido em todo um circuito de consumo, definido como um “clube de vantagens”. Através de um sistema de pontuação, o sócio pode ter descontos em produtos de marcas parceiras e acesso a experiências relacionadas ao seu clube, como poder tirar foto com os jogadores, acesso ao hotel onde a equipe estiver concentrada, entrar em campo com o time (no caso de crianças) ou até mesmo bater um pênalti no intervalo de uma partida.

Como dito por Toledo (2012, p. 157), trata-se de uma lógica que pretende aprimorar “os mecanismos tangíveis de extração absoluta de uma espécie de ‘mais valia afetiva’ convertida em souvenirs, pay-per-view, comodidades e hábitos de classe ainda inacessíveis ao torcedor popular”. Talvez seja disso que se trata o marketing esportivo: unir estas duas pontas, a dimensão material/monetária com a dimensão simbólica/afetiva, de modo que as mediações do torcedor com o futebol sejam agora orientadas pela cultura individualizada do consumo.

Conforme salientado por Ortiz:

[...] a cultura não é simplesmente mercadoria, ela necessita ainda se impor como legítima. A cultura popular de massas é produto da sociedade moderna, mas a lógica da indústria cultural é também um

²¹ De certa forma é um raciocínio até contraditório, já que aquele torcedor que vai sempre também está contribuindo regularmente através da compra dos ingressos.

processo de hegemonia. [...] eu diria que a indústria cultural age como uma instituição disciplinadora enrijecendo a cultura [...] e determinando o espaço a ser conferido às outras formas de manifestação cultural. (ORTIZ, 1988, p. 147-148)

Retomando a noção geertziana de jogo absorvente usada por Damo para interpretar o engajamento torcedor, vimos que ela se dava pelo encadeamento entre a tensão disjuntiva do jogo e as tradições sociais constituídas em função dele. Ao ser convertido em bem de consumo, o futebol é incorporado aos circuitos da “reprodutibilidade técnica” (BENJAMIN, 1987) da indústria do entretenimento, se tornando um objeto não mais regido pelos laços e tradições construídos socialmente, mas pela razão econômica. Uma vez que isso ocorre, a relação artesanal e orgânica entre o torcedor e a experiência futebolística - que se vincula ao fazer humano e à sociabilidade coletiva – é subalternizada, perdendo espaço para uma outra relação, mais artificial e dirigida por agenciamentos comerciais.

As técnicas de reprodução capitalista fazem com que a existência única – dadas as inúmeras possibilidades de apropriação coletiva - de uma determinada experiência social seja substituída por uma existência serial, isto é, algo que se reproduz dentro de um determinado padrão normativo pensado *a priori* segundo técnicas de (re)produção adequadas às necessidades daqueles que vendem o produto. A experiência é, portanto, abstraída do universo social que a circunda e pensada tecnicamente para otimizar sua reprodução enquanto bem de consumo.

Obviamente não se trata de dizer que as tradições sociais que sustentam o engajamento torcedor se dissolveram, mas sim que elas foram colocadas à margem de uma experiência esportiva cada vez mais *privatizada*²² que busca fazer do futebol profissional um produto à parte, isolado do mundo da vida e suas vivências coletivas. Os estádios de futebol contemporâneos são a expressão mais acabada destas pretensões. Pensados para serem verdadeiros centros de consumo, as “arenas” – como foi denominada a geração mais recente de estádios construídos mundo a fora – devem atender a uma série de requisitos para oferecer ao seu frequentador uma experiência baseada em três pilares: conforto, segurança e rentabilidade. Para a plena realização dessa tarefa, instituições repressivas do Estado e agentes econômicos

²² O termo “privatizado” aqui se refere não apenas ao poder cada vez maior do capital privado na organização do futebol, mas também ao fato da narrativa consumerista se reportar aos torcedores não enquanto uma coletividade, mas como unidades que devem consumir o evento esportivo da forma mais individualizada possível. Não à toa há um apelo tão grande em falar sobre uma “volta das famílias” aos estádios. Mas sobre isso falaremos mais adiante.

convergem e promovem uma reinvenção do estádio enquanto lócus preferencial da experiência do futebol. No próximo tópico, investigaremos como se dá esse processo de construção do estádio enquanto um novo conceito de consumo esportivo da nova economia do futebol.

1.5. A arquitetura do consumo: “novas arenas” e a reinvenção do estádio de futebol

Desde meados da década de 1980, os estádios se tornaram cada vez menos relevantes para o orçamento dos clubes, já que as cotas de TV ganhavam cada vez mais peso na composição de receitas do que a arrecadação em bilheteria. Pensados a partir do objetivo de agregar o máximo possível de corpos fundidos no efeito coletivo da multidão, estes equipamentos passaram a ser classificados, sobretudo pelo discurso corriqueiro da imprensa, como lugares precários e inseguros, devendo passar por processos de “modernização” que assegurassem maior conforto e segurança para os espectadores.

A partir do final dos anos 1990, vários estádios brasileiros passaram por reformas estruturais radicais, e outros tantos foram construídos substituindo tradicionais “canchas”²³ que foram demolidas ou abandonadas. Sob a nova nomenclatura de “arenas”, esta nova geração de estádios representa um novo conceito de consumo esportivo ancorado em três pilares: conforto, segurança e rentabilidade. No entanto, antes de nos aprofundarmos neste conceito, é importante sublinhar um marco histórico importante para a sua consolidação.

Em meados dos anos 1980, sob o governo neoliberal de Margareth Thatcher, os *hooligans* ingleses protagonizavam inúmeros episódios de violência que causaram um verdadeiro *frenesi* na opinião pública europeia, o que mobilizou múltiplos esforços de contenção por parte de autoridades e dirigentes esportivos à época. Em 1985, por exemplo, na final da Taça dos Campeões da Europa (hoje Liga dos Campeões) realizada no Estádio de Heysel em Bruxelas, grupos de *hooligans* torcedores do Liverpool entraram em confronto com torcedores italianos da Juventus, causando a morte de 38 pessoas em decorrência do tumulto generalizado que se formou. Como resposta a “Tragédia de Heysel”, como ficou conhecido o episódio, a federação

²³ Termo empregado em países sul-americanos hispânicos para se referir a um estádio ou mesmo a um campo de futebol.

européia de futebol – a UEFA – suspendeu a participação de clubes ingleses em competições europeias por cinco anos, com o apoio público da Rainha Elizabeth II.

De acordo com Simões (2017, p. 90),

O tema tomava, assim, proporções nacionais, uma vez que a punição não se resumiu ao clube ao qual pertencia a torcida violenta. Toda a “opinião pública”, imprensa esportiva e meio político começavam a proferir que a “decadência do futebol inglês” – ainda hoje um tema controverso – era decorrência direta da violência promovida pelas firmas *hooligans*.

Esta associação do hooliganismo à decadência do futebol inglês se acentuaria em 1989, quando outra tragédia envolvendo torcedores do Liverpool chocou o mundo do futebol e ensejou mudanças mais profundas. Jogavam Liverpool e Nottingham Forest no Estádio Hillsborough pela semifinal da Copa da Inglaterra, quando, em função da superlotação do estádio, 96 pessoas morreram sufocadas na grade de proteção do setor destinado à torcida do Liverpool. As autoridades prontamente trataram de culpar os *hooligans* pelo episódio, alegando que as pessoas esmagadas estavam alcoolizadas e promoveram tumultos que causaram o desastre. Endossada por parte da imprensa britânica, esta versão eximiu de culpa as autoridades envolvidas na segurança do jogo, que, conforme ficou comprovado 20 anos depois, abriram uma entrada do estádio que permitiu a entrada de inúmeros torcedores sem ingresso, causando a superlotação do estádio.

Contudo, a versão oficial embasou a ação das autoridades na época, levando à produção daquele que ficou conhecido como o “Relatório Taylor”, documento que não só sentenciou as causas do acidente como também estabeleceu as medidas que deveriam ser adotadas dali em diante para coibir o hooliganismo e “salvar” o futebol inglês de sua suposta derrocada. O projeto do Relatório Taylor envolvia seguir o caminho que já estava sendo trilhado em outros países europeus, como a Itália, que formou uma liga independente e abriu seu mercado para poderosos investidores ávidos por retornos financeiros. Somado a isso, estabelecia um padrão de segurança para os estádios das principais divisões do futebol inglês, como a obrigatoriedade de todos os lugares terem assentos e o veto às grades de proteção que separavam o campo da arquibancada. No decorrer dos anos 1990, os clubes ingleses fundaram a *Premier League*, que se tornou um grande sucesso comercial, e abriram seu capital para investidores que, muitos deles, se tornaram proprietários dos clubes, ajudando inclusive na reestruturação dos estádios requerida pelo governo britânico.

Este novo momento do futebol inglês implicava em selecionar um público-alvo

para os novos estádios, menos vinculado à cultura das classes trabalhadoras, a qual se atribuía os episódios de violência *hooligan*, e mais atrelado a uma classe média com bom poder aquisitivo e supostamente mais bem comportada. Classificado por Giulianotti (2010, p. 188) como “pós-torcedores”, este público mantém “um distanciamento crítico ao participar de uma cultura popular”, e representa um deslocamento do lugar da classe social na cultura do futebol, historicamente associada aos bairros operários das grandes metrópoles industriais:

Os clubes e a polícia estão menos tolerantes a formas expressivas de apoio. Reformas nos estádios substituíram as antigas arquibancadas por acomodações mais confortáveis para as famílias. Os excluídos têm de se submeter a uma salgada taxa de assinatura para assistir aos jogos pela televisão. O *merchandising* e as questões acionárias levam a crer que os clubes têm como público alvo um grupo de torcedores de futebol com poder aquisitivo superior. (GIULIANOTTI, 2010, p. 189)

Vistos agora na condição de espaços de consumo, os estádios começam a ser pensados a partir de estratégias de marketing que o valorizem enquanto um cenário que materialize valores associados não mais às apropriações populares deste espaço, mas à afirmação de um certo status ligado ao consumo de bens e serviços. Nesse contexto, a fruição do evento esportivo não está mais tão atrelada à celebração visceral das paixões clubísticas, mas ao evento em si mesmo, enquanto uma ocasião oportuna para se ver enquanto parte de um circuito de consumo e de trocas comerciais.

Nestas circunstâncias, é importante para a viabilidade financeira e para o conceito dos novos estádios atrair presenças “VIPs”²⁴ dispostas a desembolsar mais dinheiro na aquisição de serviços e produtos no interior das arenas e afastar públicos indesejados, leia-se, os pobres. Afinal, se a contribuição dos pobres para a rentabilidade do produto futebol pode se dar pela televisão, porque não os excluir dos estádios e torná-los um ambiente rentável e seguro para os mais ricos²⁵? Se é verdade que as indústrias do entretenimento massificam os produtos culturais (sendo o futebol um deles), também é verdade que estratificam o acesso a ela, condenando os mais pobres a uma experiência lateral, isto é, assistindo ao jogo pela TV.

Toda a arquitetura destes novos estádios passa a ser pensada para oferecer

²⁴ Sigla em inglês que significa “Very Important Person”; em português “pessoa muito importante”.

²⁵ Importante mencionar a fala de José Hawilla, empresário do futebol envolvido em escândalo de compra de votos na FIFA: “A turma que vai à geral agora ficará assistindo só na tevê. É gente que não consome nada, depreda e mata no metrô. Não interessa mais ao futebol. Dá orgulho ver o público pagar R\$ 300 pelo ingresso.”

comodidades para esse público que se quer atrair, elevando a proporção de camarotes, cadeiras cativas e outros setores “VIPs” na capacidade total dos estádios. Falando sobre a reforma do Estádio Beira-Rio em Porto Alegre, uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil e propriedade do Sport Clube Internacional, Damo pontuou algumas das modificações implementadas no estádio originalmente construído durante os anos 1960:

Além da cobertura do estádio, a empresa (a construtora Andrade Gutierrez) deu continuidade à reformulação das arquibancadas inferiores, aproximando-as do gramado, conforme o padrão das arenas, à construção de um edifício garagem e a outros espaços que serão destinados a lojas e restaurantes. O Inter já havia construído 15 camarotes e 18 suítes no anel inferior e, com a nova reforma, outras 33 suítes serão disponibilizadas ao público, além de 480 cadeiras *golde* aproximadamente mil *vips*. O aluguel de uma suíte pelo prazo de dez anos custava, em 2010, aproximadamente 1,2 milhão de reais – ou aproximadamente 10 mil reais por mês. Quem aluga esses espaços são, em geral, empresas de grande porte com o fim estratégico de mimar seus clientes. É, sem dúvida, um local privilegiado para se assistir aos jogos, além de dispor de acessórios, tais como televisão, frigobar, serviço de atendimento *vip* etc. (DAMO, 2014, p. 127, parêntesis meu)

É importante pontuar que cadeiras cativas e camarotes são equipamentos de longa data nos estádios brasileiros. No entanto, o que mudou foi a centralidade atribuída a eles pelo discurso do marketing esportivo, sendo espaços cruciais para a viabilidade financeira desta nova geração de estádios, tanto em termos de manutenção desses equipamentos como para sua própria construção, como podemos observar no caso do projeto de reforma do tradicional Estádio de São Januário, do Club de Regatas Vasco da Gama²⁶:

O projeto prevê que o pagamento seja realizado, via fundo de investimento, com fontes de geração de receitas que não existem hoje - camarotes e cadeiras cativas, por exemplo. O valor de R\$ 250 milhões, que teria de ser pago em 20 anos, seria arrecadado da seguinte forma: 37% com cadeiras cativas, 27% com camarotes, 17% de participação em bilheteria, 8% em naming rights de setores e 11% com outras receitas (bares, restaurantes).

Comentando a importância dos novos estádios para a saúde financeira dos clubes, o presidente do Vasco Alexandre Campello comentou²⁷:

- Fizemos uma demonstração financeira do que esses estádios, essas arenas, representam para cada um dos clubes. Mostramos a arrecadação, o aumento no número de público. É realmente significativo. O aumento de receita anual é bastante grande,

²⁶ Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/camarotes-novo-setor-e-igreja-intacta-veja-os-detalhes-do-projeto-do-vasco-para-reforma-de-sao-januario.ghtml>>.

²⁷ Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/camarotes-novo-setor-e-igreja-intacta-veja-os-detalhes-do-projeto-do-vasco-para-reforma-de-sao-januario.ghtml>>.

relacionando isso ao programa de sócio torcedor. Se fizer um paralelo, os clubes que têm estádio moderno têm isso.

Outra característica promovida pelo marketing das novas arenas é a noção de “multifuncionalidade”. Vistos como grandes centros de entretenimento, as arenas também são pensadas para poder receber uma variedade de eventos para além das partidas de futebol. Conforme aborda Mandelli (2018), um bom exemplo deste conceito de multifuncionalidade é o Allianz Parque, casa da Sociedade Esportiva Palmeiras, na cidade de São Paulo. Inaugurado em 2014, esta “arena multiuso” foi construída no mesmo terreno do antigo Estádio Palestra Itália, também conhecido como Parque Antártica - por ter sido inicialmente concebido como um espaço de lazer para os trabalhadores da fábrica da Companhia Antarctica Paulista, que se localizava naquela região.

Sua edificação se deu através de uma parceria do Palmeiras com a construtora WTorre, que assinou um contrato pelos direitos de exploração comercial da arena por trinta anos com o clube; essa foi uma das formas usadas pela agremiação para pagar pela construção do estádio. Assim sendo, a WTorre pode alugar o espaço da arena para concertos musicais, feiras de negócio, peças teatrais (o setor norte do estádio possui uma espécie de anfiteatro), cinema *drive-in* e toda uma variedade de eventos de entretenimento capazes de multiplicar as funções destas edificações.

Mesmo que a locação do estádio para eventos não seja exatamente uma novidade, as novas arenas já são projetadas a partir destas finalidades, não sendo mais um mero estádio de futebol, mas sim um grande centro de entretenimento e lazer. O depoimento de João Borba, presidente do consórcio privado que administrou o Maracanã depois da reforma pela qual passou para sediar a Copa do Mundo de 2014, ilustra bem este aspecto das novas arenas. Destacando qual modelo de estádio pretendia entregar para a sociedade, Borba pontuou²⁸:

Terá restaurantes, museus, estacionamento, lojas temáticas, de modo que o torcedor possa vir ao Maracanãzinho de manhã, para assistir a um espetáculo, depois almoce, visite o museu e à tarde vá ao jogo. A ideia é a de fazer do estádio um centro de convivência da família.

A ideia de “família”, no singular, expressa bem a universalização não só do tipo de família que se quer atrair, notoriamente aquelas com condições de arcar com os custos onerosos de um programa familiar neste novo “centro de convivência”, como

²⁸ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/ambiente-exige-respeito-no-novo-maracana-9000186>>.

também a universalização de um padrão de uso destes equipamentos pelos cidadãos. A ideia de família está muito associada à vida privada, doméstica, em contraponto à esfera de interações sociais mais expandidas da vida pública. Além disso, o fato de as relações familiares exercerem um controle maior sobre o comportamento dos indivíduos leva os responsáveis por organizar e vender o espetáculo esportivo a enfatizar esse aspecto mais domesticado da experiência que se pretende.

Em vista disso, é possível afirmar que, apesar da multiplicidade de usos comerciais do estádio, os usos sociais são cada vez mais contraídos em prol de comportamentos mais adequados à figura privatizada do consumidor que, reduzido à passividade de assistir aos jogos sentados, vê a natureza verdadeiramente “multifuncional” do estádio se esvaír. Como dito por Mascarenhas (2017, p. 83), este tipo de multifuncionalidade trata-se de “não apenas assistir a espetáculos, mas ser protagonista, e inventar formas de expressão coletiva, de cantar, dançar, comer e beber; de celebrar identidades fermentadas no cotidiano da metrópole”.

Este novo conceito que se apresenta nas arenas é regulamentado pelo chamado “padrão FIFA”, cujas diretrizes normativas se encontram em um documento chamado *Football Stadiums: Technical recommendations and requirements*²⁹. Trata-se de uma série de exigências e recomendações a respeito da disposição arquitetônica que deve ser seguida nos estádios que pretendam sediar eventos da entidade. Não à toa a Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil foi o grande vetor para a “modernização” do parque de estádios brasileiros, incentivando até mesmo a reforma de estádios que não sediariam o evento, como o caso da Arena do Grêmio em Porto Alegre e do supracitado Allianz Parque em São Paulo. Entre todos os requerimentos da FIFA, Mandelli resume bem alguns dos principais pontos:

[...] ângulo do campo em relação ao sol (para evitar exposição do público e jogadores); estacionamento para 10 mil carros e 500 ônibus (para estádios com capacidade de 60 mil); número mínimo de dois telões gigantes de 70m² cada (para estádios com capacidade superior a 50 mil); sistema de segurança com câmeras fixas internas e externas, a cores e com movimento de inclinação e rotação; camarotes, assentos executivos, assentos de hospitalidade e áreas VVIP e VIP; sistema de acústica e alto-falantes de alta potência; demandas por metragens para estruturas internas como vestiários, salas de imprensa, salas de massagem e toaletes etc., incluindo até número mínimo e posicionamento de mastros para bandeira. (MANDELLI, 2018, p. 40)

Toda esta regulamentação arquitetônica demonstra o quanto os estádios

²⁹ Disponível em: <https://www.ksi.is/media/mannvirki/FIFA_Football_Stadiums.pdf>.

“padrão FIFA” estão ancorados nos três pilares (conforto, segurança e rentabilidade) mencionados mais acima. A angulação em relação ao sol, posicionamento de mastros e telões (além da exigência de que todo estádio seja encadeirado, não presente na passagem) expressam uma preocupação com o conforto, o sistema de vigilância por câmeras trata da questão da segurança, enquanto os camarotes e áreas VIPs são o ponto alto da rentabilização dos eventos esportivos.

Contudo, não se trata apenas de regulamentar o espaço, mas sim as relações sociais que nele se projetam, isto é, a forma como os torcedores se relacionam com este equipamento que é o estádio de futebol. Se ao longo do século XX ele representava uma extensão das vastas redes de sociabilidade da vida urbana, hoje, as “novas arenas” encarnam o processo de espetacularização das práticas sociais coletivas que aparta o ato do consumo da “densidade relacional da cidade” (VELTZ, 2009, p. 156 apud MASCARENHAS, 2017, p. 79). Trata-se de uma ostensiva imposição do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços de sociabilidade, assegurando a prioridade absoluta da exploração comercial sobre todos os outros aspectos da vida social.

Não é à toa que, no Brasil, os movimentos coletivos de torcida, conhecidos como “Torcidas Organizadas”³⁰, foram cada vez mais sendo encaradas pela narrativa da mídia e de autoridades como um problema seríssimo que precisava ser implacavelmente enfrentado em virtude do envolvimento em episódios de confrontos violentos, tanto nos estádios como em outras localidades da cidade. No entanto, mais do que simplesmente o combate à cultura de violência que inegavelmente compõe o repertório expressivo de muitas destas coletividades, sobretudo das torcidas “jovens” nascidas na virada dos anos 1960 para os 1970, o incômodo com as torcidas organizadas por parte destes órgãos se dá muito pelo seu papel ativo em forjar uma cultura torcedora capaz de instituir mediações alternativas às pretensões normativas de ordenamento desta territorialidade³¹ que é o estádio de futebol.

Para que o estádio seja um ambiente confortável, seguro e “familiar”, é necessário que a multidão, enquanto massa compacta, local de múltiplas trocas, de individualidades que se fundem em um efeito coletivo, seja abolida em proveito de

³⁰ Mais à frente trataremos com maior zelo sobre o tema das Torcidas Organizadas levando em conta a pluralidade de atores que as rodeiam.

³¹ Segundo Mascarenhas (2013, p. 146), o estádio em si não é um território, mas apenas um equipamento, uma edificação. O que o torna algo dotado de territorialidade é justamente “o conjunto de normas e de práticas socioespaciais que ali se desenvolvem”.

uma coleção de individualidades separadas (FOUCAULT, 1975). Esta é uma “maneira de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas” (FOUCAULT, 1975, p. 164), assegurando assim uma maior previsibilidade sobre o comportamento de uma dada coletividade reunida. Logo, mais do que o combate a violência, trata-se de intervir nas culturas e tradições populares que efetivamente fazem o estádio em prol de um ambiente mais “seguro” para o consumo esportivo. Novamente, a fala de João Borba é elucidativa quanto a isso³²:

Temos de trabalhar com os clubes nesta mudança de hábitos. Bandeirões gigantes, mastros de bambu, torcedores sem camisa, não assistir aos jogos em pé... Fui no último fim de semana às finais do tênis em Wimbledon, e no convite, estava escrito que não é recomendável ir com uma determinada roupa... Quando um inglês lê “não recomendável”, entende que não deve usar aquele tipo de roupa.

Tanto os materiais (bandeirões e mastros de bambu) quanto a corpografia³³ mencionada (torcedores em pé e sem camisa) compõem a identidade estética e o repertório expressivo das torcidas, garantindo a elas uma certa visibilidade dentro do estádio, tanto para as autoridades policiais que fazem a segurança do evento, quanto para o público geral que as tem como referência, não só em termos de como se localizar no estádio, mas também em como se portar a partir de práticas torcedoras de agitação que fazem do estádio uma territorialidade pulsante e catártica. No entanto, a defesa do “padrão FIFA” trilha um caminho que busca construir um projeto panóptico (FOUCAULT, 1975) para os estádios, esterilizando sua experiência a partir do enfraquecimento das mediações culturais coletivas e da imposição de mecanismos disciplinares que permitam catalogar comportamentos, assim como modificá-los através de experiências. Michel Foucault define assim o esquema disciplinar panóptico:

É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado. (FOUCAULT, 1975, p. 170)

A individualização da corpografia é o ponto de partida da disciplina, na medida

³² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/ambiente-exige-respeito-no-novo-maracana-9000186>>.

³³ Jacques (2006, apud MASCARENHAS, 2017) sugere o conceito de corpografia como a “memória urbana do corpo, o registro de sua experiência na cidade”. Simplificando, trata-se de formas de dispor do corpo em determinadas territorialidades.

em que aumenta a visibilidade de cada indivíduo. No estádio de futebol, é a tentativa de construir uma multidão simétrica e ordenada, onde cada um tem seu próprio espaço. Para isso, é necessário superar o modelo espacial da arquibancada, que se constitui de degraus consecutivos de cimento onde os corpos não precisam estar dispostos de maneira individualizada e fixa. Simboliza a arquitetura da multidão, da massa, dos corpos amontoados que se fundem e se tornam perigosos para a gestão consumerista do espaço que se pretende implantar. Isto permite que a coerção se automatize, pois deixa de estar em uma relação de exterioridade com o corpo coletivizado (a multidão), para estar em uma relação de interioridade com o próprio indivíduo, o que diminui consideravelmente o fardo físico das intervenções de um aparato externo.

Também é importante pontuar o quanto este projeto panóptico está respaldado subjetivamente numa ideia de modernidade que se estabeleceu primeiramente na Europa e que idealizava um futuro do qual precisávamos nos aproximar. O estádio brasileiro, por estar configurado a partir de mediações da cultura urbana, seria marcado pela ausência de disciplina e de todos os elementos que permitem que o poder seja exercido em sua plenitude sobre corpos individualizados; seria, portanto, um resquício arcaico que precisaria ser curado por mecanismos de “modernização”. A própria referência de João Borba ao tradicional torneio de tênis de Wimbledon é sintomática.

Embora seja um tanto peculiar comparar um evento de tênis com uma partida de futebol, o argumento gira em torno da comparação da disciplina dos ingleses com a suposta insolência do comportamento do torcedor brasileiro, que com seus apetrechos e condutas inadequadas supostamente atrapalhariam o consumo do evento esportivo. No entanto, o que é visto como inadequação ou como a ausência de algo para alguns (no caso, ordenamento, conforto, comodidade, segurança), para muitos atores é visto como o verdadeiro sentido do estádio de futebol, o que verdadeiramente o preenche e dá vida.

Em suma, o que denomino aqui de “arquitetura do consumo” compreende não só a padronização arquitetônica das “novas arenas” como também todo um arranjo regulatório que restringe os usos tradicionais destes equipamentos de grande valor afetivo que são os estádios de futebol em prol de um comportamento mais passivo e adequado às pretensões de comercialização do espetáculo. Estas pretensões estão alinhadas com novas técnicas de acumulação “pós fordistas”. Trata-se de uma forma

de vender o produto não mais associada a um consumo em massa genérico, como no modelo fordista, mas a estratégias sofisticadas que buscam personalizá-lo cada vez mais através da seleção e exclusão de públicos-alvo.

Se os estádios fordistas foram erguidos dentro de uma lógica de inclusão (mesmo que fosse uma inclusão precária), voltada para multidões colossais e toda sua gama de expressões coletivas, o estádio “pós-fordista” é uma afirmação dos processos de gentrificação do espaço urbano que buscam restringir a presença e circulação de estratos sociais indesejáveis, assim como as tradições populares associadas a eles.

Este *modus operandi* pós-fordista produz impactos na forma como o torcedor vive a experiência do evento futebolístico. Vimos mais acima como o estádio fordista era a síntese espacial da categoria de jogo absorvente proposta por Damo. Era neste espaço que a tensão disjuntiva, que se desenrola ao longo dos noventa minutos de uma partida, se entrelaçava com as tradições populares que estão em circulação no cotidiano. Torcedores de todas as origens sociais adentravam o estádio portando livremente bandeiras, morteiros, fogos, instrumentos musicais, bebidas, comidas e toda uma variedade de utensílios. Dentro da praça esportiva, formavam este ruidoso ente coletivo que é a multidão torcedora, uma potente convergência de individualidades fundidas em um grande ritual coletivo.

Neste contexto, o engajamento no evento esportivo tinha aspectos verdadeiramente sublimes, o que tornava o estádio um lugar de natureza transcendental. Com as novas arenas e sua arquitetura do consumo, a experiência futebolística é subtraída desta áurea, se tornando um evento cada vez mais refratário às tradições sociais tão caras ao engajamento torcedor. A multidão, até então um corpo coletivo, se fragmenta em inúmeros consumidores individuais que, cada qual em seu espaço pré-determinado pelo “padrão FIFA”, vivem atomizados a experiência do futebol.

À guisa de conclusão, buscamos sistematizar neste capítulo o caminho histórico percorrido em direção à nova economia do futebol que se instituiu na contemporaneidade. Seus padrões de gerenciamento estão pautados por uma lógica utilitária de mercado, lógica essa que, sempre buscando maximizar os ganhos comerciais, desenvolve técnicas sofisticadas de exploração do produto futebol. Sustentei o quanto este processo impactou a forma de viver o esporte para aqueles atores que fazem dele este fenômeno cultural de larga escala que é: os torcedores.

Se antes da consolidação desta nova economia o evento futebolístico era uma experiência multitudinária mediada pelo mundo da vida e suas tradições sociais, hoje ela é vivida sob o comando do mundo dos negócios e suas pretensões comerciais. A arquitetura social das “novas arenas” traduz bem esta nova economia do futebol; pensados quase como shoppings centers esportivizados, sua configuração interna e externa se vale do princípio panóptico de privatização do espaço, restringindo os seus usos coletivos pelos torcedores em prol de disposições mais individualizantes.

Até agora procurei examinar os impactos do gerenciamento capitalista sobre as tradições e culturas torcedoras forjadas no âmbito do futebol. No entanto, se faz necessária uma mirada mais consistente sobre os sujeitos destas tradições, em especial no contexto brasileiro. No próximo capítulo, buscarei tratar de alguns atores coletivos que ocupam lugar de relevo no futebol profissional e fomentam uma gama de apropriações coletivas deste esporte. As torcidas organizadas, como são popularmente conhecidas no Brasil, são associações torcedoras voltadas majoritariamente para um público jovem e do sexo masculino. São instituições com ampla inserção popular, e que desenvolvem padrões de sociabilidade complexos ao redor do futebol. Ao discorrer sobre estes últimos, darei atenção a uma questão sempre muito acionada quando se trata de torcidas organizadas: a violência no futebol. Afinal, como a violência entre torcidas se insere na sociabilidade futebolística?

2. MOVIMENTOS DE TORCIDA³⁴ E A VIOLÊNCIA NO FUTEBOL

Neste capítulo, buscarei abordar a problemática da violência no futebol brasileiro a partir de sua relação com as práticas e culturas engendradas nesse meio. Para isso, cumprirei três etapas. Na primeira, irei sistematizar algumas tendências das análises acadêmicas sobre a violência no futebol. Posteriormente, buscarei compreender a constituição de identidades e estilos de vida entre atores coletivos que têm o futebol como seu campo de ação. Sustentarei que seus padrões de conduta transitam de forma ambígua entre duas disposições que se entrelaçam: uma disposição lúdica e outra violenta. Para isso, dedicarei atenção especial para as associações torcedoras - as chamadas torcidas organizadas - e seus padrões de sociabilidade. Por último, analisarei como os agenciamentos que estas agremiações mobilizam se tornaram objeto de preocupação de agentes do Estado e da imprensa esportiva brasileira, que passam a delinear uma série de leis e políticas específicas voltadas para o controle destes atores.

2.1. Dos estudos ingleses às explicações “pós-modernas”: abordagens acadêmicas sobre a violência no futebol

A violência envolvendo torcedores de futebol não é uma novidade na história deste esporte. Desde que teve suas regras codificadas e regulamentadas pelos órgãos oficiais competentes, o futebol conviveu com inúmeros episódios de violência nos mais variados locais em que se popularizou. São vastos os relatos de ocorrências desse tipo entre o final do século XIX e início do século XX nos países britânicos, principalmente na Inglaterra e Escócia, nações que foram o ponto de partida da consolidação do futebol moderno tal qual o conhecemos.

Também no Brasil, desde as primeiras décadas do século XX, quando o futebol profissional ainda engatinhava, é possível pinçar notícias nos jornais da época relatando distúrbios envolvendo torcedores rivais. Conforme relata Malaia (2012, p. 76),

O *Correio da Manhã*, em 1920, reporta que, em São Paulo, na rua Anhanguera, um grupo de torcedores, brasileiros e italianos, discutiam

³⁴ Utilizo a nomenclatura “movimentos de torcida” por ser uma denominação mais abrangente, capaz de dar conta da pluralidade de agrupamentos torcedores envolvidos no futebol profissional. Nem todos utilizam a nomenclatura “torcida organizada”, que, como veremos adiante, diz respeito a um determinado modelo de torcida forjado historicamente.

os lances da partida do Paulistano contra o Palestra Italia. Em certo momento, “quando ia acesa a discussão, um rapaz do grupo, barbeiro, de nacionalidade italiana, ardoroso defensor do Palestra, sacando de uma navalha, vibrou quatro golpes contra o operário Galdino de Assis, que defendia o Paulistano”. No Rio de Janeiro, após inúmeras confusões entre torcedores do Vasco e do Villa Izabel graças a vitória vascaína ainda pela segunda divisão do campeonato carioca, o jornal *O Imparcial* elogiava a diretoria do Villa, pois havia punido os seus sócios acusados de participar da confusão, que teve até tiros e a prisão do técnico uruguaio do Vasco, Ramon Platero.

No entanto, foi só a partir da segunda metade do século XX que estes incidentes adquiriram, nacional e internacionalmente, uma dimensão pública mais significativa, sendo alçados à condição de problema crônico, e não simplesmente encarados como perturbações pontuais da ordem pública. As explicações correntes que circulavam nos grandes meios de comunicação buscavam razões das mais variadas para o fenômeno: o consumo excessivo de bebida alcoólica por parte dos torcedores “desordeiros”, cenas de violência no campo de jogo que contagiariam as arquibancadas, certeza da impunidade, entre outras. Contudo, nenhuma dessas explicações pareciam aprofundar a questão, ficando demasiadamente presos à superfície do problema.

Na medida em que o fenômeno do hooliganismo ganhava cada vez mais visibilidade na Inglaterra a partir dos anos 1960, alguns acadêmicos passaram a se debruçar com mais afinco sobre o tema, buscando construir interpretações mais sólidas para os questionamentos quanto às razões desse fenômeno.

Segundo Giulianotti (1999), uma das primeiras perspectivas de estudos acadêmicos sobre o hooliganismo inglês se valeu de uma concepção marxista acerca desses atos de violência, e se desenvolveu em fins dos anos 1960 e início dos 1970. Para os autores filiados a essa linha de pensamento, como Ian Taylor e John Clarke, a violência hooligan seria a expressão de uma resposta desarticulada da classe trabalhadora à mercantilização dos clubes de futebol, que estariam perdendo seu caráter associativo e popular em prol de uma espetacularização burguesa dos eventos futebolísticos. Apesar de trazer questões pertinentes, sobretudo a respeito da tendência à exclusão social que a mercantilização do futebol traz consigo, a análise marxista do hooliganismo foi criticada por seu caráter especulativo e carente de dados empíricos. Este aspecto da investigação acabava por gerar uma inclinação reducionista onde um determinado padrão de comportamento, o que naturalmente pressupõe um certo nível de subjetividade, é explicado apenas como um reflexo dos padrões gerais de organização de uma determinada atividade social, no caso, o

futebol.

Outra tendência destes primeiros estudos ingleses sobre o hooliganismo foi aquela vinculada a pesquisadores de Oxford tais como Peter Marsh, Elizabeth Rosser e Rom Harré. Sob o prisma da psicologia social, estes autores procuraram definir a violência hooligan como uma manifestação ritualizada de padrões de agressividade que seriam inatos à condição humana e até mesmo salutares por sua função distensora da rigidez disciplinar da ordem social moderna. Para eles, o hooliganismo seria superestimado pelos meios de comunicação, já que a violência contida nele seria meramente ritual e simbólica, e não um fenômeno concreto realmente ameaçador à ordem social.

Para sustentar este ponto, demonstraram através de pesquisas de campo como os episódios de violência hooligan, ao contrário do que era largamente difundido na imprensa, não eram atos “anárquicos”, “desgovernados” e fora de controle, mas sim atividades regidas por um conjunto de regras e por um ordenamento hierárquico entre os integrantes dos grupos. Este prisma analítico foi criticado nos meios acadêmicos não só por sua visão a-histórica e não social da violência hooligan, como também por partir do princípio de que violência e ritual são duas categorias que se excluem mutuamente, como se determinados rituais não trouxessem consigo uma carga concreta de violência.

Apesar dos méritos das tendências analíticas supracitadas em introduzir o tema no debate acadêmico, elas não buscaram efetivamente as raízes sociais da violência torcedora e tampouco conseguiam esclarecer os modos pelos quais alguns torcedores desenvolvem uma inclinação a se envolverem em confrontos físicos com grupos rivais. Atentos a essas limitações, os pesquisadores filiados ao que se convencionou chamar de *Leicester School* se empenharam em superar esse gargalo dos estudos iniciais sobre a violência torcedora na Inglaterra. Estes pesquisadores, entre os quais se destacaram nomes como Eric Dunning, Patrick Murphy e John Williams, buscaram compreender o fenômeno do hooliganismo dentro dos marcos metodológicos da sociologia figuracional de Norbert Elias³⁵. Críticos das duas abordagens mencionadas acima, buscaram esmiuçar a violência hooligan de modo mais preciso, superando o

³⁵ O alemão Norbert Elias (1897-1990) foi um dos grandes sociólogos do século XX. Dedicou sua produção intelectual ao estudo das transformações dos hábitos e costumes nas sociedades modernas que resultaram no enfraquecimento dos antigos padrões de conduta violentos e na valorização de padrões comportamentais mais “civilizados”.

que consideravam definições muito genéricas do fenômeno. Por isso, se debruçaram mais sobre o que denominaram de “equipes de combate”, isto é, aqueles grupos hooligans “hard core”, mais empenhados no objetivo de atacar grupos de adeptos da equipe oposta e em iludirem a polícia, lançando mão de estratégias mais bem elaboradas (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 359).

Questionando sobre como se formam estes grupos e seus padrões de sociabilidade, estes autores partiram da busca de determinados tipos de ligações sociais - isto é, determinados padrões através dos quais os indivíduos se relacionam entre si e se constituem enquanto sujeitos sociais - que definiriam as configurações sociais de uma dada comunidade e/ou segmento social. Dunning (1992) distingue dois tipos ideais de ligações sociais nas sociedades modernas: ligações segmentares e ligações funcionais. Estes tipos refletem parâmetros forjados a partir de uma característica crucial da modernidade: a expansão das cadeias de interdependência social. Colocando em outros termos, as cadeias de interdependência de uma sociedade consistem em redes de relações sociais que evidenciam o nível de integração de indivíduos e estratos sociais às instituições sociais mais amplas.

Nesse sentido, se as ligações segmentares remetem a um tipo de vínculo social mais autorreferenciado e endógeno, construído à margem das instituições sociais mais amplas e onde os laços outorgados de parentesco e territorialidade são mais proeminentes, nas ligações funcionais, os laços adquiridos por intermédio de instituições sociais exógenas, tais como escola e divisão social do trabalho, é que exercem um papel mais decisivo na constituição dos padrões de sociabilidade. Seguindo as conclusões de Elias, Dunning entende que os padrões de organização das sociedades modernas tendem a favorecer as ligações funcionais - mais inclinadas a códigos de conduta “civilizados” - que cada vez mais substituiriam as ligações segmentares, mais propensas ao desenvolvimento de sociabilidades mais violentas e agressivas.

No entanto, a reminiscência das ligações segmentares em determinados contextos sociais e conjunturas históricas pode gerar explosões de violência. O hooliganismo seria a representação disso. Ao tratar deste fenômeno, Dunning (1992) procurou explicá-lo como expressão de uma determinada configuração social que se faz presente de forma mais constante em determinados setores da classe trabalhadora inglesa. Segundo o autor, isto se dá pela persistência de aspectos característicos das ligações segmentares nestes setores tais como:

- Comunidade locais autossuficientes, ligadas de forma precária às instituições sociais mais amplas;
- Campo profissional limitado a funções precárias de baixa remuneração;
- Mobilidade social e geográfica reduzida e horizontes de experiência limitados;
- Identificação com grupos circunscritos, unidos por meio de parentesco outorgado e ligações locais;
- Elevada violência física nas relações entre sexos com domínio masculino;
- Elevado grau de segregação dos papéis conjugais com a família centrada no papel da mãe. Pai autocrático com pouco envolvimento na família;
- Pequena pressão social para exercer autocontrole quanto à violência física, poucos sentimentos de culpa depois de cometer atos de violência;
- Pouco controle dos pais sobre a socialização dos filhos.

Segundo a interpretação figuracional, é na conjunção destes elementos que reside a sociogênese de uma masculinidade agressiva sem a qual o hooliganismo não poderia prosperar enquanto fenômeno social. A pouca mobilidade social, o campo profissional limitado, a pobreza e a baixa escolaridade são alguns dos limites impostos pelas ligações segmentares, que privam os membros “rudes” - isto é, não tão bem estabelecidos na estrutura social - da classe trabalhadora de reconhecimento e reputação nas esferas sociais mais amplas. Associado a isso, a forte identificação com grupos circunscritos por meio de laços territoriais e de parentesco, além da socialização infantil relativamente livre da supervisão dos pais nas ruas, tendem a produzir o que Suttles (apud DUNNING, 1992) denominou de “segmentação ordenada”.

Trata-se da formação de agrupamentos de bairro nivelados por idade, gênero e identificação territorial que empreendem elevados investimentos emocionais na defesa da honra de suas famílias e comunidades. Forma-se, assim, a inclinação para interações agressivas baseadas na valorização da força, da coragem e da habilidade para lutar, que passam a ser fonte de prestígio e reputação para estes indivíduos privados de outras modalidades de reconhecimento social. Neste contexto, a negação do “outro” aparece como uma mediação inevitável para a busca desses objetivos.

Contudo, por que o futebol se tornou campo privilegiado para estas expressões de violência? Por que a partir dos anos 1960 esse fenômeno aparentemente se intensificou na Inglaterra? Segundo Dunning, estes questionamentos remetem tanto a questões mais gerais da integração da classe trabalhadora na sociedade inglesa

quanto a questões mais específicas que remetem à atração que o jogo desperta nestes segmentos sociais. Desde o final da Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores ingleses se tornaram cada vez mais integrados aos circuitos dominantes da sociedade inglesa. Durante este percurso,

verificou-se uma difusão de padrões mais “civilizados” entre as camadas de nível mais baixo da escala social, processo que se refletiu no comportamento mais ordeiro nas multidões de futebol e que foi apoiado, parece aceitável a hipótese, por fenômenos sociais fundamentais, como o aumento de riqueza e o crescente poder dos sindicatos e da mulher. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 381)

No entanto, esse processo não afetou a todos da mesma maneira, de modo que se produziu uma distância maior entre aqueles setores mais “respeitáveis” da classe trabalhadora - e, portanto, mais integrados à ordem social dominante - e aqueles setores mais “rudes” - menos integrados a esta ordem. Seriam precisamente estes setores mais “rudes” da classe trabalhadora que possuem maior inclinação para comportamentos violentos orientados pela segmentação ordenada.

Somado a isso, se até meados dos anos 1950 o comportamento das multidões nos estádios ingleses era até mesmo elogiado pela imprensa, com a proximidade da Copa do Mundo de 1966, que seria realizada na Inglaterra, a cobertura midiática passou a repercutir cada vez mais os episódios de violência hooligan nos estádios ingleses. Criou-se assim um ciclo de retorno negativo: quanto mais noticiava-se confrontos entre grupos hooligans rivais, mais a imprensa acabava por operar enquanto uma “selecionadora de público”, atraindo estes setores “rudes” da sociedade inglesa para os estádios. Deste modo, segundo a interpretação dos pesquisadores de Leicester, os acontecimentos violentos no futebol inglês se agravaram, atingindo seu ápice nos anos 1980, quando sucessivas tragédias envolvendo torcedores ingleses compeliram as autoridades a tomar medidas duras contra o hooliganismo.

A influência exercida pela *Leicester School* nos estudos acadêmicos sobre violência no futebol foi muito grande ao redor do mundo, inclusive no Brasil. No entanto, a adesão automática ao termo “hooliganismo” para explicar a violência no futebol foi contestada por alguns autores, que interpretaram este movimento como uma universalização do contexto sociocultural britânico em outras realidades cujas formas de organização torcedora podem articular a violência de outras maneiras.

Por exemplo, para Toledo,

observa-se que emergem significativas diferenças entre os torcedores organizados ingleses e os brasileiros, sobretudo no que concerne às origens, às representações construídas em torno do futebol, o modo

como se organizam o relacionamento com a sociedade mais abrangente. (TOLEDO, 1996, p. 126 e 127)

O autor sustenta que os torcedores organizados brasileiros almejam um lugar de visibilidade e participação dentro do futebol profissional, e, mesmo que possam se envolver em confrontos violentos, não primam pela transgressão deliberada e pelo anonimato como os hooligans ingleses. Além disso, as Torcidas Organizadas brasileiras são mais abertas e fluidas, de modo que as representações mobilizadas por seus membros se enquadram dentro de um ideário popular mais amplo, no qual podem ou não se inserir códigos de masculinidade que valorizam demonstrações de virilidade, força e coragem.

Já os hooligans ingleses, ao contrário, são grupos mais fechados e comprometidos com uma ética específica, o que faz com que a violência desempenhe um papel central na coesão grupal. Inclusive, essa disposição mais fechada dos grupos hooligans tende a favorecer o envolvimento com ideologias nacionalistas de extrema-direita, algo que, segundo Toledo, não se verifica nas Torcidas Organizadas brasileiras de modo mais sistemático.

Na contramão de Toledo, Reis (2014 e 2015) adota uma perspectiva mais próxima das análises da *Leicester School*, afirmando que existem sim hooligans no Brasil, e que estes podem ou não se alocar dentro das Torcidas Organizadas. Para esta autora, é preciso assumir uma abordagem transnacional do hooliganismo, pois mesmo que cada contexto local tenha especificidades socioculturais, é consensual identificar nos heterogêneos grupos de torcedores, em muitos países, a presença de um núcleo duro de indivíduos adeptos de práticas de violência organizada (REIS, 2014, p. 114 e 115).

Concordando com Dunning, Reis e Paes (2015) afirmam que o que varia de país para país seriam as *fault lines* que alimentam e desenham estes conflitos, mesmo que entre todas elas exista algo em comum:

Na Inglaterra, pela desigualdade entre as classes sociais e entre regiões. Na Escócia (ao menos em Glasgow) e Irlanda do Norte, pelo sectarismo religioso. Na Espanha, pelo nacionalismo linguístico de catalães, castelhanos, bascos e galeses. Na Itália, pelas divisões entre Norte e Sul. Na Alemanha, pelas relações entre Leste e Oeste e entre grupos de direita e esquerda. De acordo com Dunning, essas *fault lines*, frequentemente, se sobrepõem e se alimentam mutuamente [...]. Feito esse esclarecimento, Dunning (2003, 2006) observa que, a título de hipótese, é possível supor que exista algo de comum entre todas essas *fault lines*: o fato de elas estarem sujeitas a produzirem aproximações estruturais em relação à chamada “segmentação ordenada” ou, para expressá-la com termos eliasianos, figurações

sociais de “estabelecidos-outsiders”. Figurações que seriam organizadas através de laços grupais que fazem surgir um antagonismo intenso do “nosso grupo” contra o “grupo dos outros”. (REIS; PAES, 2015, p. 627)

O fato é que, para além da discussão conceitual sobre o que seria o hooliganismo e qual a sua aplicabilidade em diferentes contextos, as diferenças entre os argumentos apresentados por Reis, mais afinada com as contribuições de Dunning, Murphy e Williams, e por Toledo, mais cético quanto a essa abordagem, remetem a uma questão metodológica mais ampla. As perspectivas mais associadas à sociologia figuracional de Elias foram criticadas por atribuírem a uma condição social comum um peso determinante para a conformação de um padrão comportamental violento entre torcedores de futebol. Estas críticas se baseiam na constatação da presença de muitos indivíduos de classe média e classe média alta entre os agrupamentos hooligans, o que contraria a tese de que esses grupos seriam predominantemente formados por setores pauperizados da classe trabalhadora inglesa.

Giulianotti (2002) acredita, inclusive, que

Ao contrário dos argumentos de Leicester, os *hooligans* do futebol raramente vêm dos lugares mais pobres das cidades. A pesquisa de campo com os *hooligans* do Reino Unido sugere que eles são muito mais *incorporados* à sociedade dominante do que estruturalmente excluídos dela. Os “hábitos” dos *hooligans* demandam que o indivíduo possua capital econômico e cultural. O dinheiro é importante para a socialização em *pubs*, clubes, campos de futebol etc.; para viajar nos jogos no Reino Unido ou no exterior; para comprar roupas ou outras mercadorias. O consumo de bens também requer uma experiência subcultural; os *hooligans* exercitam um “gosto” diferente ao comprar e consumir roupas específicas ou outros produtos de lazer. (GIULIANOTTI, 2002, p. 76)

Diante deste quadro mais crítico em relação ao método figuracional de Leicester, outros recortes e métodos explicativos surgiram tentando compreender a violência no futebol a partir dos modelos e representações culturais mobilizados por essas práticas. Trata-se de dar conta de dinâmicas próprias de um “campo esportivo”³⁶ com um relativo grau de autonomia diante de configurações sociais ampliadas. Estas análises se situam dentro de um escopo de autores os quais Paes (2019) definiu como ligados ao “pós-modernismo”³⁷. Apesar das inúmeras diferenças entre elas, é possível identificar uma base comum nessas interpretações: o fato de

³⁶ Sobre o conceito de “campo” vale consultar a obra de Pierre Bourdieu.

³⁷ O termo está entre aspas pois considero essa terminologia imprecisa, já que homogeneiza abordagens que podem apresentar muitas diferenças entre si. Contudo, a utilizo aqui para fins de comparação com os outros enfoques sobre violência no futebol aqui trabalhados.

explicarem os fenômenos próprios do mundo esportivo partindo das dinâmicas através das quais as identidades culturais se constituem no mundo contemporâneo.

Segundo Hall (2011), o que caracteriza estas dinâmicas é a fragmentação das paisagens culturais e o descentramento³⁸ de identidades que, no passado, forneciam às pessoas sólidas localizações como indivíduos sociais. Desta forma, o sujeito pós-moderno implicaria na substituição de um eu coerente e contínuo para um outro móvel, que se modifica conforme as possibilidades que um dado contexto, ou campo social (como o futebol e o lazer), apresenta.

Quanto à aplicação dessa perspectiva aos estudos sobre torcidas de futebol e violência, podemos mencionar alguns trabalhos que, dentro de suas particularidades, se aproximam dessa perspectiva mais “pós-moderna”. Além do já mencionado trabalho de Toledo, podemos mencionar o estudo de Pimenta (1997) sobre as torcidas organizadas brasileiras.

Nesse estudo, o autor identificou a constituição de uma "cultura da violência" no Brasil fruto da desarticulação das redes de sociabilidade gerada pela modernização acelerada da sociedade brasileira, especialmente no período da ditadura militar. Dessa forma, as sociabilidades juvenis que se manifestam nas torcidas organizadas são entendidas como um desdobramento do surgimento de uma sociedade de consumo que valoriza a individualidade, o banal, esvaziando de consciência coletiva a juventude que vai se constituindo nesta geração. Neste contexto, a violência acaba sendo um elemento estruturante de identidades para uma juventude seduzida pela ideia de segurança e autoafirmação que um grupo pode proporcionar. Em suma, para ele, é preciso pensar as Torcidas Organizadas e todo seu universo dentro de uma discussão teórica sobre a pós-modernidade e seus mecanismos de destotalização da vida social.

A pesquisadora Tarcyanie Cajueiro (2003), em sua dissertação de mestrado, também compartilha dessa perspectiva que associa a violência a um exame mais geral das novas identidades e sujeitos que surgiram no contexto da pós-modernidade. Denominando de “cultura cool” este novo paradigma de busca por novas identidades, a autora situa a violência como o lado “hard” destes novos tipos de sociabilidade fortemente ancorados em um desejo por viver o presente:

³⁸ Ao utilizar a noção de descentramento das identidades, Stuart Hall está sugerindo que as identidades não são mais centradas em papéis sociais fixos, mas que, ao contrário, são móveis, múltiplas e plurais, regidas por experiências diversificadas.

A violência 'hard', derivada da indiferença pelo real e pelo vazio de sentido, em uma sociedade estimulada por modelos individualistas e hedonistas, convida seus pares a viver intensamente o presente, incitando uma criminalidade sem projetos, sem ambições, onde há desproporção entre riscos e ganhos, entre um fim insignificante e meios extremos. (CAJUEIRO, 2003, p. 77)

Aragón (2017) assume posição parecida ao estudar os "barras brava"³⁹ argentinos, embora se debruce mais sobre o contexto de reorganização neoliberal da economia argentina nos anos 1990. Segundo ele, o neoliberalismo destruiu os tradicionais laços de sociabilidade da sociedade argentina, dando lugar a uma outra, regida pelas tendências concorrenciais de um individualismo extremado que vê na violência uma forma de afirmação de si.

Já Dietschy (2014) e Hourcade (2014) se debruçam sobre o contexto europeu, e buscam explicar a evolução das práticas torcedoras em direção a um modelo autônomo e ativista que se alimentou do contexto de agitação política da juventude dos anos 1960. Ambos constatam como a partir desse contexto houve a passagem de uma violência espontânea entre torcedores de futebol para um quadro de violência mais organizada, onde os conflitos têm uma dimensão mais militarizada e premeditada. Hollanda (2012) também parece se aproximar da abordagem empreendida pelos dois europeus ao falar sobre a origem das Torcidas Organizadas brasileiras em fins dos anos 1960, quando estas representaram uma ruptura com as antigas torcidas carnavalescas⁴⁰.

Segundo o autor, isso teria se dado dentro dos marcos de *cismas juvenis* que dramatizaram um conflito de gerações entre as antigas lideranças das torcidas carnavalescas e as novas gerações, que se mostravam insatisfeitas com o tipo de controle que aqueles exerciam sobre o comportamento dos integrantes das torcidas. Não à toa os nomes das primeiras torcidas que se formaram na esteira dessa insatisfação sempre carregavam o termo "jovem" enquanto qualificador: Torcida Jovem do Flamengo, Força Jovem do Vasco, Young Flu, Torcida Jovem do Botafogo e etc. Esta ruptura de jovens torcedores com as torcidas carnavalescas deu origem a

³⁹ As aspas aqui são em virtude deste termo ser mais utilizado pela imprensa argentina ao se referir a este agrupamentos torcedores, não sendo uma categoria assumida diretamente pelas torcidas argentinas.

⁴⁰ As torcidas carnavalescas, assim denominadas por acadêmicos que estudam o tema, formaram a primeira geração de torcidas organizadas do futebol brasileiro. Podemos mencionar como exemplo a Charanga Rubro-Negra, do Club de Regatas do Flamengo, a Torcida Organizada do Vasco (TOV), do Club de Regatas Vasco da Gama e a Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP), do São Paulo Futebol Clube. Falaremos mais detalhadamente sobre essas torcidas logo adiante.

uma estrutura organizativa mais burocrática e militarizada, consagrando uma autonomia maior dessas organizações com os clubes que representavam nas arquibancadas.

Esses trabalhos partem de pontos distintos dos autores de Leicester para entender a violência no futebol. Tendem a refletir sobre o papel da juventude na constituição do fenômeno dos movimentos de torcida ao final do século XX. Mais sensíveis às dinâmicas intensas de um mercado simbólico de identidades, os jovens construiriam determinados estilos e modos de vida ao redor do futebol que se expressariam, em determinados contextos, através de práticas violentas.

Evidentemente, essas abordagens não necessariamente “refutam” os argumentos levantados pelos autores de Leicester. Antes o contrário: talvez sejam perspectivas até mesmo complementares. Se os questionamentos a respeito da juventude e seu lugar na construção social de atividades culturais e de lazer é importante para entender a relação entre torcidas organizadas e violência no futebol brasileiro, a sociologia figuracional dos autores de Leicester nos ajudam a compreender as condições sociais objetivas segundo as quais determinados padrões de sociabilidade são potencializados.

É verdade que a busca por uma “raiz” social absoluta para um determinado problema social pode obliterar uma série de outros aspectos simbólicos que estão em constante movimento na vida social. Desse modo, ao invés de pensar em termos de uma configuração social originária, melhor seria integrá-la aos processos sociais em sua amplitude subjetiva. É dentro desses marcos que procurarei, na sequência deste capítulo, apurar os desdobramentos da violência no futebol.

2.2. Entre o lúdico e o violento: torcidas organizadas e associativismo juvenil no futebol brasileiro

2.2.1. As torcidas carnavalescas: entre a festa e a disciplina

As primeiras associações torcedoras em nosso país surgiram a partir dos anos 1940 em um contexto histórico de massificação do futebol profissional que, àquela altura, atraía multidões cada vez mais numerosas para os estádios de futebol. Na esteira de uma preocupação disciplinar por parte das autoridades e instituições responsáveis por supervisionar o comportamento das massas torcedoras, estes agrupamentos despontaram como “núcleos civilizados” (TOLEDO, 2010, p. 178) em

meio a multidões entendidas como rústicas e potencialmente perigosas.

A crescente monumentalidade das praças esportivas⁴¹ aprofundou ainda mais esta inquietação moralizante. Em um contexto de ascensão de experiências próprias de uma sociedade de massas, a integração das classes populares aos parâmetros civilizacionais dos segmentos dominantes começava a dar o tom do discurso sobre os eventos esportivos. Portanto, a socialização proporcionada por uma modalidade tão popular de lazer passou a ser objeto de uma preocupação cada vez mais constante entre os principais “*claim-makers*”⁴² do futebol.

Para citar uma iniciativa que vai de encontro com esta preocupação, podemos falar sobre o “Duelo de Torcidas”, uma espécie de competição criada na cidade do Rio de Janeiro por Mário Filho, então dono do *Jornal dos Sports*, que estabelecia critérios quase carnavalescos para avaliar a performance das torcidas no apoio aos seus respectivos clubes. Criado ainda em meados dos anos 1930, o duelo enfatizava quesitos como animação, originalidade, organização, harmonia, disciplina, entre outros.

Neste sentido, as então emergentes torcidas organizadas cariocas - entre as quais podemos mencionar a Charanga Rubro-Negra, a Torcida Organizada do Vasco (TOV), a Torcida Organizada do Fluminense (TOF) e a Torcida Organizada do Botafogo (TOB) - exerciam papel fundamental na organização das grandes festas que eram avaliadas pelo “júri”, que incluía cronistas, radialistas e jornalistas. Diante disso, esse enquadramento pedagógico requerido pela imprensa e as autoridades “se associava à dupla função das torcidas organizadas em seu nascedouro: vigiar a conduta do torcedor comum e coordenar de maneira organizada o incentivo à equipe” (HOLLANDA, 2012, p. 92).

A estrutura de organização dessas primeiras associações torcedoras era extremamente centrada na figura do chefe de torcida. Pelas atribuições que concentravam em suas mãos, estavam sujeitos a uma boa dose de exposição midiática, o que acabava por convertê-los em torcedores-símbolo dos clubes que

⁴¹ Como já mencionado no capítulo anterior, foi justamente nesse contexto dos anos 1940 e 1950 que o Estado passou a investir pesado na construção de estádios públicos de grande capacidade, a exemplo do Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, e do Estádio do Pacaembu, em São Paulo.

⁴² Em tradução literal para o português, um *claim-maker* seria uma espécie de “produtor de reclamações”. Segundo Paes (2019), os *claim-makers* são aqueles atores que constroem os problemas sociais, que buscam chamar a atenção de um determinado público para a seriedade de uma determinada situação. Cientistas, jornalistas, autoridades, políticos e ativistas são exemplos de *claim-makers*.

representavam. Além disso, alguns deles podiam ser pessoas com bom trânsito na organização institucional do futebol profissional, sendo vinculados a políticos, dirigentes de clubes e federações, entre outros. Exemplos disso são Manoel Raymundo de Almeida e Laudo Natel, fundadores da Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP), duas figuras influentes no São Paulo Futebol Clube e na Federação Paulista de Futebol. Natel chegou, inclusive, a ser governador de São Paulo nos anos 1970.

No Rio de Janeiro, os chefes de torcida dos quatro principais clubes da cidade eram Dulce Rosalina, da TOV, Jaime de Carvalho, da Charanga, Paulista, da TOF e Tarzã, da TOB. Vistos como torcedores “ilustres” por dirigentes, cronistas e jornalistas, a memória dessas lideranças é até hoje celebrada como uma representação genuína da paixão clubística. Na ocasião dos 40 anos da morte de Jaime de Carvalho, por exemplo, o Flamengo o homenageou com uma placa no Estádio da Gávea⁴³, designando-o como “grande benfeitor do futebol brasileiro e chefe dos chefes de torcida”⁴⁴. Então presidente do clube à época, Eduardo Bandeira de Mello exaltou Jaime:

- É muito importante, fico até emocionado porque conheci o Jayme de Carvalho. Ele realmente foi o mais ilustre representante das arquibancadas do Flamengo. Acho que faltava essa homenagem. O Flamengo deve tudo que ele é à sua torcida, então temos que homenagear seu torcedor mais ilustre. A homenagem a gente tem que fazer, até porque no momento difícil do time que é a hora em que a gente precisa mais da torcida. Então lembramos dos torcedores mais ilustres, e com certeza Seu Jayme estaria nos apoiando agora e iria a Volta Redonda⁴⁵.

O imaginário popular em torno de Jaime e de outros torcedores-símbolo costuma exaltar esse ar espontâneo e desinteressado, focado apenas em apoiar o time aonde quer que ele esteja. Nesse contexto, foram alçados à condição de figuras institucionais dos clubes, fazendo as vezes de torcedores-modelo, autênticos portadores do pertencimento clubístico.

A figura de Jaime, aliás, é paradigmática para entender a origem das torcidas organizadas. Tradicional folião dos bailes de carnaval do Largo do Machado, encarnava bem o espírito carnavalesco destas primeiras torcidas, que já se distinguiam do público mais amplo pela organização e planejamento racional das

⁴³ O Estádio da Gávea é a sede institucional do Clube de Regatas do Flamengo.

⁴⁴ Disponível em :<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2016/05/jayme-de-carvalho-e-homenageado-com-placa-apos-40-anos-de-sua-morte.html>.

⁴⁵ Idem.

grandes festas nas arquibancadas e também pelo uso de uniformes⁴⁶ que identificavam seus integrantes.

Outro aspecto primordial que deve ser destacado é o fato dessas associações inaugurarem uma sociabilidade coletiva entre aqueles torcedores mais assíduos, estabelecendo assim um círculo social destacado em relação aos torcedores ditos “comuns”. Esse tipo de adesão mais ou menos desinteressada mantida em relação ao futebol é definida por Toledo (2010, p. 187) como *socialidade lúdica*, isto é, “um sistema de discursos ou fragmentos de discursos que definem práticas que independem das condições objetivas que nos aparta na vida da cidade”.

Somada a essa dimensão lúdica e festiva, Jaime também cumpria a função disciplinar esperada por autoridades e imprensa, de modo que exercia um rígido controle sobre o comportamento dos membros da torcida. Na Charanga, não eram permitidos palavrões, xingamentos ou protestos contra quem quer que fosse, devendo os torcedores se limitarem a incentivar o time dentro das normas estabelecidas pela chefia. Ademais, naquela época, as torcidas organizadas ainda não assistiam aos jogos em pé. Assim como o público mais amplo, seus integrantes só se levantavam em momentos mais emocionantes do jogo ou na entrada dos times em campo.

Em suma, a primeira geração de torcidas organizadas se caracterizava por seu aspecto de oficialidade, reflexo de um contexto ainda muito marcado pela herança varguista sobre a organização da sociedade civil brasileira. Nesse cenário, as organizações populares e associações civis ainda estavam demasiadamente articuladas aos circuitos do poder institucional, configurando assim um modelo de cidadania regulada desde cima, sob a tutela de autoridades, dirigentes e jornalistas.

2.2.2. Cismas juvenis: o surgimento das torcidas jovens

Na virada da década de 1960 para 1970, este ar de oficialismo das primeiras organizadas passou a ser contestado por alguns integrantes que reivindicavam mais liberdade e autonomia para as associações torcedoras em relação à institucionalidade do futebol profissional. Majoritariamente jovens, esses componentes estabeleceram dissidências internas, formas embrionárias das novas instituições que se consolidariam adiante. Estas “cismas juvenis” (HOLLANDA, 2012) dramatizavam um conflito de gerações que expressava um choque entre representações e sociabilidades diferentes entre si.

⁴⁶ Não à toa, muitas dessas primeiras agremiações utilizavam o nome “Torcidas Uniformizadas”, sobretudo na cidade de São Paulo.

Situados em um contexto nacional e internacional de agitação política da juventude, esses jovens torcedores fundaram novas agremiações, rompendo com a unidade que estruturava a primeira geração de torcidas organizadas: um clube, uma torcida, um chefe. Entre as motivações destes conflitos estava a reivindicação ao direito de crítica, seja aos dirigentes, aos jogadores ou às autoridades, direito esse que era vetado nas associações anteriores. O país vivia o auge da repressão da ditadura militar (1964-1985), de modo que os canais de participação política eram muito restritos. Nesse contexto, a adesão a instituições populares como as torcidas organizadas davam o tom dos mecanismos de contestação para além das instituições políticas tradicionais.

O nome do primeiro núcleo de torcedores que emergiu desse contexto era emblemático: Poder Jovem. Dissidência da Charanga Rubro-Negra, estes torcedores passaram a assistir os jogos separados da torcida de Jaime de Carvalho, estendendo uma faixa com o nome do então grupo dissidente. Foi assim do ano de 1967 até meados de 1969, quando esse núcleo embrionário resolveu se institucionalizar sob o nome pelo qual a torcida é conhecida até hoje: Torcida Jovem do Flamengo.

Esse movimento aconteceu em vários clubes espalhados pelo Brasil, principalmente nos do eixo Rio-São Paulo. A título de exemplo, no Vasco da Gama surgiu em 1970 a Força Jovem do Vasco, dissidência da TOV. No Botafogo, a Torcida Jovem do Botafogo rompeu com a hegemonia da TOB e seu líder Tarzã. No Fluminense, a dissidência recebeu o nome de Young Flu. No Corinthians, jovens torcedores fundaram a Gaviões da Fiel, criada em um contexto de insatisfação generalizada com a administração do presidente do clube, Wadih Helu⁴⁷, deputado da ARENA⁴⁸ apontado como o principal responsável pelo jejum de títulos do clube que já chegava a 14 anos. No São Paulo Futebol Clube, de uma dissidência da TUSP surgiu a torcida Independente Tricolor, que como o nome evidencia, encarnava o espírito crítico e independente em relação às diretorias dos clubes. No Santos Futebol Clube, nasceu em 1969 a Torcida Jovem do Santos. Em 1970, foi a vez da fundação da

⁴⁷ Os integrantes fundadores da Gaviões da Fiel relatam, inclusive, que Wadih tentou de todas as formas impedir a fundação da torcida por meio de represálias e atos característicos dos tempos da ditadura.

⁴⁸ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi criada em 1966 na esteira da promulgação do Ato Institucional nº 2, que extinguiu o multipartidarismo no Brasil. Durante boa parte do regime autoritário instituído em 1964, foi o partido incumbido de dar sustentação política aos sucessivos governos militares que se revezaram no poder até 1985.

Torcida Uniformizada do Palmeiras, a TUP⁴⁹.

Quase todas essas torcidas tinham como marca registrada uma espécie de “posicionamento sindical” (HOURCADE, 2014) que define a relação com o clube que apoiam. Como dito por Teixeira (2016, p.21), essas agremiações desenvolveram uma sociabilidade “guiada pela compreensão de que a produção da festa nos estádios e o posicionamento crítico e contestador são parte da mesma experiência”. Desse modo, buscam se afirmar como interlocutores legítimos do sentimento do torcedor em geral, sejam eles organizados ou não. Esse tipo de posicionamento costuma se aflorar quando há uma insatisfação generalizada com o desempenho do time.

Essa nova postura das torcidas organizadas em relação ao clube revela fissuras em um sistema de representação clubística onde os representantes (diretoria e jogadores) passam a ser mais questionados pelos representados (torcedores), algo que não ocorria no modelo anterior das torcidas carnavalescas, onde representantes e representados buscavam manter uma unidade mais ou menos harmônica. Esta disposição crítica, inclusive, não é exclusividade dos torcedores organizados, já que estes são inclusive cobrados pelos “torcedores comuns” a se posicionarem em protesto. Isso indica que esta mediação mais contestadora passou a fazer parte da sociabilidade torcedora de maneira mais ampla, sendo as torcidas jovens os interlocutores deste espírito mais contestador⁵⁰.

Até mesmo alguns jogadores profissionais, que são os que mais sofrem com os protestos e reclamações das torcidas (alguns destes protestos descambam até mesmo para agressão física), reconhecem a importância desse papel de cobrança delegado às torcidas organizadas. Por exemplo, ao ser perguntado sobre o desempenho aquém das expectativas do time do Flamengo no Campeonato Brasileiro de 2017, o ex-zagueiro Ronaldo Angelim, ídolo do clube, afirmou⁵¹:

Acho que os jogadores estão jogando sem aquela responsabilidade, sem aquela cobrança. Acho que está faltando aquilo que aconteceu

⁴⁹ O caso do Palmeiras é um pouco diferente dos demais clubes. O perfil dos torcedores da TUP era diferente das outras torcidas de São Paulo. Muitos dos seus fundadores eram figuras ligadas ao clube, o que configura uma certa semelhança dessa agremiação com a primeira geração de torcidas organizadas. Só nos anos 1980, com a fundação da Mancha Verde, que o Palmeiras passou a contar com uma torcida mais autônoma em relação ao clube. Para ver mais sobre a fundação da TUP, acessar: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/tup-torcida-uniformizada-da-sociedade-esportiva-palmeiras/>.

⁵⁰ Não se trata aqui de afirmar que não havia crítica e cobrança antes do advento das torcidas jovens, mas sim que elas estavam dispersas no espontaneísmo das multidões. Com a aparição das torcidas jovens na virada da década de 1960, essa postura se estrutura melhor, ganhando tons de ação coletiva.

⁵¹ Disponível em: <https://colunadofla.com/2017/11/angelim-diz-que-falta-cobranca-da-diretoria-e-pressao-dos-torcedores-ao-elenco-do-fla/>

no Corinthians, dos torcedores irem lá, pelo menos dá uma pressão. Os caras treinam muito tranquilo no Ninho do Urubu. Junior Baiano que falava muito isso, torcedor tem que dar uma pressão para o cara sentir que ali é um clube grande, tem responsabilidade. Está muito bom, perde o jogo e vai para casa, pelo elenco que tem, tinha que estar entre os três.

Já no que tange ao padrão de organização interna, essas agremiações se caracterizam por uma estrutura burocrática associativa marcada pela impessoalidade. O comando não é mais exercido por um chefe ilustre e carismático, mas sim por instâncias de poder cujos membros são eleitos segundo as regras estabelecidas estatutariamente. As torcidas agora possuem um organograma mais complexo, composto pela presidência, diretorias temáticas, conselho deliberativo, entre outros. O delineamento deste novo arranjo institucional assegurou um maior grau de autonomia destas torcidas em relação aos clubes, já que as mediações institucionais agora não se concentram inteiramente nas mãos da figura do chefe de torcida. Além disso, a estrutura de poder ficou menos hierarquizada, de modo que o controle sobre a torcida passou a estar mais indeterminado, potencializando disputas internas abertas entre seus integrantes.

Quanto ao perfil social dos membros das torcidas jovens em seus primórdios, verifica-se uma situação diferente da heterogeneidade que se constata atualmente. O alcance dessas instituições ainda era limitado aos círculos sociais de seus fundadores, majoritariamente estudantes de classe média. Como consta no relato⁵² do ex-presidente da torcida Young Flu, Armando Giesta,

A maioria era estudante. Tanto que, hoje, oitenta por cento daqueles que participaram da formulação delas são engenheiros, médicos, dentistas, advogados, militares...Em geral, faziam parte da classe média, havendo ainda um número pequeno de pobres.

À medida que ganharam visibilidade e reconhecimento nas arquibancadas, estas agremiações ampliaram seu alcance, penetrando nos mais variados estratos sociais. Com o exponencial crescimento no número de associados, principalmente nos anos 1980, as torcidas jovens se territorializaram, formando núcleos⁵³ de torcedores de acordo com a cidade, bairro, ou região em que cada um deles viviam. Isso gerou mais capilaridade para estas agremiações, que passaram a penetrar nas

⁵² Relato concedido a Bernardo Buarque de Hollanda. Disponível em:

<https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/armando-giesta/>

<https://www.ludopedio.com.br/entrevistas/armando-giesta-parte-2/>.

⁵³ Estes núcleos ganham diferentes nomenclaturas de acordo com cada torcida: famílias, pelotões, núcleos, canis, regiões, subsedes, etc.

periferias e bairros populares de forma expressiva, firmando-se como polos de lazer, cultura e sociabilidade para a juventude periférica.

2.2.3. A torcida como estilo de vida

Com a massificação das torcidas jovens, estas passaram a operar como catalisadoras de identidades coletivas juvenis à margem da ordem social vigente. Apoiadas em códigos morais fortemente ancorados em uma perspectiva renovada de periferia que se consolidou a partir dos anos 1990, essas identidades são vividas a partir de um padrão de comportamento juvenil popular que se contrapõe às representações dominantes sobre a periferia, demasiadamente centradas em uma condição de “carência” no sentido econômico e social.

Diante desses marcos, estrutura-se uma ordem simbólica periférica que permite aos seus agentes inscrever a “cidade dos excluídos” no imaginário coletivo urbano, promovendo “um novo retrato do Brasil marcado pela pluralidade e por fraturas sociais profundas” (HERSCHMANN, 2005, p.35). Partindo de um discurso fortemente estético, esta ordem simbólica é concebida a partir da ascensão de estilos de vida e padrões culturais juvenis que vieram à baila com as transformações da vida urbana e o reordenamento dos padrões de produção e consumo da sociedade brasileira.

Mais do que algo meramente estético, estes estilos de vida se articulam a éticas e códigos de conduta cujas práticas corporais valorizam a capacidade de se impor perante os outros, ou, para colocar em termos nativos, de “escapar da marca de otário” (ZALUAR, 1997). Buscando elucidar essa questão, Toledo (2012) trabalha em cima da noção de corporalidade, afirmando que, a partir dessas formas expressivas,

O corpo emancipará simbolicamente a noção espacial e sociológica de “periferia” e se tornará pedra angular estética de novas gestualidades, sensualidades, masculinidades, virilidades e crítica social no âmbito dos divertimentos e práticas sociais urbanas jovens. (TOLEDO, 2012, p. 128)

Para ilustrar melhor este ponto, é interessante complementar mencionando também a noção de *corporalidade popular* presente em Alabarces (2008). Ao estudar o “aguante”, categoria nativa que denomina um conjunto de práticas corporais adotados pelas barras⁵⁴ argentinas, este autor afirma que

[...] las prácticas y representaciones corporales de los hinchas se

⁵⁴ Os barras são aqueles torcedores membros das “barras bravas” argentinas, espécie de equivalentes dos torcedores organizados brasileiros.

definen como populares al representar corporalidades distintas a las legítimas y legales. [...] la articulación que los hinchas realizan entre ideales de cuerpo, modelos masculinos y prácticas de enfrentamiento corporal [...] tiene como resultado la conformación de un particular sentido de comunidad constituido en y a través de la experiencia corporal. [...] el “aguante” tiene una dimensión estética que se manifiesta en una corporalidad específica, rechoncha y resistente, que se distingue de la corporalidad hegemónica. (ALABARCES, 2008, p. 276 e 280)

A alusão de Alabarces e Toledo a uma corporalidade popular e periférica em conflito com corporalidades hegemônicas, ou “civilizadas”, para colocar nos termos de Norbert Elias, remete à valorização da coragem, da honra, da virilidade, em suma, de atributos conformadores de padrões de masculinidade que se estruturam a partir de códigos de violência pautados pela lógica agônica da guerra (CECCHETTO, 1997). Nesse contexto, a violência não é simplesmente um subproduto de um cenário de anomia generalizada, mas exerce um papel estruturante nas práticas expressivas de uma juventude seduzida pela ideia de segurança e autoafirmação que o pertencimento a um grupo - como é o caso das torcidas organizadas - pode proporcionar na conformação de suas identidades.

Esses atributos masculinos estão enunciados nos símbolos e marcas distintivas das torcidas, em seus gritos e cânticos e em outras formas de linguagem desses agrupamentos. Quase toda torcida organizada surgida na virada da década de 1960 para 1970 possui um mascote, uma figura que representa esteticamente a torcida em bandeiras, faixas e outros materiais. Por exemplo, a Força Jovem do Vasco tem como mascote o personagem *Eddie*, símbolo da banda britânica *Iron Maiden*. A torcida Mancha Verde, do Palmeiras, adotou o vilão da *Disney* Mancha Negra. A Torcida Jovem do Flamengo tem como principal símbolo um tanque de guerra. A Gaviões da Fiel incorporou a ave predadora que dá nome ao grupo.



Figura 1 - Força Jovem do Vasco.
Fonte: blogorganizadas.wordpress.com, sem data.



Figura 2 – Mancha Verde do Palmeiras.
Fonte: Wikipédia, sem data.



Figura 3 - Torcida Jovem do Flamengo
Fonte: Twitter da Torcida Jovem do Flamengo, sem data.



Figura 4 – Torcida Gaviões da Fiel
Fonte: Site do Marcondes Brito, 2020.



Figura 5 - Torcida Tricolor Independente.
Fonte: Facebook da Torcida Tricolor Independente, sem data.

Como relata Toledo (1996), esses símbolos remetem à esfera do incontrolável, do imprevisível, do indomável, características dignas de serem cultivadas pelos integrantes da torcida, sobretudo no que diz respeito à defesa da honra e reputação do grupo. Mesmo aquelas torcidas que possuem símbolos mais “dóceis”, como o casaca Tricolor Independente, que adota um anjo como mascote (é o mascote oficial do São Paulo Futebol Clube), fazem questão de estilizá-lo, o colocando como um personagem musculoso, intimidador e que “não teme a luta”.

Quanto aos cânticos e gritos de guerra, é muito comum letras que exaltem a coragem e valentia do grupo e o temor que a torcida despertaria em seus “inimigos”. Transitando entre a sátira e a ofensa, estes cantos operam através da exaltação da bravura do próprio grupo e da desqualificação da masculinidade de seus adversários. Assim, por intermédio de suas músicas, as torcidas reproduzem os códigos de violência que estruturam a relação de hostilidade entre agrupamentos rivais. A título

de exemplo, podemos citar alguns cantos evocados por torcedores organizados Brasil afora:

A Jovem Fla não se cansa de apanhar!
 A Raça-Fla na corrida é a melhor!
 Young Flu toda pequenininha!
 Toma porrada e cabe dentro de um fusquinha!
 Sou eu sou eu, sou eu da Força Jovem sou eu!
 A Gaviões não se cansa de apanhar!
 Independente na corrida é a melhor!
 Jovem do Santos toda pequenininha!
 Toma porrada e cabe dentro de um fusquinha!
 Sou eu sou eu, sou eu da Força Jovem sou eu!

Torcida Resposta é a Young Flu
 Eu vou contar uma história que é namoral
 Torcida Jovem fla já peguei de pau
 Força Jovem "grande" não aguentou
 TJB pequena também peidou.

Não dá pra esconder
 O que eu sinto por você força
 Não dá, não dá, não dá, não dá
 Só sei
 Que a Fúria estremece
 A Young Desaparece
 Inconscientemente a gente espanca
 Em São Paulo eu só pego a Mancha
 Galoucura em Minas Gerais
 Só sei que Jovem Fla é ruim demais
 Eô eô
 Sou da Jovem Fla,
 O seu terror

Vou acabar...
 Com a porco mania
 É a ordem do dia
 Porque ser palmeirense
 Nunca foi fama de ser mal
 Se não der na mão, eu brigo até de pau
 Pode vir todo mundo
 Eu não temo ninguém
 Sou independente
 Mato um mato cem
 Não se preocupe amigo
 Que a paz vai voltar
 Com a galinhada, eu prometo acabar!

Mas o que explica que o futebol seja um campo privilegiado dessas práticas? Além de ser um ambiente predominantemente masculino, o que por si só já exerce um papel decisivo para o desempenho destes códigos de masculinidade, o futebol é uma popular atividade de lazer. Se ao longo de boa parte do século XX o mundo do trabalho exerceu papel preponderante na definição da localização dos indivíduos enquanto sujeitos sociais, isso mudou de figura nas dinâmicas culturais

contemporâneas. No que se refere às culturas periféricas isso é ainda mais notável.

A visão hegemônica sobre a periferia busca definir os agentes desta nos termos do universo laboral, de modo que a figura do “trabalhador” ocupa papel central na definição dos agentes deste segmento social. Nesse contexto, os estilos de vida mobilizados na esfera das atividades de lazer operam como moduladores de identidades sociais centradas no “desenraizamento ou descomprometimento com o corpo reificado historicamente pela moralidade do trabalho, até então ordenador da produção simbólica e material da vida cotidiana” (TOLEDO, 2012, p. 140).

No contexto neoliberal de profunda desregulamentação do mercado de trabalho, as atividades de lazer se tornam terreno ainda mais fértil para a manifestação destas práticas e estilos de vida. Sendo assim, são sociabilidades articuladas a uma demanda de segmentos da juventude por intensidade nas atividades de lazer, atividades que aparecem como uma dissensão em relação à moralidade do trabalho.

Enquanto atividade de lazer, o futebol é apenas um dos âmbitos de manifestação dessas sociabilidades, havendo outros divertimentos que sinalizam nessa mesma direção. Para ilustrar, podemos citar o caso de outras manifestações culturais da juventude periférica tal como os bailes funk no Rio de Janeiro, em especial os bailes de corredor, que se consolidaram enquanto uma forte tradição popular nos anos 1990.

Conforme analisado por Cecchetto (1997), os bailes de corredor caracterizavam-se pela indefinição de uma fronteira entre o lúdico e o violento, entre o jogo e o conflito aberto. Nestes eventos, a dinâmica girava em torno das tensões entre “galeras”, agrupamentos juvenis que se organizam segundo laços de pertencimento territorial. Uma vez dentro dos bailes, as galeras formavam alianças transitórias entre si, formando dois grandes grupos (os “bondes”) que eram separados por uma linha divisória fixada pela organização do baile. Formavam-se assim dois “lados”, o lado A e o lado B, sendo que a tarefa de cada bonde era invadir o lado oponente. Toda essa dinâmica era, de algum modo, regulada pela organização do evento, havendo regras que deveriam ser seguidas por ambos os lados. No entanto, algumas rixas que se estabeleciam nos bailes eram levadas para fora deles, de modo que muitos desses conflitos acabavam sendo reproduzidos em outros espaços de convivência social.

Os padrões de sociabilidade presentes nas torcidas organizadas são semelhantes aos existentes nos bailes, sobretudo no contexto dos anos 1990. Não é

à toa que as experiências do universo funk e do universo das torcidas foram muito intercambiáveis nesse contexto. Até hoje, muitos cânticos de torcida se inspiram na batida do funk e em alguns de seus *hits* de sucesso, principalmente no Rio de Janeiro. Antes dominada pelo samba, a musicalidade das torcidas passou por grandes transformações com a ascensão destes movimentos culturais periféricos do final do século XX. Muitos integrantes de torcida eram frequentadores dos bailes funk, o que pode ser exemplificado pelo relato⁵⁵ de Noy, ex-presidente da Fúria Jovem do Botafogo:

Antes de ser de torcida eu já frequentava os bailes. Os anos 90 coligaram asfalto e favela, todo mundo respirava baile funk e baile de galera. [...] as galeras já existiam nos anos 80, só que 90 foi o boom né? E as torcidas existiam paralelamente a isso.

É importante destacar esta ligação entre asfalto e favela associada aos anos 1990. Para quem é do Rio de Janeiro, a dicotomia asfalto e favela representa uma polaridade entre a “cidade ordenada” e a “cidade marginalizada”. Falar que os anos 1990 “coligaram asfalto e favela” indica uma percepção de que os espaços de encontro cultural entre grupos sociais diferentes entre si se multiplicaram. Desse modo, é importante entender os bailes e torcidas organizadas dentro desse contexto sócio-histórico.

Contudo, há algumas diferenças entre essas manifestações culturais. Se nas torcidas o pertencimento clubístico e à instituição desempenham um papel mais relevante, nos bailes são os laços construídos em torno de afiliações territoriais que dão o tom das interações sociais. Como dito por Noy⁵⁶:

O baile funk tinha um diferencial. Torcida é maravilhoso, todo mundo tem seu time, briga por ele, até mata por ele. Só que a partir do momento que tá todo mundo envolvido num processo, teu vizinho de porta, todo mundo na mesma direção independente de time e de qualquer coisa... acaba que no baile funk você tinha muito mais irmãos, porque era a galera com quem você foi criado. Todo mundo era criado com o mesmo objetivo: defender o nosso bairro. E torcida as vezes você não tem isso, porque é muita gente de bairros diferentes que muitas vezes não pensa igual a você. A torcida já é outro fenômeno.

Já o pertencimento a uma torcida organizada estabelece certas clivagens nos estilos de vida de seus agentes que transcendem vínculos sociais construídos localmente. A adesão a uma torcida organizada carrega uma série de marcadores que

⁵⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-u-E1XI5OQ&t=5914s>

⁵⁶ Idem.

caracterizam um modo de experimentar o futebol diferente daqueles mobilizados pelos “torcedores comuns”. Os torcedores organizados

Investem tempo, criam expectativas, mobilizam símbolos, expõem-se a conflitos. Para estes torcedores, o futebol constitui-se em entretenimento, interesse político, visibilidade entre seus pares e perante outros, festa, *drama*, sociabilidade. Para isso, concorrem uma série de práticas e disposições pelas quais objetivamente agem e percebem o mundo. (TOLEDO, 1996, p. 118)

Uma das práticas que definem o pertencimento a uma torcida organizada, por exemplo, é o ato de viajar para acompanhar os jogos do time fora da cidade de origem. São as chamadas “caravanas”, que mobilizam centenas de torcedores dispostos a colocar o pé na estrada para estar junto do time e da torcida. Aqueles indivíduos que comparecem às caravanas com frequência ganham “moral” dentro do grupo, passando a ser mais reconhecidos pelos demais integrantes. Além disso, as caravanas exercem um papel importante no desenvolvimento de laços de pertencimento ao agrupamento.

É comum que aqueles que estão experimentando a primeira caravana passem por um “batizado”, que consiste em uma espécie de “corredor polonês”. Também é nas caravanas que muitas das histórias e narrativas das torcidas se configuram, de modo que aqueles que as presenciam se sentem atores privilegiados nesse universo. Como dito⁵⁷ por Bambu, liderança da torcida Estopim da Fiel⁵⁸:

O cara que realmente quiser conhecer a torcida tem que viajar. Porque é nessas horas que você conhece pessoas, faz mais amizades, conhece a torcida mais a fundo, conhece a Estopim mais a fundo, participa mais efetivamente das histórias, do samba, das brincadeiras que têm, enfim, é fantástico. Caravana é a melhor coisa que existe no mundo cara!

Porém, é importante destacar que, mais do que mera fruição de um momento de lazer, este estilo de vida também está calcado em uma ideia de compromisso com a coletividade. Não é à toa que muitos que entram em uma torcida acabam construindo verdadeiras “carreiras” dentro dessas associações, se incumbindo de cuidar das questões burocráticas da instituição. Como dito⁵⁹ por Anderson “Macula”, presidente da torcida Raça Rubro-Negra: “Torcida é entrega, não é status. O que importa não é sua idade ou seu tempo de torcida, mas seu engajamento, a caminhada que você constrói”.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lvIKWd6yZms&t=488s>

⁵⁸ A Estopim da Fiel é uma torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista fundada em 1979.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0laXLcl0ZW4>

A presença em eventos da torcida e nos jogos do time, a disponibilidade para ajudar no cumprimento das tarefas e obrigações que a torcida demanda, além da reprodução dos códigos e valores contidos na maneira de torcer também marcam esse estilo de vida do torcedor organizado. Em suma,

Participar desses agrupamentos torcedores implica legitimar, vivenciar e aceitar uma série de regras, *comportamentos rituais*, investimentos simbólicos, tempos, linguagens, que transcendem os padrões *normais* e, em grande parte, socialmente aceitos daquilo que se entende por torcer para times de futebol. (TOLEDO, 1996, p. 119)

O compromisso com esses códigos torcedores carrega uma série de ambivalências, já que as próprias torcidas são, por si só, entidades multifacetadas que englobam uma variedade de sujeitos sociais. Os traços distintivos dos estilos de vida forjados no âmbito destas coletividades são ambíguos e contraditórios, e transitam entre uma linguagem lúdica, que destaca a importância de ser torcedor valorizando a esfera da festa popular, da fruição coletiva e do conagraçamento, e um espírito violento, pautado por códigos de masculinidade que enfatizam a importância de ser torcedor a partir do conflito, da capacidade de se impor diante do “outro”, podendo esse outro ser um torcedor rival, um jogador, dirigente, árbitro, entre outros.

Essas duas linguagens não necessariamente se excluem, podendo ou não se permearem mutuamente. Se a violência pode exercer um papel congregador dentro de uma torcida, também pode afastar outras pessoas interessadas apenas no aspecto festivo dessas agremiações; e, mais do que isso, pode entrar em conflito com a imagem institucional que as lideranças buscam cultivar externamente com vista a legitimar a ocupação de um lugar legítimo dentro do futebol profissional.

Isso porque os atos de violência cada vez mais graves (envolvendo até mesmo mortes de torcedores) engendrados por estes códigos masculinos passaram a despertar preocupação cada vez maior entre alguns *claim-makers*. Autoridades e imprensa esportiva passaram a repercutir cada vez mais episódios de briga generalizada entre torcedores, construindo uma narrativa depreciativa a respeito das torcidas organizadas. A abordagem do Estado a respeito destes agrupamentos passou a ganhar tons cada vez mais repressivos e punitivistas, de modo que se institucionalizou uma imagem das torcidas organizadas única e exclusivamente associada à delinquência, ignorando a importância social e cultural destas instituições, não só para seus integrantes como também para a experiência do futebol em geral

2.3. As torcidas organizadas enquanto problema social: leis e políticas de segurança pública no futebol

Se a década de 1990 trouxe a afirmação de culturas juvenis marginalizadas dispostas a romper com a imagem do país harmônico e afável, também veio acompanhada da construção de uma certa imagem estigmatizada dos jovens dos segmentos populares. A cobertura midiática dos arrastões nas praias do Rio de Janeiro, dos bailes *funk* nas favelas cariocas, dos grupos de “pivetes” que praticam furtos nas grandes cidades, em suma, das inúmeras expressões culturais jovens que carregam esta ambiguidade entre o lúdico e o violento, entre o lazer e a delinquência, contribuíram para a consolidação de um certo “pânico social” nas grandes metrópoles brasileiras. Esse sentimento está ancorado na ideia de que jovens das áreas pobres das cidades são um perigo a ser evitado, principalmente quando estão em grupo.

As torcidas organizadas frequentemente apareciam no bojo deste pânico social com a ascensão das culturas periféricas, como pode ser observado no trecho de uma reportagem de 1992 da revista *Veja*⁶⁰:

As tribos que aterrorizam as praias do Rio de Janeiro podem ser comparadas aos hooligans ingleses ou à torcida Mancha Verde, do Palmeiras, em São Paulo. São grupos de jovens que se juntam para andar em bando e promover arruaças onde quer que apareça uma oportunidade. A denominação “galera” nasceu nos bailes de música funk dos subúrbios cariocas, onde turmas de bairros, morros e favelas formam multidões de até 4 mil pessoas para dançar. Os aficionados da arruaça chamam-se a si mesmos de funkeiros e cultuam os confrontos frequentes como uma atividade de lazer. (apud HERSCHMANN, 2005, p. 100)

A emergência de uma cobertura jornalística cada vez mais apelativa e policialesca aprofunda a emergência de um discurso punitivista entre agentes do Estado, que, ancorados em um discurso contra a “impunidade”, passam a defender a ampliação do rigor das políticas criminais. Muitos desses agentes, inclusive, passam a atuar de forma clandestina, formando grupos de extermínio. Não é à toa que os anos 1990 foram marcados por massacres⁶¹ e chacinas que impactaram o país, como as da Candelária, de Vigário Geral e de Acari, que vitimaram dezenas de pessoas.

Esse discurso punitivista está inserido em um enredo de reformulação da maneira do Estado encarar os problemas sociais. Falamos acima como as torcidas

⁶⁰ Ver “Baile bom só se tiver briga”. *Veja*, São Paulo, 28 out. 1992, p. 22.

⁶¹ Apesar de não ter sido causado por grupos de extermínio clandestinos, o Massacre do Carandiru também pode ser colocado nesse contexto. Na época, o Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo foi acionado para debelar uma rebelião de detentos no presídio do Carandiru. A ação da polícia terminou em banho de sangue, com o assassinato de 111 detentos.

organizadas encarnaram um conceito renovado de periferia centrado em identidades coletivas e estilos de vida construídos no âmbito de atividades de lazer juvenis. Nas dinâmicas culturais contemporâneas, as condições socioeconômicas da população deixaram de ocupar um lugar central na definição do que é ser periférico.

Contudo, esse é um movimento de mão dupla. Se os agenciamentos populares se reconfiguram, os agenciamentos do Estado também o fazem. Desse modo, se a ação do Estado sobre o social foi, por muito tempo, pautada pelo esforço de mediar os efeitos desiguais da acumulação capitalista, com a figura do “trabalhador” ocupando papel central, ao longo dos últimos anos se aprofundou uma tematização da violência e criminalidade ancorada sobre uma clivagem moral onde o “outro” fundamental é o “bandido”, o “viciado”, o “marginal” vistos em oposição ao “cidadão de bem”. Desse modo,

A grade de inteligibilidade do problema social se desloca, explicitamente, da questão social ao problema da violência, compreendido como problema associado entre criminalidade, drogas e pobreza. (FELTRAN, 2014, p. 500)

Diante desse panorama, a socialização dos jovens periféricos se torna preocupação cada vez maior entre as autoridades, de modo que as políticas públicas e projetos sociais direcionados a este segmento frequentemente passam pela justificativa da “prevenção da violência”.

Um dos métodos usados para intervir sobre os conflitos sociais urbanos engendrados pela violência é gerir o espaço urbano através de projetos – muitas vezes denominados de “projetos de revitalização” - que, através do reordenamento de uma determinada territorialidade, promovem a expansão do consumo e a monetarização das relações sociais que ali se projetam. Sob esta ótica, gerenciar os problemas sociais passa a ser percebido fundamentalmente como um movimento de expandir os mercados e promover inclusão dentro de uma perspectiva mercantil. Assim sendo, a gestão dos problemas sociais opera a partir de duas modulações: a do bandido a encarcerar e a do consumidor a incluir ou excluir (FELTRAN, 2014).

O futebol profissional é um dos âmbitos dessa forma de encarar o problema. No primeiro capítulo falamos sobre como os estádios de futebol se tornaram objeto de uma verdadeira arquitetura do consumo. Estes equipamentos urbanos se tornaram territorialidades extremamente reguladas, o que implica em domesticar os inúmeros usos e apropriações populares daquele espaço em prol de um comportamento dirigido pelas mediações do consumo. Nesse cenário, a condição de torcedor passa a ser

encarada desde um ponto de vista mercantil, não só pelos clubes e o mercado do futebol como um todo, mas pelo próprio Estado brasileiro que, por intermédio do Congresso Nacional, elaborou o Estatuto de Defesa do Torcedor, sancionado em maio de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Criado sob o intuito de estabelecer normas que regulamentassem melhor os modos pelos quais clubes, federações e autoridades organizam o esporte profissional no Brasil, em especial o futebol, o Estatuto já traz em sua apresentação um pouco do tom que norteia o documento:

[...] o Poder Legislativo vem oferecer à população aparato jurídico que reconheça o interesse social das atividades desportivas e assegure ao torcedor o máximo respeito de seus direitos humanos e de consumidor. (BRASIL, 2013, p. 7)

Ao reconhecer o torcedor enquanto um consumidor, a lei traz garantias importantes quanto aos direitos desses frente ao poder público e às entidades organizadoras do esporte. Por outro lado, o enquadramento consumerista individualiza a experiência torcedora, o que tem como efeito a marginalização de atores coletivos como as torcidas organizadas, condenando-os a uma série de medidas restritivas quanto aos usos e apropriações que fazem do estádio. Além disso, ao enfatizar o lugar do futebol profissional enquanto bem de consumo, o Estatuto legitima uma série de mecanismos de exclusão social. Sendo a rentabilidade o princípio que orienta a relação dos clubes com seus torcedores, a tentativa de atrair um público-alvo mais endinheirado, com mais condições de consumir dentro do estádio, é uma consequência natural deste novo paradigma representado pelo Estatuto. Violência como problema, consumo como solução. Assim poderíamos definir o espírito que norteia a ação deste documento quanto ao futebol profissional.

Antes mesmo da promulgação do Estatuto, a violência entre torcedores já vinha sendo cada vez mais tematizada na esfera pública. Um marco temporal que exemplifica essa atenção maior dispensada às torcidas organizadas foi o episódio que ficou conhecido como “Batalha do Pacaembu”. Palmeiras e São Paulo jogavam pela final da Copa São Paulo de Futebol Júnior de 1995, quando torcedores invadiram o campo e iniciaram uma guerra campal, usando pedaços de madeira, paus, pedras e outros artefatos. Um torcedor morreu e inúmeros outros ficaram feridos. As imagens chocaram o país e compeliram as autoridades de São Paulo a agir de forma dura. As duas principais torcidas organizadas de cada um dos clubes, Torcida Independente e Mancha Verde, foram extintas a pedido do Ministério Público.

O promotor que mais se destacou à frente desse processo foi Fernando Capez. Posteriormente, Capez se lançou na carreira política pelo PSDB⁶², exercendo mandato de deputado estadual pelo partido por quatro vezes consecutivas, de 2007 à 2019. Hoje ocupa o cargo de secretário especial de defesa do consumidor, indicado pelo governador João Dória. Em 2016, foi citado como um dos beneficiários de um esquema de corrupção que extorquia fornecedores de merenda para as escolas públicas do estado de São Paulo. Esse episódio fez com que a Gaviões da Fiel, principal torcida organizada do Corinthians, se manifestasse nos estádios contra o “ladrão de merenda”⁶³, em uma clara referência ao Capez, motivada especialmente pelo histórico do ex-promotor com as torcidas organizadas do estado de São Paulo.

Outra medida adotada foi a proibição de bandeiras de mastro⁶⁴, sob a justificativa de que poderiam ser usadas como armas em brigas dentro dos estádios. Contudo, uma interpretação mais perspicaz deve levar em conta outros fatores. Até porque os mastros são tão altos que o manejo para fins de agressão fica bastante comprometido. As bandeiras de mastro são uma marca distintiva das torcidas organizadas, compondo sua identidade visual e seu repertório expressivo nas festas na arquibancada. No entanto, elas também atrapalham a visibilidade do campo para os torcedores que ficam posicionados atrás delas, gerando uma série de negociações informais entre os torcedores “comuns” e os organizados quanto a hora adequada delas serem levantadas. Sendo assim, a proibição pode ser entendida como uma forma de sufocar a visibilidade das torcidas dentro dos estádios e de interditar suas tradições em prol de uma visibilidade melhor do campo para aqueles que querem “consumir” o jogo de forma mais cômoda.

Este enfoque das políticas criminais sobre o coletivo difere da abordagem adotada pelas autoridades britânicas e europeias quanto ao hooliganismo. Até porque as “firmas” hooligans se caracterizavam por seu relativo grau de informalidade, não havendo uma estrutura burocrática formal - ou, em outros termos, uma pessoa jurídica - que organizasse as atividades do agrupamento como um todo. Além disso, a cultura hooligan não se materializa tanto em artefatos como bandeiras, instrumentos

⁶² Partido da Social Democracia Brasileira.

⁶³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/03/1750846-corintianos-protestam-contra-ladrao-de-merenda-e-pedem-contas-do-estadio.shtml>.

⁶⁴ Bandeiras de mastro são bandeiras relativamente grandes sustentadas por um mastro de bambu de boa altura. São uma marca registrada das torcidas, e compõem sua identidade visual. Além disso asseguram a elas visibilidade e reconhecimento dentro do estádio.

percussivos, uniformes, entre outros elementos. Ao contrário dos torcedores organizados brasileiros, a corporalidade dos hooligans está muito menos voltada para criatividade na elaboração das festas na arquibancada e mais orientada por um espírito de combate e enfrentamento. Diante disso, as autoridades britânicas não tinham outra opção que não fosse investir em mecanismos de inteligência capazes de identificar e punir individualmente aqueles que provocam transtornos nos eventos esportivos.

Ao comparar as políticas de segurança relacionadas ao futebol na Inglaterra e no Brasil, Alvito (2014, p. 43) relata que

Quando ia aos estádios ingleses, ficava impressionado com o aparato de vigilância e controle. É ostensivo e do ponto de vista simbólico é até agressivo: lembro de desembarcar do trem em Nottingham sob a mira filmadora de um policial, tendo respondido apontando minha câmera fotográfica na direção do mesmo. De qualquer forma, no caso inglês existe uma preocupação em registrar os possíveis “causadores de problemas” para posterior identificação, indiciamento e condenação. Na prática este sistema muitas vezes ultrapassa os limites legais e desrespeita as liberdades individuais [...]. De qualquer forma, pressupunha-se um trabalho policial de investigação.

Conforme exposto neste trabalho de Alvito, o trabalho de vigilância e monitoramento dos “torcedores de risco”, para usar um termo de Tsoukala (2014), é realizado por 92 *Football Intelligence Officers* (FIOs), que consistem em gabinetes de inteligência correspondentes a cada um dos 92 clubes das quatro principais divisões do futebol inglês. Os agentes de cada um desses FIOs ficam encarregados de elaborar relatórios a respeito das atividades dos torcedores considerados “de risco” de cada um dos clubes, disponibilizando-os em um *site* administrado pela *Football Police Unit*, que integra nacionalmente os FIOs em um sistema único. Forma-se assim uma rede nacional de inteligência que serve como base para o sistema judiciário emitir as chamadas *banning orders* (ordens de banimento) contra os torcedores que se enquadram no que é considerado um “comportamento hooligan”. Embora a Inglaterra seja frequentemente apresentada como um modelo a ser seguido pela imprensa e autoridades brasileiras, é difícil identificar algo parecido com o modelo inglês em nossas terras.

Contudo, antes de aprofundarmo-nos um pouco mais nas contradições das leis e políticas de segurança no Brasil, é importante não perder de vista algumas experiências alternativas ao modelo repressivo adotado na Inglaterra. Conforme abordado por Teixeira e Paes (2018), os chamados *Fanprojekts* da Alemanha são um bom exemplo de como abordar a questão da violência torcedora desde uma

perspectiva sociopedagógica que passe também pela prevenção e não apenas pela punição pura e simples. Esse projeto foi concebido a partir dos esforços conjuntos de órgãos do Estado alemão, da Federação de Futebol Alemã e de associações de torcedores. Trata-se de uma iniciativa que busca mediar as relações dos torcedores com as instituições presentes no futebol (polícia, clubes, federações, organismos do Estado) com base na lei alemã de assistência à criança e ao adolescente. Disponibilizando educadores, psicólogos e assistentes sociais, servem como espaços de socialização e assistência para jovens torcedores em conflito com a lei.

É verdade que a força do movimento *ultra*⁶⁵ nas torcidas alemãs representa uma vantagem em relação à cena hooligan na Inglaterra. Mais bem organizados, os ultras representam uma forma diferente da dos hooligans de se relacionar com o futebol e a paixão clubística. Nesse sentido, registram semelhanças com as torcidas organizadas brasileiras, pois buscam se afirmar enquanto atores legítimos no universo futebolístico através da criatividade com que produzem o ambiente festivo nos estádios. Diante desse cenário, os *Fanprojekts* buscam valorizar esse aspecto criativo do comportamento ultra como algo positivo para a experiência torcedora, disponibilizando espaços para que os torcedores possam usar para confeccionar faixas, bandeiras, mosaicos e outros materiais que compõem o repertório expressivo dessas coletividades. Essa abordagem permite que os *Fanprojekts* sejam reconhecidos como espaços de mediação, amenizando assim os riscos de uma identificação muito forte dos jovens torcedores com seus grupos (TEIXEIRA; PAES, 2018).

Importante mencionar também outra experiência alternativa ao modelo inglês fora das fronteiras europeias. Como conta Bustos (2017), a Colômbia inovou a abordagem da temática torcedora na América do Sul ao garantir às barras (análogas às torcidas organizadas daqui) alguns direitos fundamentais como torcedores. A iniciativa pioneira - que posteriormente se nacionalizou - se deu na cidade de Bogotá, através do Decreto 164 de 2014, que criou o Comitê de Segurança para os espetáculos de futebol, intitulado "*Goles en Paz*". Este comitê deu voz às barras colombianas, permitindo a elas participarem ativamente da elaboração de políticas de segurança e da mediação de conflitos entre torcedores. Nesse contexto,

⁶⁵ Os ultras são modalidades de movimentos de torcida muito presentes nos países da Europa continental, como Itália, Alemanha, França, Espanha e países do leste europeu. Mesmo na África o modelo foi adotado e apropriado nos últimos anos.

[...] deve-se enfatizar o diálogo das autoridades com os torcedores, pois são estes que possibilitam a mudança de comportamento. O diálogo não significa negociação clandestina, mas o reconhecimento das barras como atores sociais, com a transformação das torcidas em organismos comunitários. Trata-se de fortalecer núcleos da sociedade civil, na condição de representantes e de defensores de seus interesses e desejos, sendo interlocutores plenos. (BUSTOS, 2017, p. 125)

O diálogo entre barras e autoridades permite uma colaboração no sentido de identificar aqueles torcedores que ainda usam a violência como instrumento de visibilidade. Desse modo, tem-se um efeito parecido com os *Fanprojekts* alemães que, por meio do diálogo, buscam um entendimento melhor de alguns elementos que constituem as problemáticas destes jovens torcedores, entre os quais podemos destacar: a busca e afirmação de uma identidade, a exclusão social que os afeta, e a estigmatização que os enquadra em um lugar de delinquência.

No Brasil, entretanto, a abordagem do problema da violência torcedora não encontra paralelo com nenhuma das experiências citadas acima. Não há nem investimento em inteligência e investigação, como é largamente difundido na Inglaterra, e muito menos há assistência ou diálogo com os atores diretamente afetados pelas políticas de segurança, como na Alemanha e Colômbia.

Ao contrário, nos últimos anos, a tendência tem sido o recrudescimento da legislação nacional já existente - o Estatuto de Defesa do Torcedor - na direção de punições e medidas proibitivas ainda mais rigorosas contra as associações torcedoras, além da criação de legislações correlatas a nível local e regional. Com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo da FIFA de 2014, o alarde público em relação à violência no futebol aumentou consideravelmente. Brigas e confusões envolvendo torcedores ganharam repercussão cada vez maior na imprensa esportiva, com a responsabilidade recaindo quase sempre sobre as torcidas organizadas, tachadas quase como facções criminosas.

A preocupação com a imagem do país nos anos que antecederam a Copa do Mundo engendrou algumas modificações no Estatuto do Torcedor que aprofundaram ainda mais os mecanismos de controle e responsabilização das torcidas organizadas por episódios de violência. Adicionados ao Estatuto através da Lei nº 12.299 de 2010, os artigos 2º-A, 39-A e 39-B foram os que mais afetaram a vida associativa das torcidas. Vejamos o que cada um desses artigos define, começando pelo artigo 2º-A:

Art. 2º-A. [...] *Parágrafo único.* A torcida organizada deverá manter cadastro atualizado de seus associados ou membros, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

I - nome completo;
II - fotografia;
III - filiação;
IV - número do registro civil;
V - número do CPF;
VI - data de nascimento;
VII - estado civil;
VIII - profissão;
IX - endereço completo; e
X - escolaridade.
(BRASIL, 2013, p. 10)

Importante mencionar que a ideia inicial do Ministério do Esporte era criar um cadastro nacional de torcedores que condicionasse a entrada de todos no estádio à um “cartão torcedor” que seria gerado na medida que o cadastro fosse realizado. A proposta foi muito criticada pela opinião pública por representar uma burocratização do acesso ao estádio, o que fez com que o ministro Orlando Silva, que chefiava o ministério à época, voltasse atrás em relação à proposta. Contudo o cadastramento dos torcedores organizados permaneceu, embora sem a necessidade do cartão torcedor.

Além de estigmatizar os integrantes de torcida, já que parte do princípio que só as brigas e confusões geradas por estes devem ser objeto de preocupação, o cadastramento transfere a responsabilidade de prevenir a violência para essas agremiações, já que exime as autoridades da responsabilidade de realizar um trabalho de inteligência mais zeloso que permita a identificação dos torcedores mais “briguentos”.

Desse modo, quaisquer episódios de violência que não passem pelos nomes disponíveis no cadastro ficam sem solução. Além disso, cabe também refletir sobre a eficácia dessa política de cadastramento. Por ser voluntário, será que o cadastro não teria um efeito de lançar aqueles torcedores mais inclinados a práticas delituosas na informalidade, gerando uma espécie de “hooliganização” da cena torcedora que dificultaria ainda mais o mapeamento da violência no futebol?

Essa política de cadastramento também serviu de base para algumas legislações correlatas a nível regional, como a Lei estadual nº 6615 de 2013 do Rio de Janeiro, que tem como objetivo o disciplinamento do ingresso das torcidas organizadas nos eventos esportivos. A lei estabelece que as torcidas devem se registrar e cadastrar seus membros junto ao órgão público indicado para esta finalidade. O registro das torcidas é o que condiciona a entrada de seus apetrechos nos estádios. Segundo o texto do Art. 5º, são apetrechos das torcidas organizadas:

- I- bandeiras de qualquer espécie;
- II- instrumentos musicais;
- III- camisas ou qualquer vestimenta que faça menção ao nome da torcida organizada;
- IV- sinalizadores, fogos de artifício e afins.

No entanto, o BEPE (Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios), responsável por realizar o registro e o cadastramento das torcidas, estabelece medidas ainda mais restritivas quanto à presença dos apetrechos de torcida, condicionando a quantidade e o tipo de materiais que podem entrar no estádio ao número de cadastros que cada torcida consegue mobilizar.

Quanto mais cadastros uma torcida conseguir mobilizar, mais materiais elas conseguirão colocar nos estádios. A dificuldade de algumas torcidas em organizar o cadastramento, somada às suspensões de outras, fizeram com que muitos jogos dos clubes cariocas nos últimos anos tivessem o ambiente comprometido pela ausência de instrumentos musicais para ditar o ritmo dos cânticos dos torcedores e de bandeiras para colorir as arquibancadas. A pretexto de combater a violência, as autoridades subtraem do torcedor elementos constitutivos da cultura do futebol, cultura essa que caracteriza a experiência de ir ao estádio e torcer por um time.

Quanto aos artigos 39-A e 39-B do Estatuto de Defesa do Torcedor, estes definem que:

Art. 39-A. A torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência; ou invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas será impedida, assim como seus associados ou membros, de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de até três anos.

Art. 39-B. A torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. (BRASIL, 2013, p. 23)

A previsão de punição às entidades tem o mesmo efeito que a política de cadastramento em transferir a responsabilidade do controle da violência para as torcidas, absolvendo as autoridades policiais e do Ministério Público de realizarem um trabalho consistente de investigação que permita identificar individualmente os torcedores que cometem delitos. Espera-se que o temor da punição faça com que as torcidas criem mecanismos de controle análogos ao trabalho policial, com a diferença que as torcidas não possuem nem as ferramentas, nem a autoridade que a polícia tem à disposição.

Além disso, as punições coletivas abrem margem para todo tipo de

arbitrariedade. A relação de pertencimento a uma torcida é bem mais fluida do que parecem crer alguns. Se as ações de qualquer pessoa que se identifique com uma torcida organizada, seja ela cadastrada ou não, forem consideradas como algo em nome do coletivo, qualquer briga, por mais pessoal que seja, pode abrir margem para a aplicação de suspensões às associações torcedoras. Segundo Guilhon (2017), esses dois artigos do Estatuto podem, inclusive, ser considerados inconstitucionais por não seguirem o mandamento constitucional que define o caráter personalíssimo da pena.

Além do que está previsto no Estatuto do Torcedor, o Ministério Público, a Polícia Militar e os entes organizadores do futebol profissional possuem um relativo grau de autonomia para impor e propor certas medidas. No Rio de Janeiro, uma iniciativa que despertou polêmica foi a proposta de segregar as torcidas organizadas em um setor específico do estádio. A pretensão do Ministério Público era de só permitir a entrada de membros cadastrados das torcidas organizadas. O projeto foi muito criticado por torcidas organizadas e movimentos sociais, que passaram a se referir à ideia do setor específico como uma “gaiola humana”. Talvez por resistência dos clubes em ter que estabelecer uma setorização no mínimo incomum em seus estádios, o projeto acabou não indo adiante, pelo menos por agora.

Diante do que foi aqui exposto, vimos que, no Brasil, o combate à violência entre torcedores se tornou sinônimo de combater as torcidas organizadas. Não há investimento em inteligência e investigação, e as torcidas - que poderiam exercer papel importante na mediação de conflitos - são totalmente excluídas da formulação de políticas e leis referentes à segurança em eventos esportivos. A crença de que a repressão - ou mesmo a extinção pura e simples - das torcidas organizadas automaticamente contribuiria de forma decisiva para a diminuição da violência é o que orienta a ação dos órgãos de Estado quanto à questão da violência no futebol brasileiro.

Contudo, por mais que as autoridades que tratam deste tema costumem se pautar por um punitivismo exacerbado aparentemente “irracional”, é possível perceber uma certa racionalidade por trás dessas ações. Ao asfixiar a existência das torcidas e seus repertórios expressivos, interdita-se as mediações coletivas que elas constroem na experiência do estádio de futebol. Deste modo, individualiza-se cada vez mais os elementos que compõem a massa torcedora, reduzindo-os à figura privatizada do consumidor. Assegura-se assim uma maior previsibilidade sobre o comportamento do

torcedor dentro do estádio, o que facilita substancialmente o trabalho das autoridades na gestão do público.

Na prática, trata-se de um paradigma profundamente sintonizado com o modelo panóptico consumerista que se quer consolidar nos estádios. Mais do que o combate à violência, trata-se de intervir sobre as culturas e tradições populares que efetivamente fazem o estádio em prol de um ambiente mais “seguro” para o consumo esportivo. Esse é o conceito de segurança por trás dessas medidas, um conceito que se reduz, única e exclusivamente, a uma forma de organizar o público nas arenas esportivas. Nesse cenário, a violência em si é um tema lateral, que não tem a centralidade que lhe é atribuída nos discursos públicos sobre as torcidas organizadas.

Diante desse contexto, vimos surgir algumas iniciativas que buscam resistir a esse processo de cerceamento das torcidas organizadas. Com um discurso de conscientização dos torcedores a respeito da violência, novos atores coletivos surgiram nos últimos anos lançando mão de um duplo movimento. Se por um lado criticam o discurso repressivo do Estado, da imprensa e, de maneira geral, das instituições que compõem o que eles denominam de “futebol moderno”, por outro também buscam se contrapor ao espírito violento e beligerante que vigora em muitos movimentos de torcida. É sobre esses atores coletivos que buscaremos nos deter a partir de agora.

3 DA PISTA À ARQUIBANCADA?: A ANATORG E AS MEDIAÇÕES COM A ESFERA DA POLÍTICA

No capítulo anterior, destacamos como a violência no futebol interage com determinados estilos de vida populares que se expressam nesse esporte através das chamadas torcidas jovens, surgidas entre o final dos anos 1960 e início dos 1970. Lançando mão de valores e ações que enfatizam a importância de ser torcedor a partir da imposição em relação a um “outro”, os jovens torcedores vinculados a essas associações buscam se expressar no mundo a partir de corporalidades que valorizam atributos como coragem, virilidade, honra, em suma, de padrões de masculinidade popular em conflito com os valores hegemônicos de “docilidade” do corpo (FOUCAULT, 2014).

No entanto, as trocas agonísticas entre diferentes agrupamentos torcedores gerou uma escalada de conflitos que adquiriu tons cada vez mais beligerantes, causando ciclos de vingança que não raro culminam na morte de inúmeros torcedores. A forte condenação midiática a esses episódios, a ação punitiva de agentes do Estado e o processo acelerado de consolidação de uma nova economia do futebol, cujos efeitos falamos no primeiro capítulo, fez com que a legitimidade das torcidas organizadas fosse colocada em xeque perante a opinião pública e demais torcedores.

Diante desse cenário de crise das organizadas, novos personagens entraram em cena buscando, cada um à sua maneira, se distanciar de sociabilidades belicistas que se formaram no seio das associações torcedoras. Tentando construir sua legitimidade com base na valorização dos aspectos positivos do engajamento militante no futebol, esses atores coletivos procuram superar as rixas entre diferentes agrupamentos a partir da construção de uma nova linguagem que enfatize aquilo que é comum às torcidas organizadas: a “cultura de arquibancada”⁶⁶ e a experiência futebolística popular que ela engendra. Tendo em vista essa conjuntura, selecionei dois atores coletivos para analisar essas tendências no contexto dos movimentos de torcida: a Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG), fundada em 2014, e a torcida Guerreiros do Almirante (GDA), surgida em 2006 na cidade do Rio

⁶⁶ Chamo de “cultura de arquibancada” todo o conjunto de repertórios expressivos que efetivamente dão sentido ao ato de torcer para além da mera condição de espectador. As torcidas organizadas são atores privilegiados dessa cultura, pois expressam os sentimentos e emoções subjacentes ao pertencimento clubístico a partir de um repertório cultural que envolve uma série de práticas, corporalidade e artefatos capazes de proporcionar uma espécie de “educação sentimental” (TEIXEIRA, 2013, p.5) daqueles que frequentam os estádios de futebol.

de Janeiro. Neste capítulo, me deterei sobre a ANATORG, deixando para o próximo capítulo o estudo de caso sobre a GDA. Para isso me valerei de discursos de lideranças de torcida alinhadas à Associação recolhidos em *lives* transmitidas no *Instagram* e no canal do *YouTube* da entidade e em outros canais ligados ao universo das torcidas organizadas

A ANATORG é uma entidade que busca congrega todas as torcidas organizadas na luta por direitos básicos que garantam a sua existência enquanto instituições populares genuínas no âmbito do futebol profissional. Assim o fazem quando pleiteiam mais participação e diálogo na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito. Trata-se de uma associação que busca estabelecer novas mediações político-culturais capazes de resgatar a desgastada legitimidade das torcidas organizadas perante a opinião pública.

Ao longo deste e do próximo capítulo, buscarei interpretar o papel que tanto a ANATORG quanto a GDA desempenham na formação de uma nova consciência torcedora que elege o chamado “futebol moderno”⁶⁷ como o inimigo a ser combatido. Inspirado pelos conceitos de “projeto” e “campo de possibilidades” desenvolvidos por Gilberto Velho (1994), e de “cultura popular” proposto por Stuart Hall (2009), desenvolverei a noção de “projeto coletivo popular” para dar conta das perspectivas de mediação social introduzidas por esses atores no âmbito das sociabilidades torcedoras.

Os conceitos propostos por Velho (1994) se inserem no escopo analítico do autor sobre a dinâmica das sociedades complexas⁶⁸ na qual nos inserimos. Para ele, estas sociedades se caracterizam pela sua heterogeneidade, pela variedade de domínios sociais e redes de significados existentes. A noção de campo de possibilidades é proposta para dar conta dessas múltiplas possibilidades que os atores sociais têm à disposição na vida moderna. Ela compreende os processos socioculturais constitutivos de modelos e paradigmas que ajudam os indivíduos a se localizarem socialmente. Já a noção de projeto compreende a dimensão da ação do sujeito, do papel dos agentes sociais na elaboração destes modelos e paradigmas do

⁶⁷ Trata-se de uma categoria nativa usada em muitos movimentos de torcida para se referir ao processo de mercantilização do futebol e seus desdobramentos para as tradições e culturas populares associadas ao esporte.

⁶⁸ A noção antropológica de “sociedade complexa” é complementar à noção sociológica de “sociedade moderna”. Ela busca dar conta da escala de organização social adquirida pelas sociedades modernas contemporâneas em contraposição a das chamadas “sociedades primitivas”, ou “tribais”, objeto preferencial da antropologia.

campo de possibilidades, da construção ativa de estilos de vida e aspirações para o mundo que orientem as suas práticas sociais. Em síntese, podemos falar que o campo de possibilidades é o “espaço para formulação e implementação de projetos” (VELHO, 1994, p. 40).

Já a noção de cultura popular proposta por Hall trata de compreender o que define determinadas práticas sociais enquanto populares. Para ele, o “popular” não passa pela catalogação do que o “povo”, enquanto totalidade social, aprecia ou não, mas sim por entender a quais valores e códigos sociais ele se opõe. Logo, “o princípio estruturador do ‘popular’ neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia’” (HALL, 2009, p. 240). Essa definição nos permite pensar o popular desde um prisma relacional, como tradições que estão constantemente em movimento dentro de um campo de possibilidades, distanciando-nos de perspectivas que o concebem como um conjunto fixo de códigos associados a um grupo social singular.

3.1. A origem da ANATORG

Antes de falarmos propriamente sobre a ANATORG, é importante mencionar uma iniciativa importante para sua formação. No ano de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, surgiu a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ), aglutinando as principais torcidas organizadas da cidade em um contexto de acirramento dos confrontos entre torcedores organizados e endurecimento das ações do Ministério Público do Rio de Janeiro e do GEPE⁶⁹ (Grupamento Especializado de Policiamento em Estádios da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro).

Sob o intuito de assegurar o direito de associação dos grupos torcedores, a FTORJ foi fundada com o objetivo de abstrair as animosidades em favor de uma visão mais solidária entre as torcidas, que, naquele momento, viam sua legitimidade sendo minada por jornalistas e agentes da segurança pública. Em vista disso, buscava-se um entendimento mútuo entre as lideranças “para defender os interesses desses grupos, estabelecer um canal de comunicação com as autoridades e definir uma pauta de ações coletivas” (TEIXEIRA, 2018, p. 116).

Se naquele período já tramitavam no Congresso Nacional os projetos de

⁶⁹ Hoje o GEPE, criado em 1991, se tornou um Batalhão autônomo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, atendendo pela sigla “BEPE”.

endurecimento das punições às associações torcedoras previstas no Estatuto do Torcedor - que seriam aprovadas em 2010 -, por outro lado, o Ministério dos Esportes realizava seminários regionais e nacionais com representantes dessas agremiações. Esses seminários eram fruto do quadro de ações definido pela Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (CONSEGUE), e tinham como horizonte a Copa do Mundo de 2014 a ser realizada no país, evento que revigorou as preocupações quanto às políticas de segurança para coibir a violência nos estádios.

O engajamento da FTORJ e de outras lideranças de torcida do Brasil nesses eventos possibilitou um maior intercâmbio entre os líderes de torcida organizada, proporcionando, assim, as bases para que uma articulação nacional pudesse ser viabilizada. Como dito⁷⁰ por Frajola, liderança da torcida Young Flu e um dos principais articuladores da FTORJ e da ANATORG:

Tudo começou em 2007, quando o Brasil ganhou o direito de sediar a Copa de 2014, e então o Estatuto do Torcedor veio à tona novamente. Aqui no Rio de Janeiro se fundou a FTORJ, e em 2008 o governo realizou o primeiro seminário das torcidas, que foi o primeiro passo para criarmos um movimento de nível nacional. Se a ANATORG é o que é hoje deve-se muito ao trabalho do Ministério dos Esportes e da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e todos os ministros e secretários que passaram por lá. A partir daí foram organizados diversos simpósios e seminários que foram assegurando um entendimento entre torcidas, inclusive entre aquelas historicamente rivais.

Por conta da realização da Copa, havia naquele momento uma pressão de setores da imprensa e do Estado no sentido de extinguir as torcidas organizadas. Nesse cenário, os primeiros contatos entre o Ministério dos Esportes e as associações torcedoras foram marcados pelo tom impositivo do governo, que demonstrava resistência em estabelecer um diálogo minimamente horizontal com as torcidas. Como relata⁷¹ Helvécio Araújo, um dos representantes do Ministério dos Esportes na época:

Aquele primeiro encontro de 2007 era uma tentativa de entender e bloquear uma possível violência para a Copa do Mundo de 2014. Foi um encontro muito impositivo por parte do governo e não deu um resultado muito bom. Porque existia naquela época uma intenção de extinguir as torcidas antes da Copa do Mundo. Então houve uma certa resistência do governo em dialogar com as torcidas em fazer esses simpósios. Aí veio a ideia de fazer um cadastro nacional de torcedores. O cadastro queria, no fundo, identificar aqueles causadores de violência. Daí eu fiquei encarregado de procurar as torcidas e dialogar. Fui a São Paulo, não fui muito bem recebido, fui ao Rio e também houve uma desconfiança. Então ficou claro que não conseguiríamos

⁷⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WEAXzGnYi2c&t=7800s>.

⁷¹ Idem.

entrar nas torcidas organizadas se não houvesse um interlocutor das torcidas organizadas, a gente precisava de alguém das torcidas. E o Paulo Castilho falou pra mim que podia indicar duas pessoas para conversar: o André da Dragões [da Real, torcida organizada do São Paulo Futebol Clube], e o Frajola da Young Flu do Rio de Janeiro. Começamos a ter um diálogo e enxergamos pessoas com inteligência emocional para dialogar com o governo. Então não adiantava nada o governo falar de torcida se a gente não entendia de torcida. Então mudamos um pouco aquela abordagem do Ministério Público de proibição e punição para entender o contexto social por trás da torcida.

Ao enxergar nas lideranças de torcida “pessoas com inteligência emocional para dialogar com o governo”, Helvécio indica uma mudança no trato do Ministério dos Esportes com as torcidas organizadas, se diferenciando da abordagem “de proibição e punição” adotada pelo Ministério Público. O reconhecimento institucional da FTORJ e demais lideranças de torcida nas arenas públicas os integrou aos seminários e simpósios sobre prevenção da violência organizados pelo Ministérios dos Esportes, assegurando maior intercâmbio entre torcedores e autoridades.

Destes eventos surgiu a oportunidade de um intercâmbio na Alemanha para acompanhar a experiência dos *Fanprojekte* - mencionado no capítulo anterior - naquele país. A iniciativa fez parte de um compromisso entre os governos do Brasil e da Alemanha envolvendo missões mútuas a cada um dos países com a finalidade de trocar experiências sobre projetos com torcidas. A comitiva brasileira englobava lideranças de torcida, autoridades e pesquisadores engajados nos debate público sobre violência no futebol interessados em conhecer paradigmas diferentes das abordagens dominantes no Brasil.

Os *Fanprojekte* partiam de ações sociopedagógicas que se valiam da valorização dos aspectos positivos do pertencimento às associações torcedoras para a prevenção da violência. O contato com a experiência alemã serviu de base para se pensar uma agenda parecida no Brasil. No entanto, faltava para isso uma entidade que conseguisse construir estas pautas a nível nacional. No retorno ao Brasil, as lideranças que foram à Alemanha se articulam e fundam a ANATORG, em 2014.

Buscando se contrapor aos marcos regulatórios punitivos consagrados no Estatuto do Torcedor, as ações da ANATORG se orientam por uma perspectiva crítica das políticas de segurança adotadas no país e, de maneira geral, da mercantilização do esporte. Algumas de suas bandeiras envolvem a rejeição do poder da televisão em definir os horários dos jogos em detrimento das necessidades do torcedor, do preço abusivo dos ingressos, das punições no CNPJ das torcidas, da falta de diálogo institucional e do proibicionismo indiscriminado quanto a presença de materiais de

torcida nos estádios.

Contudo, para que possam provar a legitimidade de seus propósitos enquanto representante das torcidas organizadas, a Associação trabalha pela conscientização da base que almeja representar. Em vista disso, busca-se superar o clima de hostilidade e desconfiança entre torcedores organizados a favor de um ambiente mais solidário, onde estes se relacionem a partir da conscientização sobre o que lhes é comum, isto é, a partilha de uma cultura própria que tem o futebol como sua esfera constitutiva.

Se a tecnocracia judicial punitivista, encarnada principalmente pelos Ministérios Públicos e Polícias Militares estaduais, aparece como o principal obstáculo à consolidação de canais institucionais de diálogo, o clima de beligerância e rivalidade existente no seio das próprias torcidas organizadas é, certamente, o maior entrave à penetração da ANATORG nas bases dessas agremiações. Para isso, lideranças da associação e das próprias torcidas organizadas buscam construir um discurso de conscientização através da rejeição da “pista” e da valorização da “arquibancada” enquanto o verdadeiro propósito das organizadas. Essas duas categorias nativas apontam para uma dupla dimensão das sociabilidades torcedoras as quais abordaremos agora.

3.2. Entre a pista e a arquibancada

O cerco do poder público às torcidas organizadas e a intensificação do processo de mercantilização do futebol redefiniram o campo de possibilidades desses atores coletivos aqui analisados. A repercussão cada vez maior dos violentos confrontos entre torcedores rivais colocou a própria existência dessas associações sob ameaça, já que não eram poucas as figuras públicas que defendiam extingui-las.⁷² Reduzidas à condição de gangues, ou mesmo de facções criminosas, por jornalistas e autoridades, e acossadas pela modernização elitizante dos estádios que as enxergam como atores indesejáveis, as lideranças de torcida se viram compelidas a

⁷² Isso de fato aconteceu após a chamada “Batalha do Pacaembu”, quando o pedido de extinção das duas organizadas envolvidas no confronto - Mancha Verde e Independente Tricolor - foi acatado pela Justiça. Contudo, a extinção foi contornada pelas duas associações, que criaram outro CNPJ e “refundaram” as torcidas com outros nomes: Mancha Alviverde e Tricolor Independente. Outra estratégia das duas torcidas foi investir na atuação nos desfiles carnavalescos oficiais da cidade de São Paulo, o que contribuiu para a sobrevivência institucional das agremiações. A Escola de Samba Mancha Verde já chegou inclusive a ser campeã do carnaval no prestigiado Grupo Especial da cidade.

“se adequar aos novos tempos”.

É possível perceber esse tom em várias falas coletadas nas *lives* assistidas, como por exemplo a de Lula, integrante da torcida Os Imbatíveis, do Esporte Clube Vitória:

Eu acho que a coisa tem que mudar, temos que procurar rever os objetivos e prioridades da torcida hoje. O cerco já se fechou há muito tempo. Imprensa, promotor querendo aparecer. Aqui na Bahia nós temos um problema que a Polícia Militar tem braço de justiça para legislar sobre as torcidas. Então é todo jogo um esquema de guerra, proibição que não acaba mais, isso meio que enche o saco de quem é de torcida né, não pode nada. Então a festa que a gente tinha nos anos 90, com isso tudo, dificilmente vai rolar de novo nesse contexto. Infelizmente nós temos aí um futebol gourmet, os caras querem a gente batendo palma, sentadinho em lugar marcado e etc. “Processo de Europa” que estamos vivendo aqui no Brasil.⁷³

Ao mesmo tempo que reconhece que é preciso “rever objetivos e prioridades” no contexto das torcidas organizadas, Lula demonstra seu inconformismo em relação ao rumo que o futebol vem tomando no Brasil. No “futebol gourmet”, “os caras” querem os torcedores “batendo palma, sentadinho em lugar marcado”, algo que é entendido como um “processo de Europa”, alusão ao padrão de comportamento que se observa nos estádios dos grandes clubes europeus.

“Rever prioridades” aparece como uma tentativa de reposicionar as torcidas no campo de possibilidades em que atuam, isto é, de elaborar um novo projeto coletivo que oriente as ações e comportamentos dos integrantes das organizadas. Trata-se de uma tentativa de conscientizar os torcedores organizados sobre o prejuízo que o foco na “pista” traz para as instituições torcedoras. O relato de Lorenz Melo, ex-presidente da Torcida Jovem do Flamengo, também traz à tona esse elemento:

As torcidas precisam passar por esse processo de conscientização, focar na arquibancada e não na “pista”. Os “caras” usam esta falta de consciência e as rivalidades para acabar com as torcidas. Se o ódio que você tem do seu rival é maior que o amor ao seu clube, você vai acabar prejudicando a sua torcida.⁷⁴

A dicotomia entre “arquibancada” e “pista” é um elemento fundante dessa nova consciência que se pretende construir. A partir destas categorias tenta-se pautar uma reorganização dos códigos morais do universo das torcidas, definindo quais comportamentos são prejudiciais ou não a essas instituições. Tratam-se de duas categorias nativas que apontam para dimensões distintas das sociabilidades gestadas no âmbito das agremiações torcedoras.

⁷³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmMSkQzzQ11>.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ou0-apnxRd8>.

Se a pista remete a valores que enfatizam a importância de ser torcedor através do conflito, através da imposição física em relação ao outro, a arquibancada aparece como *locus* de um espírito festivo e gregário, onde a linguagem comum é a paixão pelo clube e o incentivo ao time. Valorizar a “arquibancada”, portanto, indica uma preocupação em relação aos modos pelos quais os torcedores organizados se apropriam coletivamente do futebol, isto é, às formas de sociabilidade que são construídas no âmbito dos movimentos de torcida.

Essa preocupação também aparece na fala de um importante personagem do universo aqui trabalhado: Alex Minduín. Minduín tem 43 anos e é o presidente da ANATORG; se forjou enquanto liderança política na torcida Gaviões da Fiel e é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual se candidatou a deputado estadual em 2018, recebendo 12.457 votos, insuficientes para que fosse eleito. Atualmente é secretário de esportes da legenda partidária. Em uma fala coletada em uma das *lives*, também endossou a importância de os torcedores organizados terem mais responsabilidade, não só com a instituição a qual pertencem, mas também consigo mesmos:

Os tempos mudaram, os anos 80 e 90 passaram, hoje se tu briga a torcida fica punida. [...] Quem briga hoje é quem não dá valor à própria liberdade, porque hoje promotor, delegado e jornalista quer fazer nome em cima da torcida.

Mas, afinal, como impulsionar esse processo de conscientização dos torcedores organizados? Quais os obstáculos para sua concretização? Um dos desafios apontados é justamente a conflituosa relação entre o comando central das torcidas com a multiplicidade de subdivisões territoriais que existem nas mesmas.

Vimos no capítulo anterior que a expansão das torcidas jovens dos anos 1980 em diante fez florescer diversos núcleos de bairro que organizam a torcida a partir de suas bases territoriais. A entrada em uma dessas associações costuma ser pela região onde reside o torcedor associado, de modo que os vínculos de proximidade mais imediatos dentro da agremiação são construídos juntos aos amigos de bairro. A territorialidade exerce um papel importante na socialização dentro da torcida; desde a “concentração” para os jogos até as festas, é ela que situa os associados dentro das redes de sociabilidade, de modo que a experiência social de torcer por um time de futebol mobilizada pelas torcidas está inevitavelmente atravessado pelos laços de pertencimento ao território.

Assim sendo, muitos dos conflitos com torcidas rivais e até mesmo com frações

da própria torcida à qual se pertence são construídos a partir desses vínculos. A própria ideia de “pista”, uma alusão às ruas da cidade, remete a essa dimensão de grandes grupos de bairro se deslocando pela malha urbana, enfrentando os riscos e perigos do trajeto. A cidade é dividida em vários territórios, cada um dos quais “pertencentes” a uma torcida ou aliança entre torcidas. Quanto maiores os núcleos de torcedores em uma dada região da cidade, maiores as chances de se estabelecer um “domínio” territorial, o que implica maior liberdade para os associados circularem naquela região e maiores restrições para os torcedores rivais.

A fala de Milton, integrante da Fanático, torcida vinculada ao Clube Náutico Capibaribe, de Recife, nos fornece alguns elementos importantes nessa direção. Em uma das *lives* acompanhadas, cujo tema era a penetração da cultura do funk nas torcidas, ele relata:

Aqui no Recife a prioridade era o bairro, não era a torcida. Porque começou a pegar esse negócio de galera dentro das torcidas depois que os bailes de corredor acabaram em 2005. Daí as galeras migraram pras torcidas e começaram a levar o baile funk pra dentro delas, e as lideranças não tiveram pulso pra segurar. A “pista” acabou se tornando a prioridade, e não o apoio ao clube. Teve bastante briga dentro das torcidas por causa das galeras. As torcidas perderam um pouco a ideologia por causa disso.⁷⁵

Como vimos no capítulo anterior, as “galeras” dos bailes de corredor estavam muito vinculadas a redes de relações territoriais. O bairro é a referência coletiva que organiza a sociabilidade, de modo que defender sua honra se configura enquanto um tipo de atividade lúdica perigosa, que mobiliza códigos de masculinidade pautados pela lógica da guerra. A percepção de Milton de que esta lógica passou a ser preponderante no meio das torcidas, ou seja, que a “pista” passou a ser prioridade, passa pelo que ele considera ser a perda do controle das instituições por parte das lideranças centrais, que “não tiveram pulso para segurar” as apropriações “bairristas” das instituições.

Essa preocupação com o controle institucional sobre os territórios se expressa na fala de David Barros, assessor especial da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. O governo do Ceará, capitaneado pelo governador Camilo Santana, do PT, se destacou nos últimos anos por uma abordagem mais receptiva ao diálogo com as torcidas. O reconhecimento do papel que estas exercem nas apropriações populares do futebol inaugurou uma nova relação entre o poder público e as torcidas no estado,

⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-u-E1XI5OQ>.

algo dificilmente visto em outras regiões do país.

Em uma *live* realizada com uma das lideranças da ANATORG em São Paulo, David afirma que um dos objetivos do governo do Ceará é

Fazer com que as torcidas consigam efetivamente influenciar a sua base, de conseguir ter um direcionamento que seja cumprido por todo mundo. Sempre tem a turma que é meio que um ponto fora da curva, que não segue orientação, que tem uma visão mais territorial da sua organização, reconhece muito mais o seu bairro do que a sua torcida. Isso acaba gerando problemas e sobra pra todo mundo. Então se o movimento consegue pensar enquanto movimento, até com formação política mesmo, ele consegue influenciar toda a sociedade e o poder público com a sua agenda.⁷⁶

A solução que David aponta para que se supere essa “visão mais territorial” das organizações torcedoras é fazer com que o comando destas entidades “consigam efetivamente influenciar a sua base”, estabelecendo um “direcionamento que seja cumprido por todos”.

Isso implica que esses agrupamentos se reconheçam enquanto parte de um movimento mais amplo. Trata-se de buscar reelaborar as referências coletivas de setores da torcida que reconhecem “muito mais o seu bairro do que a sua torcida”. É uma visão mais unitária do agrupamento que implica pensar as torcidas não apenas como um espaço difuso de sociabilidade, mas como um corpo político unitário com aspirações coletivas próprias, com um projeto coletivo (VELHO, 1994).

A questão da formação política apontada por David também se faz presente no pronunciamento de Alex Minduín em uma das *lives* transmitidas nas redes sociais da entidade:

Quanto mais briga, quanto mais inconsciência, quanto mais alienação as torcidas tiverem, melhor pros caras. O que os caras não querem ver? Os caras não querem ver é gente organizada [...]. Porque gente organizada representa poder, representa mudança na política, gente organizada pode ter representante dentro dessas instâncias [Casas Legislativas] que eu acabei de falar pra vocês. Vai continuar nesse papo de que odeia política que isso não é comigo? Pois bem, eles estão organizados através das igrejas, eles estão organizados através de sindicatos, eles estão organizados através dos meios de comunicação. Vai continuar com esse pensamento? Então beleza, porque os caras querem mais é isso mesmo.

O discurso de combate à violência, nesse caso, se articula com o de combate à despolitização entre os torcedores associados às organizadas. Minduín chama a atenção de seus ouvintes para a necessidade de cada vez mais os torcedores se engajarem politicamente, sob pena dos “caras”, a saber, autoridades, jornalistas e

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yIQ7GZaYka0>.

parlamentares, se aproveitarem da "inconsciência" dos torcedores para aniquilar suas culturas.

Portanto, superar a "pista" significa mais do que o combate à violência: trata-se de consolidar mediações com a esfera da política. Para isso, é necessário que os torcedores se conscientizem sobre práticas que lhes são comuns e que "os caras" querem destruir. É a partir deste discurso que a ANATORG busca se afirmar enquanto o ator coletivo preferencial dessa mediação entre a esfera da cultura com a esfera da política. Ligar essas duas pontas passa por reposicionar o "outro" que se combate. Não mais o rival da torcida adversária ou até mesmo da própria torcida, mas sim aqueles que deliberam sobre o destino das torcidas sem abertura para a participação das mesmas.

3.3. Os conflitos internos e os desafios de uma construção unitária

Vimos que o direito ao protesto foi um dos propulsores da fundação das torcidas jovens na virada da década de 1960 para 1970. Insatisfeitas com o caráter oficialista da primeira geração de torcidas organizadas no Brasil, frações dessas associações, majoritariamente compostas por jovens, fundaram novos movimentos que traziam a independência em relação ao clube como um dos seus princípios basilares. A concepção de uma estrutura burocrática mais complexa, com diretoria e conselheiros formalmente eleitos, foi um desdobramento dessa nova tendência naquele período histórico.

Contudo, esse novo modelo de torcida também trouxe algumas contradições. A reivindicação genérica do direito ao protesto implica em uma indeterminação em relação ao seu conteúdo. Da mesma forma, a formalização de cargos eletivos em um organograma complexo também pode gerar disputas fratricidas pelo controle da instituição, o que compromete a unidade das agremiações.

Essas contradições se fazem presentes na fala de alguns atores presentes nas *lives* analisadas. Um bom exemplo é Juruna, presidente da torcida organizada Super Fico, do Sport Club Internacional, de Porto Alegre. Os dois grandes clubes do Rio Grande do Sul - Internacional e Grêmio - foram a porta de entrada de novos movimentos de torcida inspirados pela cultura barra brava⁷⁷. A Geral do Grêmio e a

⁷⁷ Falaremos melhor sobre este tema no próximo capítulo.

Guarda Popular Colorada - respectivamente as torcidas do Grêmio e do Internacional diretamente inspiradas por esse ideal - trouxeram novidades que iam além de um novo estilo de torcer. Estes movimentos foram o ponto de partida de campanhas de associação que marcaram um engajamento mais organizado das torcidas na política interna dos dois clubes. Ao comentar sobre esse processo, Juruna relata:

Buscamos nos conscientizar sobre a política interna do clube. Existem divergências, o que é normal, mas é importante as torcidas terem voz ativa na vida política do clube. Muitas torcidas só pensam na situação do futebol, sem ter uma visão mais ampla.

“Ter uma visão mais ampla” está em contradição com “só pensar na situação do futebol”, já que, no contexto das torcidas organizadas, a mobilização para um protesto muitas vezes está determinada pelas oscilações do desempenho esportivo do time. A crítica de Juruna aponta para a necessidade de superar as propensões excessivamente paroquiais das torcidas organizadas em prol de uma ampliação de seu horizonte de atuação, viabilizando assim a construção de um projeto coletivo que melhor oriente a mobilização e o protesto dos torcedores.

Da mesma forma, a falta de unidade interna em decorrência dos conflitos pelo controle do aparato burocrático das agremiações também representa um entrave para que se atinja esse objetivo subjacente à fala de Juruna. A Força Jovem do Vasco é um exemplo de torcida que passou por muitas dificuldades em decorrência de inúmeras disputas entre correntes internas rivais pelo controle da instituição. Segundo Wallace “Neguerê”, associado da FJV e figura influente nas redes sociais, a falta de unidade fez com que a “Força” se fragilizasse enquanto instituição:

Quando você pega uma torcida do tamanho de uma Força Jovem, e cada grupo, cada família [núcleo de bairro] apoia um determinado grupo político, você enfraquece a instituição. A instituição tem que tá andando como um todo, tem que ter uma linha ideológica. A gente precisa se impor diante da sociedade, mostrar quem somos, e falar pros políticos que só procuram a gente na época de campanha, que a gente tem nosso pensamento próprio.⁷⁸

Mais uma vez a noção de projeto desenvolvida por Gilberto Velho (1994) aparece subentendida quando Neguerê fala em “pensamento próprio”. Quanto maior a fragmentação da torcida, mais árdua é a “imposição diante da sociedade”, isto é, a elaboração e afirmação das aspirações coletivas (projetos) da instituição. O relato de Fabinho, atual presidente da Força Jovem, aponta para as dificuldades que se apresentam quando a torcida, enquanto ator coletivo, não possui um patamar básico

⁷⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmMSkQzzQ1l>.

de "conscientização":

Até hoje a gente só vive de favores e de ajuda. Até hoje. Passava diretoria, entrava diretoria. "Ah, vou colocar um jurídico pra vocês, vou ajudar, vou fazer um pedido, vou isso, vou ver aquilo". A gente nunca pagou um advogado, um escritório pra trabalhar pra gente. A gente sabe que favor não é aquele favor. Faz quando quer, se quer, ou quando tá precisando. A gente sempre foi massa de manobra, a verdade é essa. Quando interessava, chegava na gente, pedia favor e "vou te dar isso em troca". Só que assim, quando a gente se conscientizou e pagou um advogado no escritório, a gente viu que esses anos todos ninguém fez nada pela gente. Ninguém moveu nenhuma palha juridicamente pra gente.⁷⁹

A noção de "conscientização" é uma constante em boa parte dos relatos aqui reportados. Ela se assemelha ao que Neguerê chama de "pensamento próprio", nos remetendo, também, ao conceito de projeto em Velho (1994). Articular uma consciência significa ter autonomia para não ser mais usado como "massa de manobra" por elementos estranhos, sem compromisso com a torcida. No relato de Fabinho essa consciência se expressa na busca por construir um corpo jurídico próprio, comprometido com as demandas mais urgentes da agremiação, e não como moeda de troca para favores alheios aos interesses desta. Trata-se de um discurso que aponta para a necessidade de uma "formação política" para os dirigentes da torcida que assegure uma perspectiva de ação mais unitária, pois só a unidade é capaz de assegurar a autonomia da instituição e o pensamento próprio diante de "políticos que só procuram a gente em época de campanha", como pontuado por Neguerê.

A ocorrência desse tipo de situação nas torcidas organizadas comprometeu, inclusive, o processo de construção da ANATORG. Primeiro presidente da entidade, André Azevedo relatou que a ideia inicial era construir uma confederação nacional de torcidas, a CONATORG:

Eu, o André Guerra [atual presidente da Mancha Alverde] e o Pantchinho [liderança da Gaviões da Fiel] tivemos a ideia de fundar a CONATORG, que nasceu errado, fez tudo errado, mas foi muito importante pra lapidar o conceito da ANATORG. Nós fomos a Brasília pra introduzir esse conceito da CONATORG pra outras lideranças de torcida, e a maioria foi contra o conceito da CONATORG, porque o jeito que ela tava sendo criada realmente não era condizente com o que queríamos. Porque na CONATORG as diretrizes eram formuladas por cada torcida institucionalmente, só que isso dava problema porque, por exemplo, pega lá a Gaviões [da Fiel], os caras tiravam uma diretriz, só que aí quando entrava outra liderança a diretriz mudava. Então a gente meio que desassociou a instituição e colocamos lideranças mais fixas. Porquê dessa forma o giro da torcida ia impactarem um giro na ANATORG, trazia o conflito interno das torcidas para a

⁷⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uB_ohFMBxaE&t.

ANATORG.⁸⁰

O conceito a ser lapidado, portanto, deveria ser acompanhado de um quadro fixo de lideranças à parte dos dirigentes das torcidas. Deste modo, a associação operaria de forma mais regular, propiciando uma consistência maior para a elaboração da agenda a ser apresentada nas arenas públicas. Isto posto, a ANATORG conseguiria inverter a equação da CONATORG: não o conjunto difuso de torcidas pautando a associação, mas a associação pautando o conjunto das torcidas organizadas do país em direção a uma construção unitária.

3.4. A ANATORG e a construção de uma agenda pública

A atuação da ANATORG na esfera pública articula as demandas institucionais mais imediatas das torcidas organizadas com uma crítica mais ampla ao paradigma capitalista de gerenciamento do futebol contemporâneo. A percepção de que o futebol brasileiro vive um “processo de Europa”, ou de “gourmetização”, como apontado no depoimento de Lula da torcida “Os Imbatíveis”, dá o tom das preocupações subjacentes à agenda que a associação busca propor para o futebol brasileiro.

Podemos identificar dois eixos, complementares entre si, que orientam a construção das pautas da ANATORG. O primeiro deles diz respeito à lógica de atuação das forças de segurança pública do Estado (policiais, promotores, delegados de polícia, entre outros). É neste eixo que se concentram as pautas mais concretas da entidade, como a derrubada dos artigos 39-A e 39-B do Estatuto do Torcedor, que preveem punições na pessoa jurídica da torcida por atos de pessoas físicas associadas a elas; a maior participação dos representantes das torcidas na elaboração de políticas públicas, tendo em vista que nem em 2003, quando o Estatuto do Torcedor foi lançado, nem em 2010, quando este foi reformulado, houve participação efetiva dos torcedores organizados em sua concepção; o fim da política de torcida única estabelecida em alguns estados do país, que estipula que em jogos considerados “de risco”, isto é, clássicos onde a carga de rivalidade é maior, apenas a torcida do time mandante poderá se fazer presente no estádio.

Já o segundo eixo diz respeito à lógica de acumulação que vem se estabelecendo com a nova economia do futebol. A crítica ao processo de elitização

⁸⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WEAXzGnYi2c>.

dos estádios de futebol que decorre dessa lógica se alinha ao caráter popular e periférico das instituições torcedoras que, pelo menos desde os anos 1980, possuem grande penetração nas camadas populares, notadamente os mais impactados pela mudança no perfil do público dos estádios. Através do encarecimento dos ingressos, dos programas de sócio-torcedor e da nova setorização dos estádios inaugurados na última década, busca-se selecionar um novo público mais abastado, com hábitos de consumo que permitam aumentar a rentabilidade do espetáculo esportivo.

Esse processo impactou muito na vida associativa das torcidas organizadas na virada do século, quando houve a paulatina diminuição - quando não suspensão completa - da distribuição de ingressos para as agremiações. Até o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, o acesso a ingressos era uma das principais vantagens que as torcidas podiam oferecer aos seus associados, principalmente àqueles cujas fontes de renda eram insuficientes para manter uma frequência regular aos estádios. Embora uma parte significativa dos ingressos distribuídos às torcidas organizadas também pudesse ser destinada ao “cambismo”, também é verdade que elas mantinham uma espécie de “política social” entre seus associados, concretizando para os torcedores das camadas populares o direito ao lazer na cidade através de ingressos gratuitos ou subsidiados.

Contudo, isso mudou de figura ao longo dos anos 2000. Com a ascensão dos programas de sócio-torcedor, a distribuição de ingressos às organizadas representaria uma concorrência indesejada a esse novo mecanismo de associação criado pelos clubes. Além disso, a radicalização do discurso contra as instituições torcedoras se valia muito da questão do cambismo para marginalizá-las. Através da associação automática entre as torcidas organizadas e o cambismo era possível pautar a interdição de qualquer tipo de relação entre o clube e suas organizadas, pois elas sempre seriam caracterizadas como espúrias, imorais, quando não ilegais. A fala de Wallace Nogueira expressa bem o impacto dessas novas disposições na vida associativa das torcidas organizadas:

[...] hoje, com essa elitização do futebol, as torcidas organizadas perderam um pouco do espaço que tinham. Hoje as torcidas não tem muito o que oferecer pro sócio. Com essas promoções de sócio-torcedor dos clubes, algumas pessoas estão deixando de ser sócias da torcida e sendo sócias do clube, o que é bom também, é vantajoso, é muito importante. [...] Mas na situação na qual nos encontramos agora, não é mais vantajoso se associar a uma torcida organizada. Hoje o interesse no futebol é mais empresarial, e o torcedor organizado não pertence a esse meio, porque são pessoas de periferia, são pessoas que precisam do ingresso barato, que ganham

pouco e que dependem do ingresso que a torcida disponibilizava.⁸¹

E prossegue sua crítica em tom de prognóstico:

Vai chegar um ponto que todo mundo vai entrar pra dentro do estádio, com seus filhos, com suas mulheres, com seus carros no estacionamento, e o torcedor, que somos nós aqui, vai ficar de fora. Porque não vamos ter dinheiro pra entrar, não vamos ter espaço pra fazer nossa festa porque balançar uma bandeira atrapalha a visão de um cara que pagou ingresso caro né, ele vai reclamar, e a gente vai ter que acabar.⁸²

A crítica à elitização do futebol dá o tom da fala de Neguerê, que associa a torcida organizada à condição do que é popular e periférico, distanciando-a do meio onde o “interesse empresarial” prevalece. Na segunda passagem é possível identificar um entrelaçamento entre o problema da lógica de acumulação, quando há a alusão ao valor proibitivo dos ingressos, e a questão da lógica das políticas de segurança, quando menciona as restrições aos artefatos usados pela torcida que atrapalhariam a visibilidade do “cara que pagou ingresso caro”.

Há, portanto, uma crítica ao modelo panóptico consumerista dos estádios de futebol, segundo o qual a disposição do público nesses equipamentos urbanos deve ser mediada pelo consumo individualizado e passivo do espetáculo, onde cada indivíduo é uma unidade apartada do corpo coletivo de torcedores que se forma. Disso decorre a burocracia para pôr materiais no estádio, já que, embora possam ser manejados individualmente, remetem à apropriação coletiva dos espaços urbanos.

Através da defesa das culturas torcedoras forjadas pelas apropriações populares do futebol profissional, a ANATORG busca consolidar um projeto capaz de dialogar não só com as torcidas organizadas, mas também com a sociedade civil de maneira mais ampla, em especial com atores sociais que se relacionam com o campo esportivo. Trata-se de uma estratégia de mobilização de noções sobre o “popular” e o “periférico”, não mais apoiadas em códigos de masculinidade em conflito com o princípio dominante de “civildade” dos corpos, mas por uma crítica à lógica de acumulação que se manifesta através da nova economia do futebol, cujas restrições às apropriações populares do esporte favorecem o modelo espetacularizado de consumo do esporte.

Para que esse projeto popular tenha visibilidade pública, sobretudo entre atores institucionais relevantes para a negociação de novas diretrizes para a segurança

⁸¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmMSkQzzQ11>.

⁸² Idem.

pública nos eventos esportivos, a ANATORG e os torcedores organizados ainda buscam aliados primários para seus projetos a nível de Estado. É possível que essa busca por visibilidade tenha sido um dos elementos que explicam o engajamento da ANATORG e outros coletivos de torcedores nos chamados “atos antifascistas” ocorridos entre maio e junho de 2020 em várias cidades do país.

3.5. Os atos antifascistas de 2020 e o alinhamento à esquerda

Um dos objetivos declarados da ANATORG é eleger e se aproximar de parlamentares com potencial de alinhamento à agenda da associação nas casas legislativas do país, seja a nível municipal, estadual ou federal. Segundo Minduín, para que isso seja possível, é necessária uma melhor articulação da entidade e dos torcedores organizados com a esfera da política:

Para mim é importante os torcedores participarem da política do país, porque é através da política que muitas ações ocorrem ou podem ocorrer na arquibancada. Através da política que muitas torcidas foram banidas e extremamente perseguidas. Se pergunte, quantos deputados já não propuseram projetos para acabar com as torcidas no país? Pessoas que não sabem o que as torcidas promovem junto a juventude no nosso país. [...] Não é questão de partido político, partido A ou partido B. O que interessa é que os políticos respeitem as nossas instituições, trabalhando para que elas sejam fortalecidas. Talvez por isso que esse movimento tem crescido nas ruas e avenidas de nosso país. O bom seria que as torcidas tivessem essa consciência, não só de se antenar em relação ao que acontece, mas também das torcidas terem os seus representantes no parlamento. Não há mal nenhum nisso. Sabe porquê gente? Se a gente tiver um representante nosso, que tenha essa experiência de arquibancada, ele terá condições de defender nossas posições. Se você não gosta de política você vai ser comandado por alguém que gosta.

Ao mencionar “esse movimento” que tem crescido nas ruas, Minduín está se referindo aos atos convocados por um conjunto de movimentos e coletivos de torcida entre maio e junho de 2020. Com um discurso “antifascista” e “em defesa da democracia”, os protestos surgiram como uma reação a manifestações promovidas por grupos de extrema-direita em apoio ao presidente da República Jair Bolsonaro, que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). A divulgação do vídeo de uma reunião ministerial⁸³ do governo, onde o

⁸³ A reunião mobilizou a opinião pública naquele momento, já que provaria as acusações feitas

presidente e muitos de seus ministros falavam em tom de ameaça, tensionou ainda mais o ambiente político, gerando uma onda de reações na opinião pública brasileira.

Diante desse quadro, movimentos de torcida, junto a outros setores ligados à esquerda, convocaram atos de repúdio ao presidente e seus apoiadores e em nome da defesa da democracia que, segundo eles, estaria sob ameaça da extrema-direita brasileira. Havia naquela ocasião um dilema em setores da esquerda mais institucionalizada - partidos, centrais sindicais e demais organizações da sociedade civil - em convocar manifestações. A pandemia do coronavírus se alastrava pelo país, de modo que ao mesmo tempo que era necessário demonstrar força política contra as tentações autoritárias do governo, também havia uma prudência institucional com o posicionamento a favor das medidas de isolamento social necessárias para o combate ao vírus.

Nesse contexto, membros de torcidas organizadas e de outros coletivos de torcedores cumpriram o papel que a esquerda institucional optou por não cumprir em decorrência da pandemia. Na condição de “torcedores antifascistas”, membros de organizadas historicamente rivais cerraram fileiras e, de maneira emblemática, caminharam ombro a ombro sob palavras de ordem em defesa da democracia e contra o fascismo. Os protestos se concentraram em São Paulo e em Brasília, e reuniram, majoritariamente, agrupamentos como a ANATORG, coletivos de torcedores de esquerda e antifascistas - como, por exemplo, os “Porcomunas” e o Coletivo Democracia Corinthians - além de setores à esquerda das torcidas organizadas. Com a articulação entre as lideranças, houve a confecção de uma faixa com os dizeres “Somos democracia”, que acabou por dar nome a essa conjunção de agrupamentos.

Contudo, apesar da adesão de vários integrantes de torcidas organizadas no movimento - muitos dos quais que, inclusive, exerciam papel de liderança -, as instituições em si preferiram manter um posicionamento institucional de neutralidade diante dos acontecimentos. O temor de que uma posição contundente contra o presidente Jair Bolsonaro e o alinhamento à esquerda despertassem conflitos internos com associados alinhados ao discurso do governo fez com que as diretorias das agremiações mantivessem maior cautela. Como dito por André Guerra, presidente da Mancha Alverde:

Não dá para envolver uma entidade que é gigante e que tem pessoas que pensam de diversas formas. Você vai criar uma ruptura dentro da

pelo ex-juiz e ex-ministro Sergio Moro, que havia deixado o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública um mês antes. Na ocasião, Moro acusou Bolsonaro de tentar aparelhar a Polícia Federal para proteger seu filho, Flávio Bolsonaro, das investigações que apuravam um suposto esquema de lavagem de dinheiro no qual ele estaria envolvido. Para maiores informações sobre o teor das declarações na reunião acessar: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghml>

própria entidade. O momento político que a gente vive no país é muito polarizado, nem dentro das próprias famílias as pessoas conseguem chegar a um acordo.⁸⁴

Rodrigo Tapia, o Digão, presidente da Gaviões da Fiel também se manifestou nesse mesmo sentido:

O Gaviões sempre apoiou a democracia e brigou por ela. Mas a diretoria executiva não levantou essa bandeira [de presença na manifestação de domingo]. Se eu fizesse isso ia machucar algumas pessoas também que gostam do Bolsonaro. [...] É uma instituição muito grande, muita gente pensa diferente.⁸⁵

Apesar do posicionamento institucional neutro das torcidas organizadas, a adesão de figuras importantes deste universo nos protestos, como o próprio Alex Minduín, indica a existência de uma espécie de vanguarda torcedora politicamente alinhada ao campo da esquerda. Muitas dessas lideranças torcedoras possuem, inclusive, filiação partidária, como os casos de Alex Minduín e Wallace Neguerê, filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), de André Azevedo, primeiro presidente da ANATORG e filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Danilo Pássaro, liderança da Gaviões da Fiel filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Trata-se de uma rede de atores sociais que buscam construir vínculos do universo torcedor com uma multiplicidade de atores e espaços institucionais. Desse modo, indicam uma pretensão de constituir os movimentos de torcida enquanto um sujeito político coletivo que intervenha sobre o campo de forças do futebol.

No entanto, os vínculos partidários indicam que, mais do que pautar o futebol, o que também está em jogo é pautar a sociedade através de uma identificação com a “cultura popular”. Em um contexto onde a extrema-direita brasileira mobiliza uma rede de significados que atravessa modos de vida populares para legitimar o seu projeto político (como a questão religiosa, por exemplo), a entrada em cena de torcedores de futebol também traz consigo um elemento da cultura popular no Brasil. A fala de Wallace Neguerê sinaliza nessa direção:

Nós somos torcida, somos movimento social, nós somos de esquerda, nós somos de luta, e nós de torcida organizada temos que assumir agora o papel que a esquerda deixou de fazer. A esquerda deixou de ir pra periferia, deixou de dialogar com o pobre, deixou de dialogar com aquela pessoa que tem o futebol como o seu meio mais, assim, algo que ele tem ali pra ele poder descarregar sua energia, sai do serviço cansado e tem o futebol que é nosso, que é do povo. O nosso povo preto e favelado que tá morrendo de frio, que tá morrendo de fome, e

⁸⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2020/06/com-conflitos-internos-torcidas-planejam-novo-ato-pro-democracia.shtml>.

⁸⁵ Idem.

quem tá matando a fome desse povo são as torcidas organizadas através das nossas ações sociais.⁸⁶

A crítica que Neguerê faz à “esquerda” indica uma preocupação em capilarizar um determinado discurso político através do futebol, que aparece aqui como uma linguagem popular privilegiada para se dialogar com o povo pobre e de periferia. Trata-se de uma estratégia de “negociação da realidade”⁸⁷ (VELHO, 1994) onde, por intermédio das redes de significados projetadas pelo futebol no imaginário popular, busca-se expandir um projeto político de esquerda. O futebol aparece, portanto, como uma linguagem subalterna capaz de produzir mediações com a política nacional, sobretudo quando ele é mobilizado em oposição aos mecanismos de exclusão social engendrados pela lógica de acumulação capitalista.

Nesse cenário, os movimentos de torcida aparecem como mediadores políticos capazes de conectar as “redes de relações interpessoais da vida cotidiana” à esfera da ação política coletiva (DAGNINO, 2000, p. 35). As palavras do assessor do governo cearense, David Barros, apontam para essa mesma direção:

Acho que ainda precisamos avançar em relação a parcerias em políticas públicas, pois as torcidas têm muita capilaridade na juventude periférica, e ela pode ser um parceiro importante para acessar essa juventude. Um dos projetos, por exemplo, diz respeito à educação popular da base das torcidas através de projetos de pré-vestibular comunitário.

Como afirma Velho (1994), há um constante diálogo entre projetos dentro de um campo de possibilidades. Os projetos existem no mundo da intersubjetividade, e, portanto, operam a partir de paradigmas culturais socialmente construídos. A “cultura de arquibancada” é um desses paradigmas, e expressa uma forma de viver o futebol compartilhada por parcelas significativas das camadas populares, em especial de sua juventude. Contudo, a profunda reorganização pela qual passa o futebol brasileiro vem mudando significativamente a forma de se relacionar com esse esporte. As restrições às apropriações populares do futebol restringem cada vez mais esse perfil de torcedor aos aparelhos de televisão. Os espaços de encontro diminuem, e a “cultura de arquibancada”, cujo *lócus* preferencial é o estádio, é enfraquecida em favor das

⁸⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmMSkQzzQ1I>.

⁸⁷ Ao versar sobre a relação entre indivíduo e sociedade em sociedades complexas, Gilberto Velho propõe a noção de negociação da realidade para compreender as aproximações possíveis entre os múltiplos mundos sociais existentes na vida social moderna. Para isso, a linguagem, enquanto produtora de redes de significado, cumpre papel de relevo para a construção de paradigmas de identificação que ajudem os indivíduos a se moverem entre estes mundos. Na fala de Neguerê, o distanciamento entre o mundo da política e o do cotidiano popular pode ser negociado através dessa linguagem popular concebida pelo futebol.

mediações do consumo e da lógica de acumulação.

Como se sabe, o cerne da agenda política da esquerda é justamente a superação dessa lógica de organização da vida social. Portanto, para que um projeto coletivo popular articulado pelos múltiplos movimentos de torcida seja viável, ele não pode prescindir da interação com outras aspirações inscritas nesse grande campo de possibilidades que é a sociedade. É nessa direção que a ANATORG atua: como um mediador entre o projeto dos movimentos de torcida com um projeto mais amplo. O alinhamento com o campo da esquerda entre a maioria de suas lideranças torna o diálogo com as organizações desse campo uma consequência natural. Deste modo, a ANATORG busca promover a socialização da política no cotidiano dos torcedores organizados a partir de um projeto coletivo popular que tem duplo papel: construir uma agenda para o futebol e estabelecer aproximações com um projeto para o país.

Se dentro dos movimentos de torcida a ANATORG aparece como uma entidade supraclubística que almeja agregar torcidas organizadas das mais variadas matizes, há movimentos que atuam no âmbito dos clubes que, assim como a Associação, também elaboram projetos coletivos visando reorganizar as formas de sociabilidade que se manifestam no universo das torcidas. A torcida Guerreiros do Almirante, associada ao Vasco da Gama, aparece como um desses novos atores coletivos que buscamos analisar neste trabalho, e é sobre ela que nos deteremos agora.

4. OS GUERREIROS DO ALMIRANTE E A ASCENSÃO DE UM NOVO MODELO DE TORCIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Criada em 2006, a torcida Guerreiros do Almirante (GDA) surgiu de um grupo de torcedores oriundos da Força Jovem do Vasco, maior torcida organizada do Club de Regatas Vasco da Gama. Insatisfeitos com os rumos da instituição, resolveram fundar uma torcida que se diferenciasse dos modos de torcer já consolidados pela geração de agremiações fundadas na virada da década de 1960 para a década de 1970.

Ao levar adiante esse empreendimento, se inspiraram nos estilos de torcer consagrados pelas chamadas *barras*, movimentos de torcida largamente difundidos nos países sul-americanos de matriz hispânica, com destaque especial para Argentina e Uruguai. Os intercâmbios culturais com esses dois países contribuíram para que surgisse em 2001, no estado do Rio Grande do Sul, a primeira grande *barra* brasileira: a Geral do Grêmio, vinculada ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. A consolidação desse novo agrupamento torcedor nos anos subsequentes inspirou iniciativas semelhantes em outras regiões do país, com destaque especial para a cidade do Rio de Janeiro. Os quatro principais clubes da cidade viram emergir movimentos de torcida que, em maior ou menor medida, compartilhavam alguns valores presentes no surgimento da Geral no início do século. A GDA estava inserida nesse contexto, e seu caráter de novidade atraiu um número significativo de vascaínos interessados em conhecer aquele novo conceito de torcida.

Para a elaboração deste capítulo utilizei um total de 6 entrevistas com personagens ligados à torcida. Quatro delas foram realizadas no ano de 2020, entre os quais estão incluídas três pessoas importantes no início da caminhada do agrupamento. Outras duas foram realizadas em 2018, na ocasião do trabalho de campo utilizado para o meu trabalho de conclusão de curso na graduação. A partir dos relatos dos entrevistados, procurarei investigar que tipo de projeto coletivo a GDA mobiliza e como ele se relaciona com outros projetos inseridos no campo de possibilidades da torcida vascaína como um todo.

4.1. A ruptura com a Força Jovem do Vasco e o surgimento de um novo conceito de torcida

O surgimento da GDA se deu em um contexto de profundo desgaste das

torcidas organizadas tradicionais⁸⁸ na cidade do Rio de Janeiro. Cada vez mais presentes no noticiário policial, essas torcidas passaram a ser questionadas pela mídia, pelos torcedores “comuns” e até mesmo por aqueles que engrossavam as fileiras dessas agremiações. A GDA não foi um caso isolado, e acompanhou uma tendência que se manifestou também nos outros grandes clubes da cidade do Rio de Janeiro. O ano de 2006 foi o marco de iniciativas nas arquibancadas cariocas que procuravam se diferenciar do modelo de torcida que havia se consolidado no século passado por meio das torcidas jovens. Se no Vasco da Gama foi a GDA, no Flamengo houve o surgimento da Urubuzada, no Fluminense, a Legião Tricolor passou a ganhar cada vez mais destaque nas arquibancadas do antigo estádio do Maracanã e no Botafogo a Loucos pelo Botafogo que introduziu essa nova forma de se relacionar com o clube e o espetáculo futebolístico.

Segundo Teixeira (2013, p.7), essas torcidas se caracterizariam pelo

[...] objetivo de inaugurar outra sociabilidade em relação ao futebol, em que a paixão aparece sob o idioma da loucura, devoção e não do perigo, em uma clara demonstração de evitação e distanciamento do estigma de “torcedor violento” [...].

Essa evitação do estigma do torcedor violento pode ser identificada na fala de uma figura central nos primeiros passos da GDA: Yuri, 37 anos, proveniente da Força Jovem do Vasco, maior torcida organizada do clube. Yuri foi o idealizador da GDA, ele que batizou a nova torcida e introduziu o conceito que ela encarnaria, pensado como um distanciamento em relação aos “vícios” que ele enxergava nas organizadas tradicionais:

[...] esses vícios seriam esse tipo de coisa, né? Querer chegar pra cantar música de apologia à morte de torcedor rival em confronto. Essa gente que chega pra fazer covardia por aí, isso daí não era a proposta da Guerreiros do Almirante, a Guerreiros do Almirante foi criada pra arquibancada, e pra arquibancada mesmo, só pra arquibancada. Pra exaltar o clube e tal, então o pessoal que chegou [na GDA] é um pessoal que tava também de saco cheio do que tava acontecendo lá dentro mas nunca fez isso, nunca fez isso de "ah, vou criar uma nova torcida e tal", mas aí os caras viram: pô, os caras não tem nem camisa, a camisa é do Vasco só, "ah, então quer saber? Vou chegar lá, vou ver qual é" e resolveu ficar na torcida.

Ao falar sobre a “proposta da GDA”, Yuri afirma que a torcida foi única e exclusivamente criada para a arquibancada, “para exaltar o clube”. Já aqui é possível

⁸⁸ Coloco como “torcidas organizadas tradicionais” todas aquelas associações torcedoras surgidas entre o final da década de 1960 e a década de 1970, muitas das quais fundadas sob a nomenclatura de “torcidas jovens”.

perceber a afirmação de um projeto coletivo que enfatiza a noção de “arquibancada”. Assim como nos discursos presentes nas *lives* da ANATORG, falar em “arquibancada”, nesses termos, implica em uma oposição à noção de “pista”, espaço de “gente que chega pra fazer covardia por aí”, algo que, segundo Yuri, foge do que seria o verdadeiro propósito de uma torcida.

Além do distanciamento em relação à escalada de beligerância entre torcidas organizadas de clubes diferentes, também havia naquele momento uma grande insatisfação com as disputas internas pelo controle das agremiações, que passaram a comprometer a unidade necessária para que essas entidades exercessem o papel que se esperava delas nas arquibancadas. Isso se manifesta em outra passagem da entrevista de Yuri, que relatou que começou a se distanciar efetivamente da Força Jovem quando participou de um processo eleitoral para eleger a nova diretoria da instituição:

[...] teve umas complicações lá, num período político muito difícil lá dentro que eu peguei, na época que teve a eleição lá da Rua Bela [...] chegou um ponto que eu tava vendo assim: "porra, não tem mais jeito isso aí não"; eu olhava dessa forma, não vou negar. Olhava: "cara, não tem jeito isso não", que a gente sabe que torcida número um de qualquer time grande sempre vai ter uma guerra muito forte porque é muita grana que rola. É uma marca muito forte, então... envolve muita coisa, né? E aí, eu olhei assim... pô, final da Copa do Brasil [de 2006], na época tinha lá uma promessa linda [...] no primeiro jogo tava lá no site oficial: "ah, vai ter uma festa incrível jamais vista". Porra? De fato, teve. Mas não foi lá do lado da torcida do Vasco, não. Aí, você vai dizer: "ah, foi o resultado!", que foi 2x0 pros cara. Não. Não tem nada a ver com o resultado. O Vasco naquela final praticamente já entrou derrotado, porque se você vê... na arquibancada, a maior torcida dividida, muita confusão ali... e aí, no caso o Resgate [Resgate da história, uma das chapas concorrentes na eleição] acho que só acabou assumindo a torcida um ou dois jogos depois da final da Copa do Brasil. E é aquele negócio, né? Naquela final, do lado do Vasco não teve aquela “festa jamais vista”, “uma festa incrível”. Não teve! Não teve nada disso, nada disso mesmo. O que eu falo? Foi uma coisa até que me deixou mais puto e eu até comentei na saída do Maracanã, falei com o Bernardo [outra liderança da GDA oriunda da Força Jovem]: "oh, negócio é o seguinte, independente do resultado do segundo jogo, vou criar uma barra, cara. Se até o fim do ano não tiverem cinquenta cabeças, a gente acaba com isso e tchau. Mas só faço isso se tiver mais alguém".

Yuri se refere à final da Copa do Brasil de 2006, quando o Vasco foi à final contra o seu maior rival, o Flamengo. Naquela ocasião, o clube saiu derrotado no primeiro jogo da decisão por 2x0, e viu o título ficar com o rival no segundo jogo, quando perdeu por 1x0. A situação da torcida naquele momento ainda repercutia os conflitos desencadeados pelo processo de eleição da nova diretoria da instituição. Duas correntes brigavam pelo controle da agremiação, o que criava um ambiente

tenso no local onde a torcida se localizava no estádio.

Thiago, 33 anos, ainda estava na Força Jovem nesse período. No entanto, o acirramento dos conflitos internos o aproximou da GDA, da qual se tornou uma liderança nos anos subsequentes. Seu relato ilustra a dinâmica da arquibancada vascaína naqueles tempos:

Eu fui praticamente criado dentro da Força Jovem, então basicamente eu já conhecia muita gente. Eu era o mascotinho que vendia material, então eu acabava conhecendo a galera já. E aí continuou indo assim até que chegou o momento que você vê muita coisa que você não concorda... aí você vai se afastando. Assim, a minha entrada, já me antecipando, a minha entrada na GDA foi praticamente de uma briga mesmo dentro da Força Jovem porque eu via a Força Jovem dividida. Não sei se você chegou a ver isso, mas literalmente dividida com uma corda dentro de São Januário. De um lado uma facção, de outro uma facção, os dois grupos um virado pro outro xingando enquanto o jogo rolando e ninguém interessado no jogo... e eu já tava de saco cheio já, vendo os caras talvez [...] tu vendo que os caras enriquecendo, ou então muito ingresso, tu vê muita coisa errada... eu: quer saber de uma coisa? Tô fora disso.

Vimos que da ruptura das torcidas jovens com as lideranças das primeiras agremiações torcedoras dos anos 1940 e 1950 surgiram aparatos burocráticos mais complexos, dotados de instâncias diversas responsáveis pela condução das atividades desses agrupamentos dotados de hierarquia interna, símbolos, estatuto, sede, uniformes, e outros elementos que as caracterizavam enquanto instituições associativas formais.

No entanto, as disputas pelo controle desse aparato passaram a gerar um mal-estar entre alguns de seus membros, que sentiam que o peso institucional que as Organizadas haviam adquirido traduzia-se em uma deturpação de seu propósito original: o de organizar as festas nas arquibancadas e coordenar o incentivo ao time durante os jogos. A fala de Thiago sobre “o jogo rolando e ninguém interessado”, “cara enriquecendo”, “muito ingresso”, “muita coisa errada”, além da fala de Yuri sobre “muita grana que rola”, sugerem uma certa desconfiança sobre o que efetivamente havia se tornado prioritário na torcida.

Outro relato que nos ajuda a compreender esse contexto é o de Rodrigo, 31 anos. Também associado à Força Jovem no início dos anos 2000, Rodrigo resolveu ajudar na construção de uma outra torcida, chamada “Gigantes da Colina”, cujos membros resolveram se incorporar à GDA posteriormente. Ao comentar o que o motivou a construir um agrupamento alternativo à principal Organizada do clube,

Rodrigo comenta:

Eu comecei a ver que as coisas não eram tão assim como eu pensava, que tinha gente que não estava ali pelo Vasco, alguns estavam com outros interesses. Eu coloco minha mão no fogo, quem entra numa torcida como a Força Jovem é porque é Vasco mesmo. Mas no meio do caminho algumas pessoas se perdem. A Força movimenta muito dinheiro. Aí volta e meia aparecia uns caras da torcida chegando de Fox zero e etc., a gente fica meio desconfiado.

Nesse contexto, a GDA e as outras torcidas surgidas nesse período aparecem trazendo consigo a representação de um sentimento mais “puro” pelo clube, mais despreocupadas com questões institucionais e empenhadas única e exclusivamente em entoar cânticos de exaltação ao clube e suas tradições.

Mobilizando um novo modelo de organização, esses agrupamentos se caracterizam por uma estrutura mais fluida e descentralizada, onde os integrantes - e não mais os “filiaidos” - estão dispostos de maneira mais horizontal em relação aos modelos anteriores. Existem lideranças que assumem as responsabilidades da torcida, tais como cuidar do patrimônio, transportar material, organizar as festas e caravanas, encarregar-se dos canais de comunicação e diálogo com o clube, autoridades e meios de comunicação. No entanto, elas não costumam estar representadas em cargos burocráticos formalizados estatutariamente, de modo que as responsabilidades são menos verticais e institucionalizadas.

Como pontuado por Thiago sobre a estrutura de liderança da GDA naquele período:

Era, assim, um perfil meio “anárquico”, vamos dizer assim. Não sei nem se é o termo exato. Acho que não é, mas... pra você entender. Nunca teve um líder central, "o" líder, "o" cabeça da torcida. Eram vários líderes que formavam um conselho. E o Conselho era constituído por ex-“capos”, ex-líderes da torcida ou então pessoas que tinham tempo de torcida do Vasco e tal, que foram chamadas pra fazer parte desse Conselho.

Essa informalidade da GDA representou um atrativo para muitos torcedores que assistiam aos jogos próximos às organizadas tradicionais, como pode ser percebido no relato de Dikran, 28 anos. Ex-integrante da GDA, Dikran teve que se afastar das responsabilidades da torcida por questões profissionais, embora ainda mantenha uma convivência estreita com as amigas que lá construiu. Sua fala manifesta o fascínio inicial que o surgimento da torcida despertou em alguns torcedores:

O que me atraiu na GDA era que apesar da Força Jovem naquela época ter cascata, vários bagulhos assim, foi justamente a loucura que a GDA sempre foi, tipo assim ser tudo meio desorganizado, tipo assim,

não na raiz da palavra, mas assim, tu olhando de longe, não é uma cascata, é ver neguinho pegando fogos e soltando tudo de maneira meio desorganizada. Essa loucura aí de cada um poder fazer o que quiser e de não importar muito. Cada um levando seu trapo, botando um em cima do outro mesmo, isso que fez eu querer conhecer mais, de ser um grupo, um coletivo, que não tinha muita padronização. Os caras só queriam ir lá, ficar cantando que nem maluco e fazer festa, não tinha uma grande diretriz na parada.

Se em um primeiro momento, pode haver uma inclinação em associar essas torcidas a uma espécie de resgate das primeiras torcidas uniformizadas dos anos 1940 e 1950, onde os *torcedores-símbolo* encarnavam justamente o ideário de pureza e desinteresse que essas novas torcidas emulam, as falas de Thiago e Dikran sobre esse modelo “anárquico” da GDA, onde não há efetivamente um chefe de torcida e uma padronização rígida, evidencia um distanciamento em relação a essas primeiras torcidas.

Além disso, um olhar mais atento nos faz constatar que a independência e autonomia em relação aos dirigentes e à institucionalidade do futebol é um dos traços herdados das organizadas tradicionais, o que as afastam do modelo das primeiras organizadas. Inclusive, disto se desdobra a visão dos integrantes da GDA de que um dos problemas da Força Jovem do Vasco foi justamente as relações de bastidor pouco transparentes de lideranças da torcida com dirigentes do clube, sobretudo no que tangia à política de distribuição de ingressos. Isso levou a uma desconfiança quanto ao uso da torcida para fins pessoais, o que era interpretado como uma forma de transformar a organização em massa de manobra de agentes políticos do clube.

As questões relativas à relação da torcida com dirigentes eram um dos fatores de conflito interno na torcida⁸⁹, comprometendo significativamente a sua unidade. Nesse contexto, a GDA surgiu buscando se afirmar como um polo “apartidário” e independente em relação à política do clube, fortemente ancorado sobre um ideal de “pureza” do grupo:

[...] no início, lá em 2006, a gente denominava a torcida como uma torcida apolítica, né? E esse apolítico é como se fosse uma negação à política, né? E hoje em dia, sei lá, não só hoje em dia, mas já foi mudando ao longo dos anos, já em 2009 e 2010 [...] retiramos a palavra apolítica e começamos a utilizar a palavra apartidária, ou suprapartidária. A gente não tinha um envolvimento com nenhum grupo político, não é um grupo apoiador do presidente X ou Y, enfim. A gente sempre manteve uma independência. [...] Se você pegar a gênese da torcida, Yuri é anti-Eurico [Eurico Miranda, ex-presidente do

⁸⁹ Outro fator de disputas internas importante de ser mencionado é a questão da profissionalização dos dirigentes de torcida. Os critérios para definir quem é profissionalizado ou não se tornam objeto de disputa por poder político e econômico, principalmente quando onde os recursos são mais escassos.

Vasco da Gama]. Mas o Bernardo, que era outra liderança, outro fundador, ele era pró Eurico. Então, a gente teve dentro da torcida pessoas que eram Eurico e pessoas que eram anti Eurico. A gente conseguia, de certa forma, no início, separar isso. Dificilmente você iria ver uma briga da gente discutindo ao ponto de quase sair na briga. Não tinha isso, né? A gente discordava de forma "ah, eu discordo de você, disse, disse, disse". E quando a gente fazia o protesto, e a gente fez vários protestos, a gente usava uma faixa que foi uma faixa clássica que a gente estendeu no estádio, que era: "situação e oposição, enquanto vocês brigam, o Vasco sofre", tinha uma faixa assim. E assim, era um tapa nos dois lados. Era um tapa numa galera e um tapa em outra galera (Thiago, 33 anos.)

Além disso, o fato de se autodenominarem enquanto um **movimento**, e não mais como uma **associação**, também os afasta tanto das torcidas jovens, quanto das primeiras torcidas uniformizadas. Disso decorre o fato de, por serem torcidas que não ostentam uniformes e símbolos próprios, produzirem um certo estranhamento em atores vinculados às torcidas organizadas tradicionais. A fala de Noy, ex-presidente da torcida Fúria Jovem do Botafogo, ilustra um pouco esse sentimento oriundo das Organizadas tradicionais:

[...] É bonito de se ver, mas destruiu muito a característica das organizadas. Eles não têm blusa de torcida, tampouco identidade. São apenas um grupo que se reúne, torce e acabou. Por essa razão, quando ocorre uma confusão não há como responsabilizar os autores. Se aqui já é difícil controlar, imagine lá. (apud HOLLANDA; MEDEIROS; TEIXEIRA, 2015, p. 41)

A percepção de identidade dos membros das organizadas tradicionais está muito vinculada a um pertencimento que mobiliza símbolos e uma estrutura associativa próprios. A identificação, neste caso, tem um caráter mais formal, onde prevalece o ideal de grupo, de pertencimento a um universo onde a fronteira entre o que está dentro e o que está fora é mais bem definida. Trata-se de um associativismo mais autorreferenciado, onde a lógica de companheirismo e autoproteção exerce papel de relevo na coesão dos integrantes. Já nos novos movimentos como a GDA, o sentimento de pertença se configura de outro modo. Menezes (2010) nos ajuda a elucidar essa questão ao utilizar a noção de *individualização* presente nas reflexões teóricas do sociólogo Norbert Elias. Segundo ela, estes novos agrupamentos estão mais alinhados com

[...] práticas individualizadas, na medida em que são portadoras de discursos de construção e manutenção da ordem, no qual estão presentes traços de impessoalidade nas relações sociais, uma vez que seus investimentos afetivos são dirigidos ao clube enquanto instituição, a partir da narrativa de uma doação missionária ao clube. (MENEZES, 2010, p. 58)

Nesse contexto, o pertencimento a esses agrupamentos tem um caráter mais

informal, mobilizando formas mais diretas de representação perante o clube que podem dispensar as mediações grupais e suas redes de relação interpessoais. Uma das passagens do relato de Thiago traz um pouco esse aspecto das dinâmicas dessas novas torcidas. Quando fala de seus tempos na Força Jovem, Thiago comenta sobre como era o processo de ir aos jogos do Vasco:

Eu ia com o pessoal do bairro, da Família mesmo. Da Segunda Família. Tijuca, Rio Comprido, Catumbi, Estácio, Mangueira... essa região. Mas a minha galera mesmo era mais a galera da região do Rio Comprido, do Estácio mesmo. A gente ia pro jogo junto e voltava junto. E ficava no meio da Força no caso.

No entanto, ao se aproximar da GDA esse hábito se modifica, e Thiago passa a ir aos jogos sozinho, ganhando maior “independência”:

A partir do momento que eu decidi entrar na GDA eu comecei a ir sozinho mesmo pra estádio. Que foi a melhor coisa pra mim. Eu ganhei a minha independência. Eu não tinha aquela preocupação de repente chegar três horas antes do jogo, ficar esperando mais quarenta chegar e sempre preocupado se ia ter alguma confusão ou não, negócio de voltar junto, sabe? Aquela preocupação. Então, naquele momento pra mim foi a melhor coisa, né?

Contudo, mesmo que exista essa tendência a padrões mais individualizados de se relacionar com o agrupamento, isso não quer dizer que esses novos movimentos não tenham uma identidade coletiva. Ao contrário, é possível perceber nos materiais e artefatos desses agrupamentos algumas marcas distintivas que comunicam uma identidade bem definida, um estilo de torcer que os diferencia das demais torcidas.

4.2. O ideal “barra brava” e as marcas distintivas da GDA

O ano de 2001 marcou o surgimento da primeira barra brasileira, em Porto Alegre: a Geral do Grêmio. As barras representam um modelo de torcida muito difundido na América hispânica, e, especialmente, constituem-se enquanto um elemento distintivo da cultura dos países *platinos*⁹⁰, a saber, Argentina e Uruguai. Não por acaso o Rio Grande do Sul foi a porta de entrada dessa nova cultura torcedora em nosso território. Sendo uma região de fronteira com os dois países, a permeabilidade a intercâmbios culturais com a região do Rio da Prata é algo que se manifestou na própria forma como o futebol aportou na região no início do século XX⁹¹.

⁹⁰ Referência ao Rio da Prata, que banha parte do litoral de Argentina e Uruguai.

⁹¹ Rodrigues (2012) destaca que o relativo isolamento do sul do país em relação aos grandes centros urbanos do Sudeste fez com que a região desenvolvesse vínculos comerciais e culturais com as grandes metrópoles do Rio da Prata. Assim sendo, o fato de Buenos Aires e Montevideu terem sido

Conforme descrito por Rodrigues (2012) em seu trabalho sobre a “Geral”, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, as duas principais torcidas organizadas gremistas, a Torcida Jovem do Grêmio e a Super Raça Gremista, se encontravam em conflito aberto pela hegemonia nas arquibancadas do Estádio Olímpico⁹². Foi nesse contexto que surgiu a Geral do Grêmio, com o objetivo de unificar a torcida gremista em torno de uma nova filosofia de torcer que implicava única e exclusivamente em apoiar incondicionalmente o Grêmio durante os 90 minutos das partidas. Essa nova filosofia se condensava em uma categoria nativa muito usada pelos torcedores da Geral: o “alento”. “Ter alento”, na linguagem dos torcedores da Geral, é fundamentalmente ter disposição para apoiar o Grêmio o tempo inteiro, independente das circunstâncias que se apresentam. Esse era o único pré-requisito para participar da Geral: a “doação missionária ao clube” (MENEZES, 2010, p. 58), sem maiores necessidades de um vínculo formal.

Essa novidade surgida no Rio Grande do Sul despertou a atenção de torcedores de outras regiões do país, e foi uma grande influência para o surgimento da GDA e as demais torcidas cariocas nascidas nesse período. Ao falar sobre o que o inspirou a fundar uma barra, Yuri relatou:

Eu já estava acompanhando o grande boom das barras lá no Rio Grande do Sul. Eu acompanhei esse grande boom que teve lá. E aí, eu já comecei a ver alguns vídeos no Youtube das Barras argentinas, eu comecei a acompanhar isso daí. Aí surgiu essa ideia. Eu resolvi fazer algo diferente, porque se eu vou fundar mais uma torcida tradicional, normal, aí ia ser mais do mesmo. E não iria também atrair público, não ia gerar curiosidade da galera. Aí, ia ser o quê? Almirante Jovem? Almirante Guerreiro? Aí, eu pensei assim: pô, pra botar uma torcida organizada é melhor fazer uma barra. Aí, eu parei pra pensar que todas tem o nome "jovem". Quase tudo quanto é torcida aí do Vasco tem "jovem" no meio. Aí, pô, vou tirar esse nome "jovem" aí do meio, não vai ter. Aí, eu parei pra pensar: vou botar alguma coisa que não tenha o nome do Vasco mas que lembre o Vasco. Aí, pronto, "almirante". Tem que ter "almirante". Aí, pronto, Guerreiros do Almirante encaixou certinho e foi. Mas no começo o nome pouco importava. E no fundo, até hoje eu digo: o nome pouco importa, mas sim o que é feito na arquibancada.

A passagem acima demonstra como o surgimento da GDA se deu dentro de marcos simbólicos de diferenciação em relação às torcidas jovens. Para atrair a “curiosidade da galera”, era necessário criar algo diferente, um outro estilo de torcer

idades pioneiras na adoção do *football association* na América do Sul exerceu influência na fundação dos primeiros clubes de futebol do Rio Grande do Sul.

⁹² Estádio Olímpico Monumental, antigo estádio do Grêmio até a inauguração da Arena do Grêmio, em 2012.

que não seja “mais do mesmo”. Desse modo, o projeto coletivo mobilizado pelo movimento se constitui a partir de sua relação com o projeto representado pelas organizadas tradicionais. Interagindo mutuamente dentro de um campo de possibilidades, a GDA e as torcidas organizadas forjam modelos e paradigmas que orientam a identificação e desidentificação dos torcedores vascaínos com os projetos coletivos à disposição.

Outro elemento importante mencionado por Yuri é a importância da internet como uma importante fonte de referências que amplia o campo de possibilidades na elaboração do projeto coletivo encarnado pela torcida. Em 2006, o Youtube tinha apenas um ano de existência, mas já era algo relativamente popular entre jovens que tinham acesso regular à internet naquele período. As comunidades do *Orkut*⁹³ também serviam como um espaço de encontro virtual capaz de proporcionar trocas de informações e agregar pessoas em torno de determinadas ideias em comum:

Aí, pô, como eu estudava em Niterói na época e ele [Bernardo] morava em Niterói, então saía da UFF [Universidade Federal Fluminense], ia lá encontrar com o Bernardo pra trocar umas ideias sobre isso e tal, articular alguma coisa. Aí, nisso veio a ideia, né? Criar grupo no Orkut, inclusive muita gente fala de maneira errada que GDA surgiu do Orkut. Não. Surgiu do Orkut nada! Foi nada disso. Usou apenas o Orkut pra agregar mais gente, ponto.

O fato é que nem todos estavam completamente inteirados sobre o que era esse novo estilo de torcer e se relacionar com os eventos futebolísticos. A internet aparecia, portanto, como uma forma de tomar conhecimento a respeito de práticas e materiais necessários para se construir a identidade da torcida enquanto uma barra.

Contudo, a torcida não foi construída meramente através da transposição de elementos das barras argentinas e uruguaias, mas também a partir do campo de possibilidades em que ela estava inserida. Conforme relata Thiago:

Eu não conhecia, não fazia a menor ideia do que era isso [as barras]. E enfim, eu fui aprendendo também com a galera, fui lendo, fui vendo vídeos e tudo mais. Agora, eu nunca, de certa maneira, tomei aquilo como "ah, tem que ser um movimento barra com estilo de música cagada", eu nunca pensei assim. Eu sempre achei que torcida tinha que ser o que fosse melhor pra torcida. Por exemplo, muita gente fala assim "ah, torcida não pode ter mosaico, porque ter mosaico não tem nada a ver com torcida Barra, isso é mais torcidas ultras". Eu não. Eu acho que se é pra fazer um mosaico e todo mundo comprar a ideia, vamos fazer um mosaico!

A realidade é que, para a recepção do público em geral, a origem cultural

⁹³ Antiga rede social, programada pelo turco Orkut Büyükkökten, desativada em 2014. O Orkut foi a rede social mais popular no Brasil durante os anos 2000.

dessas novidades pouco importava. A nova “ideologia”⁹⁴ de apoio incondicional e as inovações trazidas pela GDA em termos de repertório musical e expressivo é que despertaram o interesse de muitos para esse novo agrupamento. A comparação com a Força Jovem aparecia com frequência, visto que havia um certo mal-estar com o aparente autocentramento que este agrupamento mobilizava entre seus integrantes. As músicas cantadas pela GDA traziam para as arquibancadas uma nova linguagem que girava em torno do amor ao clube e da exaltação de suas tradições e feitos, um contraste em relação à maioria das músicas da Força Jovem, que, embora não deixassem de exaltar o clube a seu modo, giravam em torno do enaltecimento da reputação do próprio agrupamento, sobretudo no que dizia respeito ao temor que seus integrantes despertariam nos seus rivais de “pista”.

O princípio do apoio incondicional ao time durante os jogos também aparece como uma marca distintiva da GDA em relação às demais torcidas do clube. Como vimos anteriormente, uma das motivações para o surgimento das torcidas jovens era a liberdade para exercer o direito à crítica e ao protesto. Contudo, a crítica aos jogadores durante os 90 minutos de uma partida era entendida por muitos torcedores como uma forma de “abandonar” o próprio clube em um momento de adversidade - já que as críticas normalmente se potencializam nos momentos críticos. Em alguns momentos, quando a situação do time em uma determinada competição era delicada, integrantes da Força Jovem chegaram a virar de costas para o campo, atitude que foi interpretada como uma forma de “virar as costas para o clube” por muitos torcedores, gerando muitas críticas à época.

Outra marca da GDA é a sua identidade visual, que trouxe um novo padrão estético para os estádios. Influenciados pela cultura torcedora de nossos vizinhos sul-americanos, trouxeram elementos típicos dos movimentos de torcida daqueles países, como as faixas transversais⁹⁵ à arquibancada, as bandeirolas⁹⁶ e guarda-chuvas decorados com as cores do clube e os “trapos” - que consistem em pequenas faixas agrupadas trazendo palavras de ordem, lembrando episódios memoráveis da

⁹⁴ Categoria nativa utilizada por torcedores organizados para se referir aos códigos de valores que os agrupamentos torcedores buscam mobilizar e representar em suas práticas.

⁹⁵ Denominadas de “barras”, são essas faixas que dão o nome a esse tipo específico de organização torcedora.

⁹⁶ As bandeirolas consistem em pequenas bandeiras que podem ser facilmente manejadas com uso de apenas uma mão. São bandeiras que são agitadas durante todo o jogo, ao contrário das grandes bandeiras de mastro das torcidas organizadas tradicionais, que, por seu peso, são levantadas apenas em momentos pontuais do jogo.

história do clube ou aludindo a um bairro ou região onde a torcida se faz presente. As imagens abaixo dão um pouco a noção da identidade visual da torcida:



Figura 6 – A GDA no Estádio de São Januário.
Fonte: Netvasco, 2015.



Figura 7 – Trapos e bandeiras da GDA.
Fonte: Netvasco, 2017.

Com o tempo, a torcida também passou a adotar as bandeiras de mastro das torcidas organizadas tradicionais. Contudo, independente do formato de seus materiais, os padrões estéticos adotados nos materiais da GDA obedecem a uma outra lógica. Embora tenha seu próprio logotipo, este dificilmente está estampado nas bandeiras e faixas da torcida. Ao invés disso, optam por usar os símbolos e cores do clube e exaltar ídolos e façanhas do passado.

Assim sendo, a construção da identidade da torcida passa diretamente pela construção da identidade clubística através da memória. Nesse sentido, ganha relevo

um projeto estético *old school*⁹⁷, onde a representação do clube e da própria torcida são construídas por intermédio de um passado estilizado. Trata-se de emular uma autenticidade supostamente perdida no contexto de mercantilização acelerada do futebol, ou, nos termos de Benjamin (1994), de recuperar a aura futebolística cada vez mais atrofiada pelas técnicas de reprodução da indústria do entretenimento.

Nesse contexto, é comum ver nos materiais da GDA e nas artes lançadas nas redes sociais do movimento símbolos que dialogam com um ideal de futebol posto em contraposição ao chamado futebol “moderno” altamente espetacularizado. É comum a presença de elementos como bolas de couro, chuteiras com travas de prego, coroas de louros, caricaturas de jogadores usando a vestimenta típica dos uniformes dos anos 20 e 30, além de objetos como sinalizadores e copos de cerveja, que remetem a padrões de sociabilidade e expressão marginalizados ou totalmente proscritos dos estádios.

Em suma, trata-se de um conjunto de símbolos que condensam um projeto crítico renovado. Mais do que criticar o trabalho exercido por dirigentes ou jogadores do clube, ou, como dito por uma de nossas entrevistadas, “de ficar só xingando, só cobrando”, os símbolos acionados pela GDA tratam de localizar a torcida em um quadro sócio-histórico onde promessas de “modernidade” são vistas com desconfiança e ceticismo.

Assim sendo, é possível afirmar que as práticas individualizadas que atravessam o “projeto GDA” favorecem, de maneira paradoxal, uma linguagem contra-hegemônica renovada, menos “fechada” em um ideal de grupo e mais “aberta” a projetos coletivos mais amplos, como os movimentos de torcedores que reivindicam uma cultura de contestação ao chamado “futebol moderno” e seus agentes. De acordo com Hollanda e Paes (2017, p. 215) é possível identificar a origem desses movimentos nos anos 1980, na Inglaterra, quando o futebol naquele país já passava por transformações significativas na relação entre sociedade e futebol. Valendo-se de *fanzines* e outros meios de expressão, consolidaram uma visão crítica da espetacularização televisiva do futebol e da exclusão das classes trabalhadoras dos estádios.

⁹⁷ Para não fugir do tema, não pretendo me aprofundar sobre o paradigma estético *old school* neste trabalho. A própria falta de acúmulo bibliográfico sobre o tema me impede de me deter de forma mais zelosa sobre o assunto. Sabe-se que a estética *old school* está muito presente no universo da tatuagem, e carrega consigo uma perspectiva “retrô”, onde o passado é representado de forma estilizada como um espaço de autenticidade e originalidade.

Hoje, com a internet, há vários espaços virtuais que repercutem protestos e manifestações de torcidas mundo afora contra este “outro” a ser combatido que é o “futebol moderno”. O acesso a essas informações leva os membros da GDA a dialogarem com essas pautas e bandeiras, como ficou explícito em uma faixa contra a empresa transnacional de bebidas *Red Bull*⁹⁸ colocada no jogo contra o RB Bragantino, time brasileiro comprado pela companhia. Com os dizeres “*Fuck RB*”, a torcida emula um padrão internacional de protesto contra a empresa, que possui clubes na Alemanha, Áustria, Estados Unidos e Brasil.



Figura 8 - Logotipo da GDA
Fonte: Twitter da GDA, data desconhecida.



Figura 9 - Faixa em São Januário
Fonte: barrabrava.net, data desconhecida.



Figura 10 - Faixa contra a empresa Red Bull.
Fonte: Instagram da GDA, 2020.

⁹⁸ A Red Bull tem atuação internacional no futebol através da compra de clubes de pequeno e médio porte mundo afora. Uma vez dona dos direitos de comercialização da marca, a empresa muda o escudo e o uniforme dos clubes, seguindo um padrão internacional da empresa. Na Alemanha, os protestos são mais frequentes, já que a aquisição do clube alemão RB Leipzig viola as regras do futebol do país, que não permite que entes privados com fins lucrativos tenham mais do que 49% das ações de um clube de futebol.

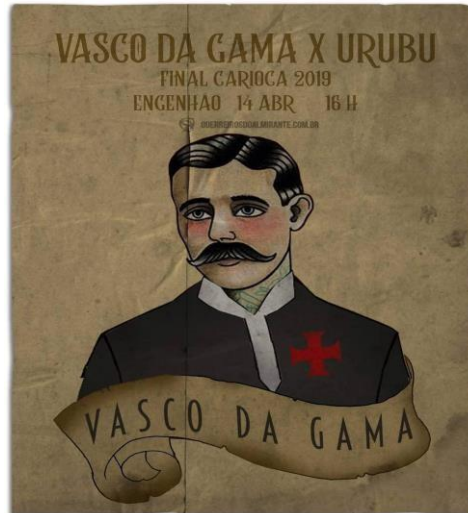


Figura 11 - Imagem de divulgação extraída de uma das redes sociais da torcida.
Fonte: Facebook da GDA, 2019.

O novo modo de torcer representado pela GDA mobilizou um certo estranhamento entre alguns setores da torcida vascaína. A influência sul-americana na musicalidade e corporalidade dos participantes do movimento soava como um estrangeirismo importado, sobretudo para aqueles mais próximos às torcidas organizadas tradicionais. A levada cadenciada da bateria emula a sonoridade da cumbia argentina, contrastando com o ritmo mais acelerado das torcidas organizadas tradicionais, ancorado nas tradições locais do *funk* e do samba.

Como dito por Clarissa, advogada de 32 anos, e uma das primeiras mulheres a atuar na GDA, esse distanciamento em relação à cultura local, fazia com que a torcida ganhasse “esse status de bando de amigo *playboy* pulando que nem argentino”, “que brinca de torcida”. Nesse contexto, considero importante nos determos um pouco mais em relação a esse aspecto do movimento, qual seja, o perfil socioeconômico daqueles que constroem e construíram a torcida.

4.3. Torcida de “playboy”?

É possível constatar um ponto unânime no relato da maior parte de nossos interlocutores sobre o perfil social dos integrantes da torcida ao longo de seus quase 15 anos de existência. Se em sua fundação a maioria dos integrantes eram jovens de classe média com perfil mais universitário, há uma percepção de que isso mudou de figura com o crescimento do movimento:

No começo eu acho que era uma galera mais de classe média e classe média alta. A maioria ali eram amigos de amigos, era um ciclo muito

fechado e que também era algo criticado. É o que eu te falei, todo mundo tinha carro, e se não tinha carro, morava perto, não era uma galera que passasse perrengue pra estar ali, sabe? A gente gastava muito dinheiro com a GDA, então também tinha essa característica, você tinha que ter disponibilidade, tanto de tempo quanto financeira também. Foi isso que com a ampliação da GDA foi mudando, acho que ela conseguiu abarcar toda a torcida do Vasco, todas as classes, né? Não era mais aquele grupinho. Falavam muito isso, né? Ah, "um bando de playboy que brinca de torcida". O que eu vejo hoje é que esse perfil mudou totalmente. Tá muito mais diverso. Já nessa época, quando eu comecei a sair [da torcida], 2011, 2012, uma galera mais nova começou a entrar. Assim, foi se renovando totalmente, né? Os bairros começam a crescer, então tem muito aquilo de sair do Méier, sair de Jacarepaguá, Barra, Tijuca, Niterói. (Clarissa, 32 anos)

A fala de Clarissa traz um elemento importante: para fundar uma torcida, é necessária uma combinação de tempo e dinheiro que, no contexto brasileiro, as camadas populares normalmente não podem dispor. A confecção de materiais, a compra de instrumentos, a logística para levá-los ao estádio, tudo isso passa por uma certa disponibilidade de recursos que só uma parcela da juventude organizada nessas instituições tem à disposição.

Com o passar do tempo, a torcida cria mecanismos de arrecadação mais autônomos através da venda de camisas, adesivos, bonés e outros acessórios; também ganha uma sala no estádio de São Januário para guardar os materiais, poupando a necessidade de transportá-los. Com isso, o voluntarismo individual se torna menos imprescindível para o funcionamento do movimento, o que, de certa forma, "democratiza" o engajamento no grupo.

O crescimento da torcida em locais mais periféricos da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro é o dado mais frequentemente levantado quando os entrevistados falam sobre a mudança do perfil dos frequentadores da GDA. Se no início os principais núcleos de bairro da torcida eram os da Tijuca e das áreas nobres de Niterói, nossos interlocutores sugerem que isso foi mudando com a expansão da torcida:

Se você ver, a galera que ia em massa pros jogos, no comecinho da GDA, vamos botar assim, os maiores bondes... quais eram? Eram os bondes lá de Niterói, São Gonçalo e Tijuca. Mas só que era muito mais Niterói do que São Gonçalo. E muito mais aquele pedacinho lá, vamos botar assim, daquela área nobre de Niterói. Era uma galera, assim, de classe média, classe média alta, né? E na Tijuca a mesma coisa. Era uma galera grande lá da Tijuca também. E depois foram aparecendo as outras localidades, a GDA foi crescendo e aparecendo. [...] Agora, com o passar do tempo, eu até falo, no ano de 2013, se eu não me engano, a pedido da galera da Baixada, pediram pra eu ir lá ver o bonde deles que ia partir pro jogo no Maracanã, o bonde deles partindo lá da Pavuna. Pô, mas era muita gente chegando ali no metrô da Pavuna. Eu fiquei assim: caramba, cara! Não é possível! Eu que olhei

assim... cara, é só GDA que tá vindo lá? Aí o cara: "é, só GDA, cara".
(Yuri, 37 anos)

O crescimento da torcida na Baixada Fluminense foi o que permitiu que Esther, 21 anos, estudante da UERJ e moradora de Mesquita, tivesse contato com o movimento. Segundo ela, havia um contraste do “bonde” da Baixada com os integrantes de outras localidades:

A galera da GDA Baixada é uma galera um pouco diferente. [...] Quando eu entrei era uma galera mais trabalhadora, perfil bem diferente da galera dos outros bairros, todo mundo sempre foi trabalhador, era um perfil totalmente diferente do que, vamos supor, uma galera da GDA Tijuca, sabe? Onde a galera era mais burguesa, tinha aquele poder aquisitivo de tá ali sempre, tudo mais. A galera da GDA Baixada era, assim, uma galera que passava muito perrengue pra tá sempre em todos os jogos, era uma galera que não abandonava nunca, botava a cara pra poder ir, era uma galera que às vezes trabalhava final de semana em Shopping, a maioria, todos trabalhavam em Shopping. Trabalhava em Shopping, farmácia e fazia o máximo pra tá ali perto.

Segundo Yuri, esse movimento foi positivo para a torcida, já que, na sua visão, era possível ver “a GDA com mais cara de povão”, afastando-a do rótulo de torcida de “playboy” que pairava sobre o grupo, especialmente no discurso de membros de outras torcidas organizadas. O relato de Yuri indica uma preocupação em construir uma representação mais popular da torcida, em contraposição à ideia de algo importado por uma elite. Isto implicava em dialogar com elementos do repertório cultural das organizadas tradicionais, criando, desta forma, variações mais tangíveis aos padrões culturais do Brasil e do Rio de Janeiro.

A adoção de músicas no ritmo do samba e do funk, das bandeiras de mastro, e até mesmo de músicas populares da Força Jovem em alguns momentos dos jogos sugerem um processo de negociação da realidade (VELHO, 1994), onde, por intermédio de elementos de uma linguagem cultural local busca-se estabelecer mediações com um público mais popular, alheios aos estrangeirismos do estilo “barra brava”. Trata-se da busca por um estilo próprio onde, através de um processo de bricolagem (TEIXEIRA, 2013) há a apropriação de certos elementos conhecidos para a construção de algo novo. Como relatado por Esther:

Então, a identidade inicial da GDA é ser uma Barra Brava, né? Essa é a identidade da torcida. Deveria ser até então. Só que aí começa a mescla, da GDA ser uma torcida organizada também. Sabe? E aí vai acontecendo, né? Vindo pro subúrbio vão chegando opiniões diferentes, vão chegando cabeças diferentes, pessoas diferentes pra somar, e eu acho que a estética da torcida hoje é uma estética mais ainda voltada pro povo, sabe? A galera em si da GDA é uma galera mais povo. Porque a torcida foi alcançando outros lugares também.

Além do processo natural de crescimento de uma torcida que se destacou em relação aos modos de torcer já estabelecidos, cabe destacar um outro fator que pode ter contribuído para a “popularização” da GDA. Desde 2014 a Força Jovem está proibida de frequentar os estádios por conta de uma sucessão de suspensões impetradas pelo Ministério Público. A partir de então, a GDA se tornou a principal torcida do clube nas arquibancadas, consolidando-se enquanto o núcleo preponderante na coordenação do incentivo ao time.

Um bom indicador dessa guinada é o fato do eixo de ocupação do setor de arquibancada do Estádio de São Januário ter se deslocado da curva que dá na reta das cabines de rádio - onde a Força Jovem ficava localizada - para o espaço exatamente atrás de um dos gols - onde fica localizada a GDA. Isso quer dizer que, conforme o estádio vai sendo ocupado antes do jogo começar, o primeiro espaço a encher deixou de ser onde ficava localizada a Força Jovem para ser onde fica a GDA, pois ela que passa a catalisar aquele perfil de torcedor mais ativo, que experimenta o futebol a partir da cultura de arquibancada.

Apesar do sentimento de “popularização” da torcida, sobretudo no que diz respeito ao surgimento de núcleos da GDA em áreas mais periféricas da metrópole, é possível constatar a presença significativa de torcedores com acesso à educação superior pública. Inclusive, mesmo não sendo uma amostra apropriada, de todos os entrevistados para esse capítulo apenas Dikran não teve acesso à universidade. Todos os outros entrevistados ou já completaram sua formação no ensino superior ou caminham para isso. Este último é o caso de Esther, estudante de Letras que em uma de suas falas avaliou o quanto a convivência na torcida a influenciou a estudar para passar no vestibular para uma universidade pública:

Através da GDA eu conheci pessoas maravilhosas que sempre incentivaram a estudar. Assim, se eu escolhi estudar na UERJ hoje foi por conta de grandes influências que eu tive na GDA, sabe? Se eu escolhi fazer uma universidade pública e me dedicar, foi por conta das grandes influências que eu tive na GDA.

É verdade que, em função de políticas sociais adotadas pelo Estado brasileiro, o perfil do estudante universitário brasileiro também mudou nos últimos 20 anos. No entanto, a condição universitária já indica uma maior integração com instituições sociais mais amplas, sugerindo que, mesmo entre aqueles torcedores das regiões mais periféricas, há, dentro da GDA, indivíduos mais bem estabelecidos na estrutura social brasileira, capazes de estabelecer vínculos mais “funcionais” na vida social

(DUNNING, 1992).

Diante deste quadro, podemos acionar a noção de “pós-torcedor” proposta por Giulianotti (1999, p.188) para evocar um debate sobre o tipo de vínculo que os integrantes da GDA estabelecem com o futebol e as culturas torcedoras. Este conceito sugere a existência de uma categoria de espectador que mantém um distanciamento crítico ao participar de uma cultura popular. Segundo o Autor,

[...] os “pós-torcedores” fazem parte da “nova classe média” de colarinho-branco (Bourdieu, 1984). Muitos deles tiveram formação acadêmica, especialmente em ciências sociais; eles tendem a conseguir emprego nas novas “indústrias de conhecimento”, tais como vendas, pesquisas de mercado e mídia. Diferente da burguesia tradicional, essa nova classe abraça a cultura popular, frequentemente misturando futebol ou rock com interesse por literatura e artes cênicas. (GIULIANOTTI, 1999, p. 190 e 191)

Guardadas as particularidades do contexto britânico – a partir do qual Giulianotti faz as suas reflexões -, é possível identificar a GDA como uma modalidade de “pós-torcida”, que seria, de forma paradoxal, um efeito da mercantilização do futebol que critica em seus materiais?

Há indícios de que tanto a GDA quanto as outras barras surgidas na primeira década do século são agrupamentos mais bem vistos por dirigentes e pela crônica especializada. A rejeição da violência, o distanciamento em relação à distribuição de ingressos, o fato de se reivindicarem enquanto “movimento” e não propriamente como uma associação que concorre com os programas de sócio-torcedor dos clubes fez dessas torcidas algo mais palatável aos agentes institucionais do futebol, rendendo, inclusive, reportagens elogiosas na imprensa esportiva.

Contudo, enquadrá-las como “pós-torcidas”, reduzindo-as ao papel de vetor da mercantilização do futebol, seria desconsiderar as suas ambiguidades. Se por um lado as barras brasileiras representam um modelo de torcida menos ancorado sobre masculinidades populares e sobre o manejo de uma “política social” que deixou de ser aceita na nova economia do futebol, por outro, enfatizam o estádio de futebol como lugar de “descontrole” e “loucura”, desafiando as pretensões normativas ancoradas sobre a ideia do consumo.

Além disso, a GDA não está isenta das políticas de segurança proibitivas emplacadas pelo Ministério Público e a Polícia Militar. Inclusive, as dificuldades em atender os requisitos exigidos para terem a possibilidade de colocar materiais no estádio fez com que, em muitos momentos, a GDA ficasse impossibilitada de entrar no estádio com os seus apetrechos.

O próprio conceito de “pós-torcedor” já traz alguns problemas, pois entende a cultura popular enquanto algo dado, como uma tradição fixa das classes trabalhadoras. Indo na direção contrária, Hall (2009, p. 245) entende não haver relação direta entre uma classe e uma forma ou prática cultural particular, defendendo que “as culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. O termo “popular” indica esse relacionamento um tanto deslocado entre a cultura e as classes”. Desse modo, a cultura popular é menos um todo homogêneo do qual podemos nos distanciar ou nos aproximar e mais um campo de possibilidades onde se sobrepõem diferentes projetos em movimento.

Se o “projeto GDA” adota uma perspectiva crítica em relação a valores presentes em setores das camadas populares, como a virilidade e o espírito de grupo, por outro, o desenvolvimento de sociabilidades coletivas que valorizam o futebol enquanto festa popular também o distancia dos valores dominantes apresentados pela nova economia do futebol.

No mais, para averiguar de modo mais preciso o perfil socioeconômico dos variados movimentos de torcida seria necessário dispor de meios quantitativos de pesquisa, algo que foge completamente do escopo deste trabalho. Os relatos orais aqui coletados indicam apenas percepções subjetivas sobre os efeitos do crescimento de um agrupamento torcedor.

4.4. As mulheres na GDA

Um ponto importante a se abordar na GDA é o papel que as mulheres desempenham na torcida. Clarissa foi uma das que contribuíram para a construção da torcida em seu princípio, sendo, inclusive, a primeira mulher a tocar na bateria do movimento - algo não muito comum nas torcidas organizadas tradicionais. Vascaína “de berço”⁹⁹, Clarissa diz que desde que ia aos jogos do clube quando criança com a família nutria “aquela admiração pela Força Jovem”:

Apesar de ir com a família eu tinha muita, assim, essa admiração pela Força Jovem, sabe? Toda criança meio que tem. Você olha a Força Jovem, "caraca que maneiro aquelas bandeiras", você olha as bandeiras, você olha fogos, as músicas, porque por muito tempo as únicas músicas que a gente cantou foram aquelas de briga da Força Jovem, né? Assim, quando você é criança e não tem o senso crítico muito apurado, você acha aquilo tudo um máximo, né?

⁹⁹ Diz-se que alguém torce por um time “de berço” quando a paixão é diretamente herdada da família nuclear.

Contudo, ao narrar a perda da ingenuidade da infância, Clarissa aponta que tomou mais consciência sobre os problemas da torcida, principalmente em relação ao ambiente excessivamente masculino marcado por práticas pouco acolhedoras para mulheres torcedoras:

As torcidas organizadas são muito estigmatizadas, né? Tem muito estigma de ser um local violento pra mulher - não é mi, mi, mi nem nada, não - acaba sendo mais complicado mesmo, se você tiver sozinha principalmente. Você acaba tendo que impor um respeito a mais e eu acho isso cansativo, você tem que prestar atenção em muita coisa... e eu não tinha interesse assim pela Força Jovem. Eu achava, na verdade, uma coisa muito grande pra eu entrar ali, sabe? Era um negócio assim: cara, não faz parte da minha realidade, não faz parte, eu não alcanço. Eu não vou dar um passo maior que a perna, não vou entrar nisso porque eu não conheço, eu não sei como é que é, não conheço a estrutura, não sei o esquema. Poucos amigos meus também frequentavam mesmo de ir.

Nesse contexto, a GDA surge como uma alternativa mais “familiar” para torcedoras que se interessavam pelo universo das torcidas organizadas mas que, no entanto, sentiam um certo receio de ali ingressarem pela predominância de alguns códigos de masculinidade:

Que bom que surgiu a GDA, porque se não a minha experiência com torcida organizada provavelmente seria nenhuma, né? A GDA foi ótima porque o começo da GDA era um ambiente muito familiar, né? Eram amigos mesmo. Era muito pequeno. Então todo mundo fazia tudo, todo mundo botava a mesma grana, todo mundo se conhecia, então, tipo, eu conheço a família do Fuzil [Thiago “Fuzil”, um de nossos interlocutores, já mencionado acima], eles conhecem a minha família, né, a família do Yuri [também já mencionado acima]. Era bem bacana, era bem familiar, então em vinte quatro horas por dia você falava de Vasco, né? E nem tinha WhatsApp ainda. [...] Talvez por eu ter entrado também muito no começo da GDA, eu tenho mais essa impressão de que se tem mais entrada, de que era um ambiente mais tranquilo. Eram pouquíssimas pessoas, né? Então, assim... é isso que eu falei, era muito familiar, era todo mundo muito amigo, não tinha muito aquela pecha, aquele aspecto de torcida organizada, né? Aquela coisa negativa.

Esther também menciona como a impressão que se tinha dos integrantes de outras torcidas acabavam não se compatibilizando com o estilo de vida que ela assume para si:

Se não existisse GDA, com certeza eu não seria de nenhuma outra organizada. Não existe pra mim outra organizada além da GDA, assim, que eu goste, que seja meu estilo, sabe? De torcer. Eu não me vejo em nenhuma outra torcida. Não me vejo em Ira Jovem, não me vejo em Força Jovem, não me vejo em Vaspavuna, Vas sei lá das quantas... não me vejo em nenhuma torcida organizada que não seja a GDA.

Ao falar sobre os elementos que não compatibilizam com o seu estilo, Esther

prossegue:

É difícil estereotipar, né, as pessoas. Eu estou criando um estereótipo do que eu acho, mas pode ser totalmente diferente. Mas, eu vejo a galera, assim, da Força Jovem, pode ter a galera mais dedicada, mas em sua maioria que eu vejo é a galera, tipo assim, mais “carrascuda”, né, mais briga, mais sei lá... não tenho palavras certas pra definir. Eu acho mais um pouco pesada, né, enquanto eu sou mais na minha.

Conforme analisamos no discurso daqueles que fundaram a torcida, a GDA surgiu com o propósito de focar só na “arquibancada”. Isto significava se distanciar da “pista”, entendida como espaço simbólico onde ideais de força, virilidade e espírito de grupo prevalecem em relação ao que deveria ser o verdadeiro propósito de uma torcida: as festas na arquibancada e a paixão pelo clube. Nesse contexto, a maior presença e participação feminina nas tarefas da torcida aparecem como uma consequência de um ambiente mais acolhedor, onde virtudes masculinas não são tão valorizadas quanto a paixão pelo clube e o compromisso com as tarefas da torcida.

Como relata Clarissa,

Quando eu entrei tinha pelo menos outras duas [mulheres]. Depois, tipo assim, logo depois, surgiram outras. A Daniele Linhares, que ia com a mãe e com a irmã. A Dani tocou na banda também. Flavinha... muita gente, assim. Aí, tinha aquela galera que metia mais a mão na massa e acabava tendo mais tempo, mais compromisso, tinha a galera que participava da torcida, né? E aí, mais de frente mesmo, com mais responsabilidade acabava sendo eu, mas por questão também de disponibilidade, morava mais perto e tudo mais. Tinha uma amigona minha, sou madrinha de casamento dela e tudo, a Amanda. assim, tinham outras mulheres, era bem tranquilo, não tinha muito problema com isso, não. Majoritariamente eram homens mas eram bastante mulheres também.

Isso não significa, como diz Clarissa, que não há comportamentos machistas na torcida, mas que o “propósito” do movimento de se distanciar da cultura de “pista” gera um ambiente mais propício ao engajamento de mulheres no movimento:

Então, o que eu posso dizer é que não tinha preconceito, assim. Não tinha preconceito racial, de gênero até tinha. Teve gente que não gostou quando eu entrei pra banda, mas depois foi acostumando, sabe? Acabava ficando algo mais travestido por uma questão de segurança: "ah, como é que uma mulher vai estar na linha de frente? Uma mulher não sabe brigar, uma mulher não sabe dirigir, uma mulher não sabe ficar com o material", era meio que isso. Então as funções destinadas para mulheres eram coisas mais tranquilas. Aí, depois, sei lá, você estuda se é machismo, se é alguma coisa ou se de fato é uma questão de segurança. Não tô passando pano. Não tô passando a mão na cabeça de ninguém, era uma galera mais aberta, mas assim, é óbvio que tinha assédio, é óbvio que se chegasse uma menina de shortinho curto dava uma olhada torta e aí tinha que vir uma mulher e falar: "poxa, repensa, não precisa chamar, né? Não é piranha que usa short curto". Tinha muito esse negócio de separar as mulheres em classes, né, "ah, essa aqui faz coisa pelo Vasco, essa aqui só vem pra aparecer e pra ficar com a galera", tinha essa questão também. Eu não

vou passar pano não, assim, tinha muito isso.

Da crítica a esses comportamentos surgiu, em 2018, o coletivo “Vascaínas Contra o Assédio”, um grupo feminista que busca combater o assédio e outras formas de violência contra as mulheres nos estádios e nas torcidas de maneira geral. Boa parte das mulheres que formou o coletivo são oriundas da GDA, de modo que as representações de gênero que mobilizam desafiam as representações hegemônicas acerca da mulher no futebol, que tendem a reificar o seu papel enquanto “mãe de família”, ou, de maneira geral, enquanto acompanhante do homem. No contexto de mercantilização do futebol esse discurso se acentua, já que as mulheres são frequentemente colocadas como alvo preferencial do discurso consumerista que busca “resgatar a presença das famílias nos estádios”.

Da crítica a esse confinamento do gênero feminino à esfera doméstica, surge a luta pelo reconhecimento do direito das mulheres torcedoras de usufruir dos espaços públicos de sociabilidade que o futebol proporciona sem serem diminuídas ou desrespeitadas. Para isso, se coloca a necessidade de lutar não só contra a excessiva valorização de ideais de masculinidade que conduzem a uma cultura de violência que afastam as mulheres dessa sociabilidade, como também de padrões de comportamento machistas e sexistas como os mencionados por Clarissa, que partem de uma desconfiança permanente em relação a capacidade e interesse das mulheres em participar dos espaços de encontro abertos pelo futebol. Não à toa, o símbolo usado pelo coletivo parte justamente da estética *old school* utilizada pela GDA:

Figura 12 – Símbolo do coletivo “Vascaínas contra o assédio”.



Fonte: Facebook do coletivo “Vascaínas contra o assédio”, data desconhecida.

Se a bola de couro e a coroa de louros sinalizam um alinhamento em relação ao ideal de autenticidade da sociabilidade torcedora frente ao avanço da mercantilização do futebol, o porrete na mão direita indica a disposição em impor-se

diante das variadas formas de violência de gênero que limitam a inserção das mulheres nos espaços de sociabilidade que o futebol abre.

A relação estreita entre o coletivo Vascaínas Contra o Assédio e a GDA indica, mais uma vez, a capacidade da torcida em estabelecer mediações com projetos mais amplos que não necessariamente dizem respeito ao futebol, mas que o atravessam. Não só é possível enxergar mediações entre a torcida e o movimento feminista, como também com movimentos antirracistas, antifascistas, LGBTQI+, entre outros.

Essa característica da torcida indica um projeto menos centrado na honra do grupo, com maiores zonas de contato com projetos coletivos mais amplos. A maior participação de mulheres, a maior presença de pessoas com acesso à educação superior (à exceção de um, todos os entrevistados aqui mencionados têm ensino superior completo ou incompleto), o protagonismo de atores oriundos das torcidas organizadas com visão crítica sobre seus “vícios”, além da experiência de pessoas com vivências em movimentos sociais e partidos políticos reconfiguram o campo de possibilidades do conjunto de atores engajados nesse universo. Desta forma, articula-se um projeto coletivo onde a unidade em torno da condição de ser torcedor - e em especial de ser torcedor do Vasco - é mais importante do que o espírito de pertencimento a um grupo – conforme aludido por Menezes (2010).

A fala de Dikran ilustra bem esse apelo mais unitário presente na GDA:

Eu tenho medo de colocarem as barras como se fossem a resposta à torcida organizada que é marginalizada, quando não é sabe, quando todo mundo é uma só torcida. Você não tem que separar as coisas. E a mídia quer fazer isso, sacou? A mídia quer fazer, a polícia quer fazer. Eu já li isso numa manchete: “torcida da paz”. Querem dividir o que não é pra dividir.

Como a definição de ser torcedor é bem mais abrangente do que de ser sócio de uma dada torcida, esta é uma condição que precisa ser constantemente elaborada e reelaborada entre os membros GDA, o que implica na construção de interfaces com inúmeros outros projetos coletivos que efetivamente definem a representação de torcedor que ali prevalece. Assim sendo, a agenda contra o “futebol moderno”, contra o machismo, racismo, homofobia, fascismo, entre outros, operam como variáveis na construção das sociabilidades e identidades dos integrantes da GDA enquanto torcedores.

Esse quadro permite que façamos aproximações com as reflexões de Dunning (1992) sobre a relação entre modelos de ligações sociais e a construção de padrões de sociabilidade nas sociedades modernas. Se nas ligações segmentares o baixo

nível de integração social às instituições sociais mais abrangentes conduz ao desenvolvimento de projetos mais “fechados”, onde o orgulho exacerbado de pertencer ao grupo prevalece, nas ligações funcionais, o maior nível de integração social com instituições sociais mais amplas, como universidades, partidos políticos, movimentos sociais, e a maior participação das mulheres na vida social, conduzem a projetos mais abertos a aspirações coletivas diversas. Desse modo, neutraliza-se o desenvolvimento de sociabilidades ancoradas no sentimento de orgulho e pertencimento ao grupo em prol de outras que valorizem o pertencimento a uma coletividade imaginada mais abrangente que tem como base uma cultura comum.

CONCLUSÃO

De maneiras diferentes, tanto a ANATORG quanto a GDA indicam uma reorganização dos projetos coletivos contidos no âmbito dos movimentos de torcida. Se a ANATORG se destaca por seu papel institucional enquanto entidade representativa das torcidas organizadas do país, a GDA se caracteriza pela afirmação de um novo modelo de torcida fundado sobre novos padrões de sociabilidade cujo repertório expressivo se inspira na cultura das *hinchadas*¹⁰⁰ latino-americanas. Como ponto em comum, ambas trazem uma linguagem contra-hegemônica renovada, não mais ancorada sobre os códigos morais que se manifestam na “pista” mobilizando masculinidades em conflito com os valores dominantes de “civildade”, mas sim sobre a tomada de consciência a respeito de uma cultura comum antagônica às diretrizes do chamado “futebol moderno”.

A defesa de uma tradição torcedora autêntica e popular, cuja localização discursiva é preferencialmente o passado, sinaliza disputas simbólicas pelo significado social do futebol. A categoria “futebol moderno” nomeia a percepção de um processo de transformação que busca interceder sobre práticas que integram o esporte dentro do campo da cultura popular.

Mas afinal, o que caracteriza uma cultura como popular? Hall (2009, p. 238) afirma que “não existe uma ‘cultura popular’ íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais”. Segundo ele, compreender o que define uma cultura enquanto popular não passa pela catalogação do que o “povo”, enquanto totalidade social, aprecia ou não, mas passa por entender a quais valores e códigos sociais ela se opõe. Logo, “o princípio estruturador do ‘popular’ neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e à cultura da ‘periferia’” (HALL, 2009, p. 240). O futebol não é popular em si mesmo. O que o define dessa maneira são as suas apropriações coletivas dentro do campo de possibilidades aberto à vida cotidiana das camadas populares.

As definições de Stuart Hall nos ajudam a compreender a cultura popular não como algo dado, mas como um campo de possibilidades sobre o qual se elaboram projetos coletivos que se colocam em luta. As transformações necessárias à

¹⁰⁰ Termo em espanhol cujo correspondente em português é “torcida”.

consolidação da nova economia do futebol não podem deixar de interceder sobre esse terreno, acionando estratégias que legitimem a marginalização de códigos e práticas culturais populares que são ativamente expulsas do centro da experiência social em prol da reorganização dos padrões de sociabilidade.

A nova economia do futebol precisa se insurgir contra um conjunto de práticas, hábitos e costumes imbricados na relação das massas com essa atividade social que é o futebol. Vimos no primeiro capítulo como esse esporte exerceu papel de relevo na conformação de uma sociedade de massas no Brasil. O intenso processo de urbanização pelo qual passou o país proporcionou a inédita experiência das multidões em uma sociedade ainda muito marcada pela vida pacata e senhorial dos engenhos. A construção do futebol enquanto uma poderosa base cultural da nacionalidade brasileira decorreu de apropriações e usos populares de toda sorte, forjando padrões de sociabilidade que o consolidaram enquanto portador privilegiado de um imaginário nacional-popular.

Se é verdade que naquela época as apropriações mercantis do esporte já se mostravam presentes, também é verdadeiro que estavam orientadas por técnicas de acumulação próprias da organização fordista de produção e circulação dos bens de consumo. As forças sociais responsáveis pela promoção do “produto futebol” naquele período estavam harmonizadas com esse imaginário nacional-popular contido no futebol, pois tinham como meta expandir para todos os estratos sociais um esporte que havia surgido no Brasil a partir das elites. A construção de estádios monumentais ao longo do século XX é expressão desse panorama histórico, já que, naquele momento, o entretenimento de massas era preferencialmente presencial e, portanto, valia-se da experiência das multidões que se consolidava simultaneamente à modernização acelerada do país.

No entanto, a popularização dos meios de comunicação de massa, em especial da televisão, reconfigurou radicalmente o campo da cultura popular. A expansão desses novos aparatos culturais - extremamente concentrados nas mãos das forças sociais dominantes - reconfigurou a relação de forças na sociedade. O projeto hegemônico para o “popular” se vale agora do controle das forças sociais dominantes sobre os meios de comunicação de massa e seu poder de estabelecer modelos e paradigmas de consumo que podem dispensar algumas mediações da sociabilidade coletiva. Segundo esse projeto, “algo é popular porque as massas o escutam, compram, leem, consomem e parecem apreciá-lo intensamente” (HALL, 2009, p. 237).

Trata-se de uma definição comercial do termo que expressa a articulação de interesses hegemônicos em torno de bens culturais estimados pelos setores populares.

As novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento da indústria do entretenimento possibilitaram o delineamento de novas técnicas de gerenciamento e acumulação capitalistas. Agora, o entretenimento de massas associado ao futebol pode dispensar do estádio enquanto *lócus* preferencial da experiência das multidões. Se anteriormente a única maneira de se acompanhar uma partida de futebol ao vivo e a cores era comprando um ingresso e marcando presença no estádio, hoje a transmissão de imagens ao vivo para milhões de pessoas apresenta outras possibilidades de se relacionar com o “produto futebol”.

Diante desta nova escala de massificação dos bens culturais, há a possibilidade de construir um novo conceito de consumo esportivo onde a experiênciado estádio passa a ser entendida como privilégio de um público mais requintado, cujos padrões de comportamento e consumo não sejam tão articulados pelas vivências e apropriações coletivas do esporte. Trata-se de uma relação cada vez mais individualizada com o futebol, deslocada das sociabilidades e atores coletivos e dirigida por agenciamentos comerciais. As novas “arenas” esportivas são a expressão arquetípica deste novo paradigma. Pensadas para oferecer segurança e comodidade para um público “diferenciado”, se distanciam enormemente dos antigos estádios “fordistas”, estruturalmente mais propícios ao desenvolvimento de apropriações e sociabilidades populares.

O expurgo das tradições populares dos estádios implica em minar a legitimidade de atores coletivos que as operam. Alçadas à condição de problema social, as chamadas torcidas organizadas são uma das mais impactadas por esse processo. Com forte penetração popular, o pertencimento a essas associações torcedoras traz à tona padrões de sociabilidade complexos e multifacetados que têm o futebol como seu meio preferencial.

Permeáveis aos movimentos culturais da juventude periférica que emergiram entre os anos 1980 e 1990, as torcidas organizadas muitas vezes exprimem uma combinação indistinguível entre o lúdico e o violento, forjando padrões de sociabilidade e estilos de vida fortemente comprometidos com códigos de masculinidade que se pautam pelo espírito de pertencimento a um grupo. O conflito com os valores hegemônicos de docilidade do corpo é parte constitutiva das

identidades coletivas acionadas nessas instituições, e o envolvimento em combates físicos com torcedores adversários dá o tom de uma sociabilidade onde o risco e o perigo são elementos constitutivos.

Para dar conta desses estilos de vida, recorreremos às noções de corporalidade mobilizadas por Alabarces (2008) e Toledo (2012). Ambos os autores estão analisando como práticas corporais voltadas para a violência são um princípio estruturante das identidades e modos de vida de uma juventude periférica e popular em busca de afirmação e reconhecimento. Nesse contexto, o pertencimento a um grupo, como é o caso das torcidas organizadas, galvaniza um sentimento de segurança e autoestima em sujeitos marginalizados pela ordem social dominante.

Aplicando os conceitos de Velho (1994) aqui trabalhados, a violência aparece como um paradigma disponível no campo de possibilidades desses sujeitos periféricos para a conformação de suas identidades. A elaboração de um projeto popular fortemente marcado por uma ética de grupo, de uma espécie de “eu coletivo”, como é o caso das agremiações torcedoras, interdita as mediações necessárias com outras esferas da vida, aprofundando, assim, o lugar de marginalidade no qual esses atores são confinados.

Com base nas reflexões de Dunning (1992), podemos afirmar que as marcas da “segmentação ordenada” interferem consideravelmente sobre o campo de possibilidades onde esses atores sociais organizados nas associações torcedoras desenvolvem coletivamente os seus projetos. Enquanto categoria nativa, a ideia de “pista” condensa bem a ênfase dada por esse projeto popular a sociabilidades e estilos de vida profundamente marcados por códigos de masculinidade que valorizam a coragem para lutar como princípio de integração social.

Contudo, a indistinção entre o lúdico e o violento não é um elemento constante. Ao pleitear um lugar legítimo no futebol profissional, os movimentos de torcida se veem obrigados a definir melhor uma fronteira entre essas duas dimensões. No contexto de profundas transformações pelas quais passa o futebol, a defesa dessa demarcação se acentua ainda mais, já que a violência entre torcedores organizados é frequentemente utilizada para deslegitimar os movimentos de torcida perante a sociedade. Cada vez mais presente nos discursos de torcedores organizados, em especial daqueles que exercem papel de liderança, a defesa da “conscientização” e do “foco na arquibancada” sinaliza a tentativa de elaborar um projeto popular que substitua o clima de beligerância entre torcidas pela tomada de consciência a respeito

de costumes em comum cada vez mais cerceados pelo projeto modernizante das forças do mercado futebolístico.

Quando atores coletivos como a ANATORG e a GDA reivindicam e performam as culturas torcedoras, estão tentando redefinir os sentidos do futebol profissional contemporâneo, cada vez mais guiado pela lógica da acumulação e da rentabilidade. Coloca-se em marcha uma política cultural¹⁰¹ que visa a “articulação de interesses em torno da gradual e sempre renovada implementação de um projeto de transformação” (DAGNINO, 2000, p. 66).

A conexão com a esfera da política proporciona uma reorganização do campo de possibilidades dos movimentos de torcida. Os paradigmas comportamentais forjados pela segmentação ordenada têm a concorrência de outros, forjados sobre vínculos mais funcionais que se valem da política para expandir os horizontes da sociabilidade torcedora. Os discursos de “conscientização”, de superação da “pista” e foco na “arquibancada”, indicam um projeto coletivo popular não mais ancorado sobre o universo autorreferenciado dos agrupamentos, sobre o desejo de ser respeitado e temido, mas sim sobre a elaboração de uma vontade coletiva que expressa seu antagonismo em relação aos ditames da nova economia do futebol.

Nesse contexto, aderir a um “estilo de vida” no âmbito futebolístico não se trata de um compromisso apenas com um agrupamento singular, mas com uma coletividade plural e abrangente, com uma cultura compartilhada que opere como base de uma unidade cultural-social.

O engajamento dos movimentos de torcida nas manifestações em defesa da democracia de 2020 indica como esse projeto potencializa a socialização da política nos espaços da vida cotidiana. Discutir política no âmbito das torcidas se insere em uma perspectiva de democratização da sociedade e ampliação dos espaços de participação política, um contraste significativo tanto com o punitivismo da tecnocracia judicial, que tanto castiga as associações torcedoras, quanto com as forças de mercado, para quem a lógica da mercadoria é o princípio universal de integração social. Essa interface com os espaços da política possibilitam o intercâmbio com outros projetos neste vasto campo de possibilidades que é a sociedade civil.

¹⁰¹ Segundo Dagnino (2000, p. 17), a expressão “política cultural” se refere “ao processo pelo qual o cultural se torna fato político”. Isto é, trata-se de inserir a cultura, enquanto conjunto de práticas integradas a uma rede de significados compartilhados, no contexto das relações de poder embutidas nessas práticas e significados.

Em suma, pensar a arquibancada enquanto projeto coletivo popular remete a dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à superação das trocas agonísticas condensadas na categoria nativa de “pista”. A valorização de atributos masculinos forja padrões de sociabilidade que promovem uma verdadeira guerra entre agrupamentos torcedores. Superá-los implica em introduzir uma base mínima de solidariedade entre as torcidas, abstraindo rivalidades em favor de um bem comum. Para isso, reposicionar o foco dos torcedores para a “arquibancada” é o que se coloca na ordem do dia, pois é nela que se condensa o espírito “festivo” sobre o qual repousam as práticas constitutivas das culturas torcedoras que se quer preservar. É sobre este objetivo que repousa o traço coletivo deste projeto.

O segundo aspecto diz respeito ao seu caráter de subalternidade em relação ao projeto dominante da nova economia do futebol. A defesa da livre apropriação do futebol, das tradições e culturas que o constituíram ao longo dos anos representa uma perspectiva que contrasta com os padrões de sociabilidade preferenciais do gerenciamento capitalista. É o antagonismo em relação aos padrões culturais dominantes que caracteriza esse projeto enquanto popular.

A efetividade com que esse projeto conseguirá intervir sobre a organização do futebol ainda é uma incógnita, e dependerá do nível de capilaridade social dessas tendências dos movimentos de torcida dentro de seus campos de atuação. Nesse contexto, tanto a atuação nas bases das torcidas quanto nas esferas institucionais mais amplas constitui-se enquanto duas dimensões inseparáveis da ação desses atores coletivos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALABARCES, Pablo; ZUCAL, José Garriga. El aguante: una identidad corporal y popular. *Intersecciones en Antropología*. Buenos Aires, n. 9, p. 275-289, 2008.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (organizadores). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ALVITO, Marcos. A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros?. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; REIS, Heloisa Helena Baldy (organizadores). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

ARAGÓN, Sílvio. Neoliberalismo, construção de novas subjetividades e violência no contexto do futebol argentino contemporâneo. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; AGUILAR, Onésimo (organizadores). *Torcidas Organizadas na América Latina: estudos contemporâneos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL. *Estatuto de defesa do torcedor e legislação correlata*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BUSTOS, Alejandro Villanueva. Entre a recompensa, o castigo, a estigmatização e o abandono das torcidas na Colômbia. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; AGUILAR, Onésimo (organizadores). *Torcidas Organizadas na América Latina: estudos contemporâneos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

CAJUEIRO, Tarcyane. O lado 'hard' da cultura 'cool': as torcidas e a violência no futebol. In: ALABARCES, Pablo (organizador). *Fútbol y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2003.

CECCHETTO, Fátima. As Galeras Funk Cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANA, Hermano (organizador). *Galeras Cariocas: territórios de conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

DAGNINO, Evelina. Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (organizadores). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

DaMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, 1994.

DAMO, Arlei Sander. Futebol e Estética. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.03, p.82-91, 2001.

_____. Produção e consumo de megaeventos esportivos - apontamentos em perspectiva antropológica. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 67-92, 2011.

_____; OLIVEN, Ruben George. *Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Armazém do Ipê, 2014.

DIETSCHY, Paul. Violência e torcedores de futebol na Europa até o início dos anos 1960: o exemplo da Itália. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; REIS, Heloisa Helena Baldy (organizadores). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Lisboa: Difel 82 – Difusão editorial, 1992.

FOUCAULT, Michel. O panoptismo. In: _____ *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975. p. 173-199,

_____. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do Futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2010.

GUILLON, Marcelo. Sob a pena da lei: princípios constitucionais, o Estatuto do Torcedor e o cerco às torcidas organizadas no Brasil. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; AGUILAR, Onésimo (organizadores). *Torcidas Organizadas na América Latina: estudos contemporâneos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular. In: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HOLLANDA, Bernardo Borges. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MALAIA, João; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor Andrade (organizadores). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

_____; LOPES, Felipe Tavares Paes. 'Futebol moderno: ideologia, sentidos e disputas na apropriação de uma categoria futebolística. *Revista de Estudos Brasileños*, v. 5, n. 10, p.159-175, 2018.

_____; MEDEIROS, Jimmy; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *A voz da arquibancada: narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

HOLZMEISTER, Antonio. *A nova economia do futebol: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOURCADE, Nicolas. Torcedores radicais e transformações dos estádios na França. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; REIS, Heloisa Helena Baldy (organizadores). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

LOPES, Felipe Tavares Paes. *Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social*. Curitiba: CRV, 2019.

MALAIA, João. Torcer, torcedores, torcedoras, torcida (bras.): 1910-1950. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MALAIA, João; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor Andrade (organizadores). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MANDELLI, Maria Carolina. *Allianz Parque e Rua Palestra Itália: práticas torcedoras em uma arena multiuso*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. Encontros e desencontros na cidade: a reinvenção do estádio de futebol. In: CORNELSEN, Elcio L; CAMPOS, Priscila A.F; DA SILVA, Silvio Ricardo (org.). *Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer. V.II*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2017. p. 77-96

_____. A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário. *Geosp*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.

_____. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádio de futebol. *Cidades*, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

MELO, Victor Andrade. *Sportsmen*: os primeiros momentos da configuração de um público esportivo no Brasil. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MALAIA, João; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor Andrade (organizadores). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MENEZES, Isabella. *Entre a Fúria e a Loucura*: Análise de duas formas de torcer pelo Botafogo Futebol e Regatas. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*: Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Torcidas Organizadas de Futebol*: Violência e auto-afirmação - Aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal Editora, 1997.

PRONI, Marcelo Weishaupt. *A Metamorfose do Futebol*. Campinas: UNICAMP. IE, 2000.

REIS, Heloisa Helena Baldy. Hooliganismo no Brasil: estilo de vida, violência/marginalidade/delinquência/incivilidade? - Contribuições ao debate a partir de um diálogo transnacional. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; REIS, Heloisa Helena Baldy (organizadores). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

_____; LOPES, Felipe Tavares Paes.; MARTINS, Mariana. As explicações de Eric Dunning sobre o hooliganismo à luz do contexto brasileiro: uma reflexão crítica. *Movimento*. Porto Alegre, v. 21, n. 3., p. 617-632, 2015.

RODRIGUES, Francisco Carvalho dos Santos. *Amizade, trago e alento. A torcida Geral do Grêmio (2001-2011) da rebeldia à institucionalização: mudanças na relação entre torcedores e clubes no campo esportivo brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SOUTO, Jane. Os outros lados do funk carioca. In: VIANA, Hermano (organizador). *Galeras Cariocas: territórios de conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SIMÕES, Irlan. *Cientes vs Rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil na Arena Pública: desafios de um movimento coletivo. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología* 30: 111-128. Bogotá, 2018.

_____. Torcidas Jovens: entre a festa e a briga. *Antropolítica*, n.10/11, p. 85-104. Niterói, 2001.

_____. Futebol, emoção e sociabilidade: narrativas de fundadores e lideranças dos movimentos populares de torcedores no Rio de Janeiro. *Esporte e Sociedade*, Niterói, n. 21, 2013.

_____. Aprendizagens e sociabilidades juvenis: a experiências das Torcidas Jovens cariocas. *Desidades*. n. 13, ano 4, 2016.

_____; HOLLANDA, Bernardo Buarque. Associativismo Juvenil e Mediação Política: as Torcidas Organizadas de Futebol do Brasil e a construção de suas arenas públicas através da FTORJ e da ANATORG. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 236-264, 2017.

_____; LOPES, Felipe T.P. Reflexões sobre o “Projeto Torcedor” alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol

brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica. *Rev. antropol. (São Paulo, Online)*, v. 61, n. 3: 130-161. USP, 2018.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas: Autores Associados/Anpocs, 1996.

_____. "Políticas da corporalidade: socialidade torcedora entre 1990-2010". In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; MALAIA, João; TOLEDO, Luiz Henrique; MELO, Victor Andrade (organizadores). *A torcida brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

_____. Torcer: a metafísica do homem comum. *Revista de História*, São Paulo, n.163, p.175-189, 2010.

TSOUKALA, Anastassia. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades?. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque; REIS, Heloisa Helena Baldy (organizadores). *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ZALUAR, Alba. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANA, Hermano (organizador). *Galeras Cariocas: territórios de conflito e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.